

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ
CASA DE OSWALDO CRUZ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PRESERVAÇÃO E GESTÃO DO
PATRIMÔNIO CULTURAL DAS CIÊNCIAS E DA SAÚDE

FABIANA MELO NEVES

BIBLIOTECA HISTÓRICA DA FUNDAÇÃO EZEQUIEL DIAS: PATRIMÔNIO
BIBLIOGRÁFICO E DOCUMENTAL DA CIÊNCIA E DA SAÚDE

Rio de Janeiro

2023

FABIANA MELO NEVES

BIBLIOTECA HISTÓRICA DA FUNDAÇÃO EZEQUIEL DIAS: PATRIMÔNIO
BIBLIOGRÁFICO E DOCUMENTAL DA CIÊNCIA E DA SAÚDE

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz – Fiocruz, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre. Área de concentração: Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural

Orientador: Prof. Dr. Paulo R. Elian dos Santos
Coorientadora: Profa. Dra. Jeorgina Gentil Rodrigues

Rio de Janeiro

2023



Ministério da Saúde
FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz



Casa de
Oswaldo Cruz

ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE Nº 52 DE ARGUIÇÃO E DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO PARA OBTENÇÃO DO TÍTULO DE “MESTRE EM PRESERVAÇÃO E GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DAS CIÊNCIAS E DA SAÚDE”

Ao vigésimo nono dia do mês de março de 2023, às 14h, realizou-se, mediado por tecnologia, a sessão pública para arguição e Defesa de Dissertação intitulada: **Biblioteca Histórica da Fundação Ezequiel Dias: patrimônio bibliográfico e documental da ciência e da saúde**, apresentada por **Fabiana Melo Neves** sob a orientação do Prof. Dr. Paulo Roberto Elian dos Santos (PPGPAT/COC/FIOCRUZ). A Comissão Examinadora aprovada pela Coordenação de Pós-Graduação em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde, conforme o que estabelecem o Regimento Geral dos Cursos de Pós-Graduação da Fiocruz e o Regulamento Específico da Pós-Graduação em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde, foi constituída pelos seguintes membros:

Profº. Drº. Paulo Roberto Elian dos Santos (PPGPAT/COC/FIOCRUZ) – Orientador

Profº. Drº. Fabiano Cataldo de Azevedo (ICI/UFBA)

Profª. Drª. Gisele Porto Sanglard (PPGPAT/COC/FIOCRUZ)

Atuaram como suplentes os Profs. Drs. Renato Pinto Venâncio (ECI/UFMG) e Ana Luce Girão Soares de Lima (PPGPAT/COC/FIOCRUZ).

Após a apresentação do(a) candidato(a), a Comissão Examinadora passou à arguição pública. E para constar de respectivo processo, a Comissão Examinadora deliberou pelo seguinte resultado:

A Comissão Examinadora considera o candidato(a):

(X) Aprovado(a) () Reprovado(a)

() Aprovado(a) com restrições

PARECER:

(Preenchimento opcional no caso de **aprovação** e obrigatório no caso de **reprovação**)

A banca destaca a qualidade da pesquisa no que se refere a utilização das fontes documentais, em especial os arquivos, e sua contribuição para a história institucional da FUNED e do processo de formação do seu acervo bibliográfico. Recomenda ainda sua ampla divulgação por meio de artigos.

N511b Neves, Fabiana Melo.
Biblioteca histórica da Fundação Ezequiel Dias : patrimônio
Bibliográfico e documental da Ciência e da saúde / Fabiana
Melo Neves. – Rio de Janeiro, 2023.
117 f. : il. color.

Orientador: Paulo R. Elian dos Santos.
Dissertação (Mestrado Profissional em Preservação e
Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde) –
Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz.
Bibliografia: f. 111-117.

1. Bibliotecas Especiais. 2. Patrimônio Cultural. 3. Acervo
de Biblioteca. 4. Documentação. 5. Brasil.

CDD 363.69

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da
Rede de Bibliotecas da Fiocruz com os
dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Responsável pela Ficha Catalográfica: Marise Terra - CRB-6-351

AGRADECIMENTOS

Agradeço inicialmente a Deus por me permitir e me guiar no caminho deste trabalho.

À Fundação Ezequiel Dias, instituição que me inspira e tanto admiro.

Aos amigos da biblioteca, que me ajudaram e compreenderam que o momento era de dedicação ao mestrado.

Aos professores do programa de Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz - Fiocruz pelos ensinamentos transmitidos e pelo auxílio nos momentos de dúvida.

Aos colegas do curso, pela amizade nesta caminhada mesmo à distância.

Aos meus orientadores Prof. Paulo Roberto Elian dos Santos e Profa. Jeorgina Gentil Rodrigues, que me conduziram com maestria e suavidade.

Aos participantes da minha banca de qualificação o Prof. Fabiano Cataldo de Azevedo e a Profa. Gisele Sanglard, cujas observações feitas me ajudaram a determinar novos caminhos para a dissertação.

À banca de defesa pela disponibilidade e apoio.

Ao meu pai José Fábio, que tanto me ensinou e está no meu coração... descanse em paz!

A minha mãe Silvana, irmãos (Tatiana, Gelber e Fabinho) e cunhados (André e Vivian) pelo apoio e incentivo para sempre seguir.

Aos meus filhos Sofia e Daniel e ao marido Georges pela compreensão nas horas difíceis e pelo carinho na jornada.

O meu muito obrigada de coração!!!

RESUMO

A ampliação do conceito de patrimônio cultural propôs novos desafios à visão de patrimônio bibliográfico e documental, a qual propiciou a relação entre memória, história e identidade ao material bibliográfico. A partir desse cenário, este trabalho analisou os elementos que conceituam a Biblioteca Histórica da Fundação Ezequiel Dias (Funed) como representativa do patrimônio bibliográfico documental. A Funed foi a primeira filial do então Instituto Oswaldo Cruz (IOC), hoje Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), e organizou, na capital mineira, uma biblioteca referência em ciência e saúde, que ultrapassou seu princípio criador e se tornou um centro cultural e científico. A biblioteca influenciou a criação de uma comunidade científica, o desenvolvimento do campo médico da cidade, a promoção do acesso à inovação, a chegada de inúmeros visitantes, além de atender as demandas informacionais da instituição e dialogar com os principais centros de ciência do mundo. A formação do acervo representa a identidade cultural e patrimonial da instituição, de um grupo social ou de uma área do conhecimento, e estudar este acervo significa preservar as representações sociais. Da metodologia constaram as etapas de revisão bibliográfica sobre o tema do patrimônio bibliográfico e pesquisa documental no arquivo da Funed.

Palavras-chave: patrimônio bibliográfico e documental; história da ciência e saúde; memória institucional; formação do acervo.

ABSTRACT

The expansion of the concept of cultural heritage posed new challenges to the vision of bibliographic and documentary heritage, which provided the relationship between memory, history and identity to bibliographic material. From this scenario, this work analyzed the elements that conceptualize the Historical Library of the Ezequiel Dias Foundation (Funed) as representative of the documentary bibliographic heritage. Funed was the first branch of the then Instituto Oswaldo Cruz (IOC), now Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), and organized, in the capital of Minas Gerais, a reference library in science and health, which surpassed its founding principle and became a cultural and scientific. The library influenced the creation of a scientific community, the development of the city's medical field, the promotion of access to innovation, the arrival of numerous visitors, in addition to meeting the institution's informational demands and dialoguing with the main science centers in the world. The formation of the collection represents the cultural and heritage identity of the institution, of a social group or of an area of knowledge, and studying this collection means preserving social representations. The methodology included the stages of bibliographic review on the subject of bibliographic heritage and documentary research in the Funed archive.

Keywords: bibliographic and documentary heritage; history of science and health; institutional memory; formation of the collection.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO 1 – PATRIMÔNIO BIBLIOGRÁFICO: ASPECTOS TEÓRICOS E CONCEITUAIS.	14
1.1 patrimônio cultural	14
1.2 patrimônio bibliográfico e documental	17
1.3 A biblioteca e memória institucional	23
CAPÍTULO 2 - A CIÊNCIA NA NOVA CAPITAL MINEIRA: AS PRIMEIRAS DÉCADAS DA REPÚBLICA	27
2.1 O posto antiofídico	36
2.2 A era Octávio Magalhães	43
CAPÍTULO 3 - A BIBLIOTECA COMO ESPAÇO DA CIÊNCIA E CULTURA	57
3.1- A biblioteca além da biblioteca	62
3.2 A biblioteca e a estadualização	68
CAPÍTULO 4 - A FORMAÇÃO DO ACERVO	74
CONSIDERAÇÕES FINAIS	105
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E FONTES	108

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Filial do Instituto Oswaldo Cruz de Belo Horizonte	30
Figura 2 - Sala de vacinação do recém-inaugurado Instituto	34
Figura 3 - Pavilhão de Operações - Posto de Observação e Enfermaria Veterinária – 1912	36
Figura 4 - Visitantes sentados no muro do Instituto Filial de Manguinhos em BH apreciando as cobras – 1920	39
Figura 5 – Viagem científica dos pesquisadores do Instituto pela EFCB - Montes Claros	42
Figura 6 – Ezequiel Dias	43
Figura 7 - Octávio Magalhães no Posto Veterinário da Filial do Instituto	45
Figura 8 – Gráfico da remessa anual de cobras e extração de venenos	46
Figura 9 – Grupo de pesquisadores na década de 1940 - em pé da esquerda para a direita: Abdon Hermeto, Lívio Renault, José Noronha Peres, José Aroeira Neves, Valdemar Versiani, Amílcar Viana Martins e o último Cássio Pinto	48
Figura 10 – Inauguração das instalações do Instituto Biológico Ezequiel Dias no bairro Gameleira – 1940	54
Figura 11- Instalações do Instituto Biológico Ezequiel Dias na década de 1940	56
Figura 12 - Aspecto da área de acervo da Biblioteca, em 1920	60
Figura 13 - Artigos marcados com afiguras iniciais de cada pesquisador	62
Figura 14 - Publicação no <i>Jornal Minas Gerais</i> de 6 de fevereiro de 1927	65
Quadro 1 – Livros adquiridos com verbas estaduais entre 1919 e 1924	66
Gráfico 1 – Registro do crescimento do acervo, entre as décadas de 1920 e 1940	67
Figura 15 – Organograma Institucional	73
Figura 16 - <i>Traité d'Analyse... eaux potables</i> – 1900	77
Figura 17 – Nota fiscal de obras compradas do Instituto Filial de Manguinhos	78
Figura 18 – Carta enviada por Paul Albanel ao Ezequiel Dias em 29 de abril 1918	79
Figura 19 - Correspondência por Ezequiel Dias ao livreiro Paul Albanel – década	81

de 1920

Figura 20 - Publicação de Dias, Lisboa e Libânio – 1924	82
Figura 21 – Publicação referência em escorpionismo de O. Magalhães	83
Figura 22 – Ciclo de formação do acervo	84
Figura 23 – Lista de livros solicitados ao livreiro Paul Albanel em 11 de maio 1921	86
Gráfico 2 – Desenvolvimento do acervo: relação livros x periódicos	87
Figura 24 – Carta enviada por Overmeer ao diretor da filial mineira	89
Figura 25 – Carta de Pinheiro Chagas doando revistas ao acervo – 1920	90
Figura 26 – Carta solicitando a compra da obra <i>Flora Brasiliensis</i>	92
Figura 27 – Octávio Magalhães solicita, por carta, à Bertha Lutz, uma cópia de sua tese que não se encontrava disponível Belo Horizonte	93
Figura 28 – Tese defendida pelo pesquisador do Instituto sobre a vacina antirrábica – 1936	95
Figura 29 - Trabalho publicado sobre o plano de combate a esquistossomose em Belo Horizonte	96
Figura 30 – Trabalho referência sobre os casos agudos da doença de Chagas em Minas Gerais	97
Figura 31 – <i>Arte de la lengua Guarani, ó mas bien Tupi</i> – 1876	99
Figura 32 - Relatório – Ministério da Justiça e Negócios Interiores - Dr. Oswaldo Gonçalves Cruz, 1905	101
Figura 33 - Catálogo de equipamentos - <i>Vereinigte Fabriken fur Laboratoriumsbedarf</i> – 1901	102
Figura 34 – <i>L'art de connaitre les hommes par La physionomie</i> de Gaspard Lavater – 1820	103
Figura 35 – <i>I Miceti Patogeni dell'Uomo e degli animali</i> – 1922-30	104
Figura 36 – <i>As epidemias do Pará</i> (1906), com marcas de uso	105
Figura 37 – Biblioteca histórica da Funed - 2023	108

INTRODUÇÃO

A Fundação Ezequiel Dias – Funed é uma das principais instituições do país no desenvolvimento de ações em ciência, saúde e tecnologia para o fortalecimento do Sistema Único de Saúde - SUS, sendo referência em muitas áreas de atuação. Localizada em Belo Horizonte, a instituição trabalha em três eixos. O primeiro é o desenvolvimento de pesquisa científica a partir de veneno de animais como serpentes, escorpiões, aranhas e abelhas.

A segunda linha de atuação é a produção de medicamentos, a qual possui um moderno parque tecnológico para produção de soros antipeçonhento, antivirais, antitóxicos, além do fornecimento de vacina contra a meningite C ao Ministério da Saúde. O último eixo de atuação é a vigilância epidemiológica, sanitária e ambiental. A instituição tem um complexo de laboratórios que integram o Laboratório Central de Saúde Pública – Lacem-MG, que se dedica a realizar análises, exames e pesquisas de vários agravos, doenças e surtos epidêmicos.

A história da Fundação Ezequiel Dias está intimamente ligada à história da saúde pública em Minas Gerais, se integrando ao patrimônio científico e cultural do povo mineiro. Criada em 1907 para ser a primeira Filial do Instituto Soroterápico Federal, a Instituição, desde sua origem, representa o lugar do conhecimento científico, da inovação e da saúde.

Não é sem razão que a Funed é uma instituição referência na área, pois suas ações, avanços e atividades têm raízes no seu processo de construção histórica. Esse fato chancela sua importância na estruturação da saúde pública no Estado. Sua história foi construída por inúmeros colaboradores que direta ou indiretamente passaram pela instituição e deixaram valiosas contribuições para o seu desenvolvimento. Nesse sentido, a Funed faz parte da memória coletiva, e conhecer e preservar a história institucional é ingrediente básico para compreender seu desenvolvimento no tempo e auxiliar na construção das ações futuras.

A Biblioteca Histórica da Fundação Ezequiel Dias é o ambiente mais antigo desta instituição, foi pensada para dar suporte às atividades institucionais, mas a biblioteca ultrapassou seu princípio criador e se tornou o centro cultural e científico da cidade de Belo Horizonte. Era o espaço do encontro entre a ciência e a cultura, era o lugar do desenvolvimento, da informação, da inovação e do diálogo.

O desenvolvimento do acervo foi cuidadosamente pensado e selecionado por seus dirigentes e pesquisadores, refletindo o pensamento de uma época e o valor da cultura científica. Sendo, muitas vezes, a materialização do pensamento da Escola de Manguinhos, pois foi concebida e formada nos mesmos moldes, mas com algumas singularidades. A biblioteca é o patrimônio cultural da instituição e seu acervo, o patrimônio bibliográfico e documental, pois representa a memória social e a identidade institucional. Estudar a biblioteca e seu acervo é mergulhar na construção da história institucional e da ciência e saúde.

A ideia da biblioteca como alicerce ao desenvolvimento científico perdurou até a saída do último dirigente ligado à escola de Manguinhos, Octávio Magalhães, em 1941. Após esse momento, a biblioteca perdeu o seu prestígio, as visitas foram diminuindo, não se renovava o acervo e, aos poucos, foi se tornando um depósito de “livros velhos”. A Biblioteca que abrigava o acervo referência em ciência e saúde na cidade ficou fechada por 30 anos. Na década de 1990, um projeto chefiado pelo pesquisador e diretor do Centro de Pesquisa da Funed, Carlos Ribeiro Diniz, e pela historiadora Rita de Cássia Marques, propõe a reabertura da biblioteca. Para tanto, foram contratados quatro estagiários para fazer o diagnóstico, a organização e a limpeza do acervo. Depois de muitas incertezas, a biblioteca foi reaberta em 2001.

Dentre os estagiários selecionados, eu fui um deles, participei do projeto inicial de reorganização, e, logo após a abertura da biblioteca, fui contratada para trabalhar com o acervo e a memória institucional. Hoje, faz vinte anos que sou servidora efetiva na função de historiadora e gestora do acervo histórico. Na construção da minha formação acadêmica, sempre busquei meios que me ajudassem a compreender e a entender as necessidades da coleção. Sendo assim, especializei-me em história da ciência, em gestão institucional e fiz diversos cursos sobre conservação preventiva, patrimônio e museologia.

Ao longo do tempo, percebi a singularidade do acervo, seu valor histórico, social e patrimonial, e que precisava ser pesquisado, divulgado e preservado, pois é uma importante fonte de pesquisa historiográfica que remonta a história institucional da cidade de Belo Horizonte, da saúde pública e da ciência. Dessa forma, ingressei no Mestrado Profissional em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde na linha de pesquisa “Patrimônio Cultural: preservação e gestão”, com o projeto para desenvolver critérios de raridade para o acervo da biblioteca histórica, mas, ao longo da pesquisa, percebi que não poderia fazer isso sem primeiro caracterizar a

importância do acervo para a instituição e sua relação social e patrimonial com a história da saúde e da ciência.

Portanto, o objetivo geral desta dissertação é analisar os elementos que conceituam a Biblioteca Histórica da Fundação Ezequiel Dias como representativa do patrimônio bibliográfico e documental, compreendendo seus significados e relações com determinada comunidade, região ou instituição. Tendo como princípios norteadores a constituição da história institucional, o papel da biblioteca como centro cultural e científico, a construção histórica do acervo, a representação do acervo para a instituição e seu significado social.

O marco temporal do trabalho é à saída do médico e pesquisador Octávio Magalhães, em 1941, último dirigente que carregava a herança científica da Escola de Manguinhos. Esse importante papel desempenhado pela biblioteca na construção e desenvolvimento institucional e na formação do saber científico foi muito pouco explorado na literatura e esta dissertação tem muito a contribuir.

A partir dessas conexões, definimos como metodologia a pesquisa bibliográfica e documental, tendo como ponto forte o próprio acervo da biblioteca que são: os relatórios institucionais; os documentos internos; as correspondências entre o Instituto e os livreiros nacionais e internacionais e as instituições de pesquisa; os jornais; as revistas; e o acervo iconográfico.¹

A fundamentação teórica foi desenvolvida a partir da seleção bibliográfica dos principais teóricos que estão discutindo os conceitos de patrimônio bibliográfico e documental. Na literatura especializada, esse termo é ainda recente, mas o seu dinamismo e a busca por conceitos, que definam as coleções de representatividade social, estão propondo cada vez mais discussões sobre o tema. Por isso, não temos a pretensão de esgotar o assunto, mas contribuir com os debates, por meio da história da Biblioteca Histórica da Funed e do desenvolvimento do seu acervo.

No primeiro capítulo, “Patrimônio bibliográfico: aspectos teóricos e conceituais”, apresentou-se as novas perspectivas patrimoniais, após a mobilização de setores da sociedade que culminou no texto da Constituição de 1988, e, assim, abriu a possibilidade de pensar o patrimônio além da “pedra e cal”. A política cultural no Brasil ganhou novos contornos, especialmente quando se faz referência ao patrimônio cultural.

¹ São considerados materiais iconográficos fotografias, gravuras, selos, desenhos e produções artísticas, negativos e slides.

O patrimônio bibliográfico é reflexo dessa mudança. É uma definição que aos poucos está sendo construída e reconstruída na medida em que o cenário patrimonial ganha novos caminhos e abordagens. Apesar das perspectivas favoráveis, ainda não há uma definição sistemática, pois a pluralidade cultural da nação, a busca por valores da identidade nacional, a extensão territorial e o regionalismo estão entre os fatores que dificultam a determinação dos conceitos patrimoniais bibliográficos. Os conceitos de memória institucional e coletiva também são abordados nesse capítulo, pois identificam a biblioteca como espaço de preservação dos registros da memória institucional, do conhecimento e da construção da identidade.

No segundo capítulo, “A ciência na nova capital mineira: as primeiras décadas da república”, abordou-se a história da Fundação Ezequiel Dias, como a primeira filial do Instituto Soroterápico Federal do Rio de Janeiro. A constituição da Instituição é o pano de fundo para entender a formação da biblioteca e conseqüentemente a construção do acervo institucional.

No capítulo terceiro, intitulado “A biblioteca como espaço da ciência e cultura”, mostrou-se como a biblioteca era o reflexo do pensamento de Oswaldo Cruz e como se transformou em um centro de ciência e cultura em Belo Horizonte. Chamamos atenção, para as reuniões científicas e como isso estimulou o desenvolvimento de uma comunidade científica local e influenciou o desenvolvimento do campo médico. A biblioteca extrapolou seus muros e se tornou instrumento de conversa com outras instituições de ciência. Recebia visitas de todos os lugares, reforçando o seu valor e sua importância. Assim, mostrou-se que a biblioteca era mais do que um suporte informacional às necessidades institucionais, era referência em ciência e saúde e promovia a geração de conhecimento e inovação, sendo considerada pelos pesquisadores, usuários e dirigentes o coração da instituição.

No capítulo final da dissertação, denominado “A formação do acervo”, descreveu-se como se desenvolveu o acervo bibliográfico, originado de uma coleção particular do fundador Ezequiel Dias para uma coleção institucional. Mostrou-se o cuidado na constituição da coleção, a relação com os livreiros na compra e seleção das obras, as doações e a dificuldade de verbas para adquirir exemplares. Revelou-se como as permutas, com os diversos centros de ciência do mundo, significou uma importante fonte de renovação do acervo, em meio aos problemas econômicos. A formação da coleção foi cuidadosamente pensada e escolhida, havendo sinergia e aderência às atividades institucionais e ao desenvolvimento de uma comunidade científica local.

Nesse capítulo, percebe-se a diversidade de material bibliográfico e a singularidade da sua formação, mas sem perder de vista os valores científicos herdados da Escola de Manguinhos. A coleção fundadora dialoga com a instituição, com os centros de ciência e com os pesquisadores, tem uma relação de pertencimento e reflete a memória e a identidade institucional. Elementos propulsores do patrimônio bibliográfico e documental.

Esta dissertação se propõe a contribuir com os estudos do patrimônio bibliográfico e documental, tendo a Biblioteca histórica da Fundação Ezequiel Dias como um espaço de diálogo com esses conceitos.

CAPÍTULO 1 – PATRIMÔNIO BIBLIOGRÁFICO: ASPECTOS TEÓRICOS E CONCEITUAIS.

1.1 O patrimônio cultural

A palavra patrimônio é a junção de duas palavras originárias do latim *Patri* (pai) e *monium* (recebido), portanto, seu significado está relacionado à ideia de herança. A noção de patrimônio traz, etimologicamente, a ideia de herança paterna. No sentido jurídico, “refere-se a um complexo de bens, materiais ou não, diretos, ações, posse e tudo mais que pertença a uma pessoa ou empresa e seja suscetível de apreciação econômica” (ABREU, 2009, p. 34-35).

Ao longo do tempo, o conceito de patrimônio foi se transformando. Inicialmente, estava vinculado ao direito de herança ao bem pátrio, na esfera do ambiente privado. A Revolução Francesa marca o início das discussões acerca da preservação do patrimônio no âmbito nacional, em um contexto de coletividade e de bem comum, tendo seu significado relacionado à construção de uma identidade nacional. Segundo Fonseca (2005, p. 37):

A noção de patrimônio é [...] datada, produzida, assim como a ideia de nação, no final do século XVIII, durante a Revolução Francesa, e foi procedida, na civilização ocidental, pela autonomização das noções de arte e de história. O histórico e o artístico assumem. Nesse caso, uma dimensão instrumental, e passam a ser utilizados na construção de uma representação de nação.

No Brasil, o movimento preservacionista é recente e começou muito incipiente no Segundo Reinado, com preocupações voltadas à conservação de obras de arte e históricas. Durante a República, não havia uma política de Estado para a proteção de bens culturais e arquitetônicos, apenas algumas ações isoladas, geralmente, de colecionadores e intelectuais.

Na década de 1920, observa-se uma preocupação maior na valorização do patrimônio nacional brasileiro, especialmente voltada ao patrimônio arquitetônico denominado de “pedra e cal”. Na década de 1930, é o momento em que são criados dispositivos legais na constituição de 1934, que coloca o patrimônio sob a proteção legal do poder público. O objetivo era a preservação das belezas naturais e do patrimônio histórico e cultural em uma perspectiva monumental.

Nesse período, o escritor Mário de Andrade foi convidado pelo então Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, a desenvolver um projeto de preservação e organização do Patrimônio Cultural Brasileiro. Denominado de anteprojeto, a proposta era vanguardista e se destacava como um projeto inovador que ampliava a visão de bem cultural. Além do conceito arquitetônico, propunha a inclusão de hábitos, credences, cantos, danças, lendas e outras manifestações culturais como parte da construção da identidade nacional. Compreendia que a arte tinha uma conotação ampla e simbólica, representava a relação do ser social com a ciência das coisas. E o patrimônio cultural era o reflexo dessa prática social, sendo percebido de maneira integral. O anteprojeto estabelece os objetivos da nova instituição, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), hoje Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Entende-se por patrimônio artístico nacional, todas as obras de arte pura ou de arte aplicada, popular ou erudita, nacional ou estrangeira, pertencentes aos poderes públicos, a organismos sociais e a particulares, estrangeiros, residentes no Brasil (SPHAN, 1980, p. 55).

As ideias democráticas de cultura, propostas por Mário de Andrade, não se encaixavam ao modelo centralizador e autoritário do Estado Novo, e muitas foram suprimidas da política cultural nacional. Sendo assim, o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN – institucionalizado em 1937, definia patrimônio histórico e artístico nacional, de acordo com o Art. 1, do Decreto-Lei, n. 25 de 1937, como:

O conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico (BRASIL, 1937).

Apesar de ser contemplado no decreto, o valor “bibliográfico” pouco se fez por esses materiais, pois seus conceitos eram limitados e direcionados a publicações que eram de interesse da cultura nacional. Na constituição de 1946, pela primeira vez, o termo “documentos” foi introduzido na legislação como objeto de preservação patrimonial, pelo seu valor histórico e artístico. Apesar de estarem contemplados juridicamente, poucas ações foram efetivadas visando à preservação do acervo documental e bibliográfico.

Nesse período, essa visão de patrimônio cultural procurava reafirmar o discurso nacional de uniformidade, exaltando o passado histórico brasileiro, com os princípios de civilização, elegendo personagens históricos e fatos memoráveis com o objetivo de criar um sentimento de pertencimento e integração nacional. Essa linha de pensamento e atuação perdurou na política cultural brasileira até a década de 1970.

A partir desse momento, inauguram-se novos conceitos sobre a questão do patrimônio cultural nacional. O pernambucano Aloísio Magalhães, por meio do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), buscava preservar os valores da formação cultural brasileira sob uma ótica econômica. Acreditava na relação entre a cultura nacional e o desenvolvimento econômico, pois o saber-fazer cultural do povo brasileiro colocaria características singulares a um produto legitimamente nacional, buscando o desenvolvimento autônomo da indústria nacional. Essa visão coloca Magalhães como grande mediador entre os militares do governo e o grupo de intelectuais e artistas inseridos na política cultural.

Como resposta a essa questão, Aloísio Magalhães busca nos valores culturais da nação a resposta para o seu projeto integrador e desenvolvimentista. Resgata alguns conceitos do anteprojeto de Mário de Andrade e propõe um conceito amplo e diversificado de “bens culturais”, incorporando e ampliando a noção de patrimônio cultural por meio da valorização das raízes populares vivas, como os costumes e hábitos cotidianos, o saber-fazer, as atividades contemporâneas, as crenças e todo tipo de manifestação cultural da sociedade brasileira.

A Fundação Nacional Pró-Memória foi a grande articuladora desse processo de mapeamento e registro dos bens culturais e buscava dar um novo sentido à política de preservação. Nessa mesma época, Magalhães cunha a expressão “patrimônio cultural não-consagrado” pensada para definir e reconhecer essas manifestações populares não aceitas pela política patrimonial.

Apesar das mudanças ocorridas nos últimos anos na política cultural do país, ainda eram evidentes a diversidade social, a heterogeneidade cultural, o regionalismo e a cultura popular, o qual a atual política não conseguia abranger. Somente na Constituição Federal de 1988, o conceito de patrimônio e identidade cultural são ampliados, trazendo inovações à política cultural brasileira (BRASIL, 1988). As definições de patrimônio material e imaterial e de significado sociocultural ganham novos olhares, ampliam a visão de objetos monumentalizados e de fontes de pesquisa historiográfica.

Os sujeitos sociais, antes esquecidos, entram em cena reivindicando maior representatividade social e buscam afirmar suas identidades como parte da identidade nacional. De acordo com Fonseca (2003, p. 67), passou a se adotar uma concepção mais ampla de patrimônio cultural, não mais centrada em determinados objetos, como os monumentos, e sim numa relação da sociedade com sua cultura, por meio de laços de pertencimento. Segundo Araripe (2004, p. 114):

Há, também, na memória contida no patrimônio um veio para se obter uma identidade e os laços de pertencimento com a comunidade onde se insere. [...] uma relação de reconhecimento e pertencimento – de identidade, daquilo que se constitui como patrimônio com a história do seu povo e as suas práticas cotidianas.

Rodrigues (2012, p. 4) define Patrimônio Cultural como:

O conjunto de bens, materiais e imateriais, que são considerados de interesse coletivo, suficientemente relevante para a perpetuação no tempo. O patrimônio faz recordar o passado; é uma manifestação, um testemunho, uma invocação, ou melhor, uma convocação do passado. Tem, portanto, a função de (re) memorar acontecimentos mais importantes; daí a relação com o conceito de memória social. [...]. É o conjunto de símbolos sacralizados, no sentido religioso e ideológico, que um grupo, normalmente a elite, política, científica, econômica e religiosa, decide preservar como patrimônio coletivo.

Castro (2006, p. 6) salienta que:

A preservação do Patrimônio Cultural tem importância fundamental para o desenvolvimento e enriquecimento de um povo e de sua cultura. Os bens culturais guardam informações, significados, mensagens, registros da história humana – refletem ideias, crenças, costumes, gosto estético, conhecimento tecnológico, condições sociais, econômicas e políticas de um grupo em determinada época.

Apesar do conceito de patrimônio cultural ter se alargado nos últimos anos, sobretudo com a inclusão dos bens intangíveis, o seu conceito não é estatístico, pois reflete as relações sociais, o simbolismo e a heterogeneidade cultural, sendo um conceito dinâmico e em constante transformação.

1.2 O patrimônio bibliográfico e documental

A pluralidade do termo patrimônio cultural abre espaço para as diversas perspectivas patrimoniais, pois o seu conceito foi transformado em sinônimo de laço social, estando em toda parte, “da mobilização de corpos políticos à instituição cultural” (POULOT, 2012, p. 27). A ideia de patrimônio bibliográfico e documental se insere nessa abertura conceitual e se integra aos princípios do patrimônio cultural, mas ainda é uma discussão muito incipiente e tímida no Brasil, não havendo um conceito formal e nem consenso entre os acadêmicos: Nesse sentido:

Um dos entraves à elaboração de normas específicas de proteção ao patrimônio bibliográfico no Brasil é a ausência de conceitos desta modalidade de patrimônio cultural, o que acabou por associar as coleções bibliográficas aos acervos arquivísticos, como reflexo da política de preservação do patrimônio documental adotada no país ao longo do século XX (SANTOS; REIS, 2018, p. 242).

A falta de uma definição clara do que venha a ser patrimônio documental e bibliográfico e um amadurecimento tardio desses conceitos travaram as discussões e estudos sobre o assunto.

Vários autores associam o patrimônio bibliográfico a livros raros e antigos. Muitas vezes, esta relação é limitada, errônea e não reflete a diversidade da cultura brasileira e nem os princípios do patrimônio cultural, que estão integrados à relação social, à memória e à identidade de uma comunidade, de uma instituição ou de um grupo social. De acordo com Azevedo (2021, v. 2, p. 211):

A ideia de raridade não deveria ser um ideal idílico a ser percorrido, mas um simples auxílio na compreensão de uma coleção. Não deveria ser algo que se fizesse que uma biblioteca fosse percebida melhor ou mais importante que outra. Desde que o princípio seja pelo patrimônio bibliográfico, raro ou não, seriam coleções complementares.

Sendo assim, a raridade não é um elemento de distinção e sim de valoração patrimonial, ela é relativa e tem a ver com o contexto e com a relação social. A definição de livro raro é algo discutível e muitas vezes subjetivo, pois está impregnado de conceitos e critérios que não se enquadram à realidade brasileira e muitas vezes excluem o que realmente importa para uma comunidade, uma instituição ou para um grupo no qual a obra está inserida.

É inegável o valor histórico de muitas obras brasileiras que falam sobre o Brasil e escritas no Brasil como as produzidas pelos viajantes naturalistas, manuscritos ou obras limitadas temporalmente até o final do século XIX. Elas se encaixam em

parâmetros aceitos universalmente como unicidade, edições limitadas, personalizadas, limite histórico, tipografia, dentre outros. Mas o que dizer de obras que tem ligação com a memória social, das ciências, de uma instituição ou tem um contexto regional? Obras do século XX ou contemporâneas que têm aderência a uma área do conhecimento, a uma empresa ou uma comunidade? Elas não são representativas? A determinação em buscar critérios para rotular acervos, muitas vezes, faz com que sejam valorizadas determinadas obras em detrimento de outras que têm uma relação maior com o ambiente na qual está inserida. Entende-se que o valor patrimonial e cultural é muito mais representativo e democrático, vai além dos critérios de raridade, pois caracteriza, representa e simboliza um grupo social, além de estabelecer uma relação identitária.

Para Azevedo (2021, v. 2, p. 204) “é errôneo associar livro raro e antigo ao que merece estar na categoria de patrimônio bibliográfico”. O autor vai além da conceituação pasteurizada de critérios de raridade, que se tornou uma categoria do patrimônio bibliográfico, e se aproxima dos conceitos de memória e identidade. O valor de um livro ultrapassa os conceitos de raridade, ele é ressignificado de acordo com a afinidade que estabelece com o grupo social ao qual está inserido.

O patrimônio bibliográfico e documental é uma categoria cultural muito ampla e abrange um significado social, cultural e institucional diversificado e característico, sendo a representação da memória social e o reflexo da singularidade de um grupo social, de uma instituição ou de uma área do conhecimento. O patrimônio de uma instituição (seja bibliográfico e/ou documental), de uma área específica, de um bairro, de uma cidade ou mesmo do país inteiro vão além das características de raridade (SILVA; ACHILLES; AZEVEDO, 2020, p. 12).

Alguns autores mexicanos, espanhóis e colombianos fazem importantes reflexões sobre a construção dos conceitos de patrimônio bibliográfico e documental e a sua relação sociocultural, contribuindo para os estudos no Brasil. Para Jaramillo e Marín-Agudelo (2014), o patrimônio bibliográfico está inserido em um contexto mais amplo de patrimônio documental. Esses autores afirmam que o patrimônio bibliográfico pode ser formado por qualquer documento que representa a expressão e a identidade cultural de um grupo social, podendo ser em qualquer meio ou formato com o objetivo de difundir o conhecimento:

Es decir, el patrimonio documental es mucho más amplio que los textos, libros impresos y manuscritos, y los escritos creados en razón de una actividad cualquiera como son los documentos de archivo, e incluye cualquier objeto que lleve una inscripción o mensaje desde

una perspectiva antropológica, como por ejemplo los objetos de los museos (JARAMILLO; MARÍN-AGUDELO, 2014, p. 426).

Palma Peña (2011) acredita na diversidade de conceitos sobre patrimônio cultural, e que cada campo do conhecimento elabora e se adapta de acordo com a sua realidade e objetivo. Para o autor, a humanidade tem gerado ao longo do tempo vários conhecimentos culturais e científicos, e esses conhecimentos são registrados e transmitidos em diversas manifestações culturais tangíveis e intangíveis. Nos últimos tempos, as sociedades buscam a recuperação desses significados, e as obras impressas e documentais são a materialidade desse pensamento social, sendo indispensáveis como meio de comunicação e transmissão do conhecimento. Nesse sentido, o patrimônio bibliográfico e documental é parte essencial do patrimônio cultural, pois reflete as manifestações culturais e tecnológicas de uma sociedade, de um grupo ou de uma instituição que busca fortalecer e construir sua identidade, sua história e sua memória.

Palma Peña (2011, p. 204) define patrimônio bibliográfico e documental como categorias distintas tipologicamente, mas semelhantes:

[...] el patrimonio bibliográfico y documental puede pensarse como: aquéllas expresiones artísticas, históricas, culturales, folklóricas, educativas, intelectuales, científicas, entre otras, que han sido producidas para ser testigo fiel del desarrollo de las sociedades; que a su vez, han sido objetivadas en manuscritos, impresos, medios audiovisuales, documentos electrónicos, etc., cuya finalidad es almacenar, transmitir, preservar, conservar, comunicar y difundir la suma de conocimientos.

Silva, Achilles e Azevedo (2020, p. 11-12) também acreditam que os acervos documentais e bibliográficos deveriam ser qualificados separadamente, levando em consideração seu conteúdo e o meio no qual foi produzido:

[...] para que um documento seja designado como bibliográfico ou arquivístico/documental devemos conhecer sua história e sua relação com a instituição e/ou com seus atores, posto que há aí uma necessária relação de sinergia. Se foi produzido ou acumulado no decorrer das atividades de uma pessoa física ou jurídica, deve ser enquadrado como documento arquivístico e pode ser considerado patrimônio documental. Se não possui essas características, será enquadrado como documento bibliográfico e pode ser considerado patrimônio bibliográfico. Um livro, um manuscrito, uma foto, um mapa podem ser considerados um ou outro dependendo do contexto em que se encontram. Para além das instituições que os abrigam.

O Programa Memória do Mundo, da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), em 2015, também contribuiu com a discussão ao reforçar a importância da preservação do patrimônio documental, e considerar este conceito mais amplo, pois abarca tanto o bibliográfico quanto o documental. Mas a partir de 2017, passou a utilizar o termo “patrimônio bibliográfico” junto ao termo patrimônio documental, assim definido:

El patrimonio documental comprende los documentos o grupos de documentos de valor significativo y duradero para una comunidad, una cultura, un país o para la humanidad en general, y cuyo deterioro o pérdida supondrían un empobrecimiento perjudicial. Es posible que el carácter significativo de este patrimonio solamente se evidencie con el paso del tiempo. El patrimonio documental del mundo tiene una importancia global y es responsabilidad de todos, y debería ser plenamente preservado y protegido para todos, teniendo debidamente en cuenta y reconociendo los hábitos y prácticas culturales. Debería ser accesible para todos y reutilizable de manera permanente y sin obstáculos. Es un medio para entender la historia social, política y colectiva, así como personal, y puede contribuir a constituir la base de la buena gobernanza y el desarrollo sostenible. Para cada Estado, su patrimonio documental refleja su memoria e identidad y contribuye así a determinar su lugar en la comunidad mundial. Las instituciones encargadas de la memoria pueden ser, entre otras, archivos, bibliotecas, museos y otras organizaciones educativas, culturales y de investigación (UNESCO, 2015).

As bibliotecas e arquivos se constituem como parte integrante da construção dessa memória, pois refletem a diversidade dos povos e da cultura mundial, sendo importante a sua salvaguarda, pois preservam o conhecimento da humanidade.

Tendo em vista as concepções de patrimônio bibliográfico e documental apresentadas, a Biblioteca Histórica da Fundação Ezequiel Dias (Funed) se integra a esses conceitos, pois seu histórico de criação, de desenvolvimento de acervo e como espaço de sociabilização foram suporte para a construção do conhecimento científico e para a formação da identidade institucional e do campo médico no Estado de Minas Gerais. Seu acervo é constituído tanto por obras bibliográficas quanto por alguns documentos. Apesar de serem distintos tipologicamente, têm uma relação comum e indissociável, se relacionam à história e à memória institucional, por isso são preservados e guardados na Biblioteca Histórica da Instituição. Sendo assim, seu acervo se define como patrimônio bibliográfico e documental.

Nesse contexto, essas definições de patrimônio bibliográfico e documental colocam as bibliotecas e os arquivos como centros de guarda e preservação dos registros

da memória coletiva que são símbolos, imagens, histórias e narrações que se traduzem em conhecimento. Os livros e os documentos são alguns exemplos desses registros que materializam a construção da identidade de uma comunidade. O livro como objeto na sua condição de semióforo,² possui características específicas (subjetivas e materiais) que fazem com que o sujeito estabeleça relações outras, além da simples busca de informação e criação de conhecimento (MURGUIA, 2009, p. 87). Essa relação estabelecida coloca o livro como objeto simbólico e integrante da conexão entre memória e identidade. Segundo o autor:

[...]quando consideramos o livro como semióforo, ele pode sê-lo de dois tipos e ao mesmo tempo: textual e *expósito*, qualidade esta que o equipara a qualquer objeto museológico e que o aproxima da cultura material. Por isso, o livro pode como qualquer outro objeto, ser passível de ser colecionado. Assim, ao livro como a qualquer outro objeto, tanto no momento de seu recolhimento, como no momento de sua disposição e/ou exposição (pública ou privada), podem ser-lhe atribuídos alguns valores, sejam eles afetivos, utilitários, emblemáticos, etc. (MURGURIA, 2009, p. 100).

O livro impresso como se conhece atualmente, tem sido utilizado ao longo do tempo como instrumento de registro e informação econômica, social, cultural e política entre os diversos povos, sendo um dos principais meios de registro da humanidade. Nas suas páginas, anota-se e transferem-se as memórias, além de provocar a reflexão acerca do desenvolvimento intelectual e espiritual. O livro vai além do conhecimento registrado e do valor físico. Segundo Rodrigues, Vian e Teixeira (2020, p. 2): “A sua importância, que também é simbólica e imaterial, está no seu impacto para o desenvolvimento da sociedade nas mais diversas áreas do conhecimento”.

Um objeto cultural traz consigo uma determinada memória, desvinculada da função original pelo que foi criado. E o livro é o reflexo dessa relação, é uma fonte de informação e conhecimento, mas como objeto cultural ultrapassa seu princípio criador e seu conteúdo, se torna representante de uma memória coletiva com marcas e símbolos que narram sua trajetória. Assim, o livro é a junção entre o valor informacional e o valor patrimonial. Para Jaramillo e Marín-Agudelo (2014, p. 428):

² “[...] objetos que não têm utilidade, no sentido que acaba de ser precisado, mas que representam o invisível, são dotados de um significado; não sendo manipulados, mas expostos ao olhar, não sofrem usura” (POMIAN, p. 71, 1984).

Siendo el libro la máxima expresión del patrimonio bibliográfico, el interés de éste no sólo radica en su sentido textual, sino también en los aspectos relativos a la creación, procedencia y usos que la comunidad hace de ellos, ya que han acompañado en su desarrollo a las sociedades e impulsado la conformación de las identidades nacionales, convirtiéndose en fieles testimonios de la memoria histórica y colectiva. En otras palabras, el patrimonio bibliográfico recoge las representaciones sociales acumuladas por los actores de la misma comunidad, que sirve de medio para la transmisión de los saberes.

Nesse contexto, o patrimônio só faz sentido quando caracteriza ou representa um povo ou uma comunidade. E o livro, nessa relação, vai além da informação, pois é o registro das manifestações culturais, se constituindo como patrimônio bibliográfico e documental, pois apresenta características singulares de grande aderência institucional, social, científica e histórica para a comunidade, sendo o reflexo da identidade de determinado grupo.

1.3 A Biblioteca e memória institucional

O termo memória social foi abordado pela primeira vez pelo sociólogo Maurice Halbwachs (2006). Na sua perspectiva, para que uma memória seja transmitida a outro não basta contar suas lembranças, há a necessidade de uma aprovação coletiva, visto que a memória não conserva o passado, é recuperada a partir do presente e não é uma construção individual e sim coletiva. A partir dessa visão, pode-se pensar o livro como meio de registro da memória coletiva, cujo seu valor simbólico, informacional e social vai além do indivíduo e do objeto material. Os livros estabelecem laços entre o indivíduo, o universo simbólico e as manifestações coletivas, pois são resgatados sempre no presente em busca de registros do passado na construção do futuro. Nessa dialética constante se estabelece as bases da identidade social.

Para o historiador francês Cristian Jacob (2000, p. 9), a biblioteca é um lugar de diálogo com o passado, de criação e inovação, e a conservação só tem sentido como fermento dos saberes e motor do conhecimento, a serviço da coletividade inteira. Sendo assim, são lugares simbólicos onde essa memória coletiva se expressa e se revela.

Integrada a esses conceitos, as bibliotecas se caracterizam como espaços de preservação dos registros da memória coletiva e do conhecimento, podendo ser chamadas de centros de memória. Desempenhando diferentes papéis na atualidade, a biblioteca, por ser uma instituição de preservação dos registros do passado, guarda e

disponibiliza documentos constituídos de variados tipos de suportes que representam a memória coletiva de um grupo de pessoas (MURGUIA; YASSUDA, 2007, p. 66).

As bibliotecas são espaços de conhecimento, são ambientes vivos e dinâmicos, lugar de diálogo entre o passado e o presente, sendo o motor e o suporte para a criação e inovação futura a serviço da coletividade e na construção da identidade, onde seus acervos têm uma relação de “aderência e ressonância” (GONÇALVES, 2007; BORGES; CAMPOS, 2012) com a comunidade, com a instituição ou com uma área do conhecimento se caracterizam como patrimônio bibliográfico e documental. Apesar de muitos autores se deterem nesta discussão, justifica-se a necessidade de realizar estudos sobre patrimônio. “Ao tratar de patrimônio, é necessário pensar o porquê, para quê e para quem o tema é abordado” (SILVA; ACHILLES; AZEVEDO, 2020, p. 8).

A partir dessa perspectiva, podemos dizer que a Biblioteca Histórica da Funed representa a história do desenvolvimento científico em Minas Gerais, e seu acervo se caracteriza como um patrimônio bibliográfico e documental, uma vez que traduz a construção desse conhecimento e a formação da identidade institucional.

Costa (1997, p. 82) conceitua as instituições como sendo uma obra coletiva, de criação social, cultural, acontecimento e complementa como sendo agenciamentos coletivos que se instituem no seio das relações sociais. Nesse sentido, a Biblioteca Histórica da Funed está integrada ao processo de criação de uma instituição em ciência e saúde e, por isso, reflete, além da memória social, a construção do conhecimento científico e a identidade institucional. Ainda segundo a autora: “[...] a memória é um elemento primordial no funcionamento das instituições. É através da memória que as instituições se reproduzem no seio da sociedade, retendo apenas as informações que interessam ao seu funcionamento” (COSTA, 1997, p. 145).

As bibliotecas institucionais seguem diretrizes e por isso são marcadas por diferentes influências científicas, políticas e sociais dentro das instituições. Elas se caracterizam por serem espaços de guarda da história e dos registros da memória institucional, e, muitas vezes, são vistas como lugares de saber-poder.

Para Namer (1987 apud SOUZA; AZEVEDO; LOUREIRO, 2017), a biblioteca pode ser representada pelo binômio poder/saber, pois o critério de seleção das obras para compor o acervo e a intencionalidade com relação à biblioteca são formas de controle e manutenção da memória institucional. A mesma relação pode ser percebida na formação da Biblioteca Histórica da Funed. A intencionalidade de transformá-la em um centro de referência científica sempre esteve presente, e a formação do acervo era

direcionada às necessidades institucionais. A biblioteca personificava o poder e o saber científico, sendo base de construção da ciência e da saúde pública no Estado de Minas Gerais.

Costa (1997, p. 9) relata que a memória institucional é um permanente jogo de informações que se constrói em práticas discursivas e dinâmicas. Essa relação é delineada a partir de uma construção social, pois reflete hábitos, costumes, usos, comportamentos e diferentes formas de pensar a sociedade na construção da identidade institucional. Dessa forma, a memória e a identidade se apresentam como componentes importantes para a determinação do patrimônio cultural institucional. Nessa relação, a biblioteca institucional é uma construção coletiva, é o somatório de histórias, práticas, hábitos de classes, áreas do conhecimento e memórias coletivas, não são apenas livros, periódicos e acervos, mas o entrelaçamento entre a memória social e a memória institucional. E este encontro será condição para a constituição do patrimônio bibliográfico e documental.

A **memória institucional** é mais um elemento integrador do patrimônio cultural, pois está relacionada com a significação social e a memória coletiva. Uma instituição é feita de pessoas e são essas pessoas que ajudam a construir e a desenvolver uma instituição, possibilitando estabelecer memórias e gerar conhecimentos. E a biblioteca é o espaço acumulativo dessas memórias registradas em formato de livros, teses, periódicos, fotografias e outras formas de documentos.

Nos últimos tempos, as instituições têm utilizado os conceitos de memória e história como importante ferramenta estratégica. Esses conceitos permitem relacionar a instituição ao seu tempo, ao seu meio social e ao seu meio cultural e muitas vezes justificam e chancelam sua atuação no mercado e na sociedade, transmitindo confiabilidade e qualidade de serviço. A historiadora Karen Worcman (2004) faz uma reflexão sobre a importância de trabalhar a memória institucional para desenvolver ações de pertencimento e significado social, elementos importantes na relação com o patrimônio cultural. Para autora:

Trabalhar a memória empresarial não é simplesmente referir-se ao passado de uma empresa. Memória empresarial é, sobretudo, o uso que uma empresa faz de sua história. E dependerá da forma de perceber e valorizar sua própria história que as empresas podem aproveitar (ou perder) a oportunidade de utilizar essa ferramenta fundamental para adicionar mais valor à sua atividade (WORCMAN, 2004, p. 24).

Como elucidada Worcman (2004), a história de uma empresa não deve ser pensada apenas como resgate do passado, mas como um marco referencial a partir do qual as pessoas redescobrem valores e experiências, reforçam vínculos presentes, criam empatias com a trajetória da organização e podem refletir sobre as expectativas dos planos futuros.

Para Gonçalves (2005), o patrimônio não depende apenas da vontade e decisão política do estado ou das instituições, nem depende de uma atividade de indivíduos ou de grupos. Os objetos que compõem o patrimônio precisam encontrar “ressonância” junto ao seu público, ou seja, é preciso ter uma relação social, um significado, uma identidade na construção do patrimônio cultural institucional, sendo a biblioteca o espaço da memória coletiva, das experiências existenciais, científicas e culturais do lugar onde se insere.

Na biblioteca histórica da Funed pode-se perceber esta relação entre “ressonância e aderência” na formação de acervo, nas marcas de proveniência³ e na constituição do próprio espaço da biblioteca com a identidade da instituição, com a história da ciência e saúde, e com a própria formação do campo médico da cidade de Belo Horizonte, e da construção da saúde pública no Estado de Minas Gerais.

As bibliotecas institucionais possuem a responsabilidade de preservar, organizar e disseminar as informações, são ambientes vigorosos e dinâmicos e, conforme Latour (2000, p. 21, grifo do autor), “ela [biblioteca] curva o espaço e o tempo ao redor de si, e serve de receptáculo provisório, de *dispatcher*, de transformador e de agulha a fluxos bem concretos que ela movimenta continuamente”. Nesta relação é importante definirmos os caminhos que vamos trilhar na preservação do patrimônio institucional, sendo os registros da memória Institucional e sua relação de ressonância e aderência as bases para se constituir a Biblioteca Histórica da Funed como patrimônio bibliográfico e documental da ciência e da saúde.

Essas relações se alicerçam no processo de construção histórica da instituição. No capítulo seguinte, veremos como se instituiu a primeira filial do Instituto Oswaldo Cruz em Belo Horizonte e qual foi sua importância no estabelecimento da ciência biomédica no Estado de Minas Gerais.

³ As marcas de proveniência são elementos que permitem estabelecer o itinerário geográfico e intelectual das publicações e identificar a quem pertenceu o livro, seus leitores, contextualizar no tempo e no espaço o seu proprietário. Permitem múltiplas possibilidades de pesquisa a partir da sua identificação e divulgação. Disponível em: <https://doi.org/10.9771/rpa.v16i3.52338>. Acesso: 2 maio 2023.

CAPÍTULO 2 – A CIÊNCIA NA NOVA CAPITAL MINEIRA: AS PRIMEIRAS DÉCADAS DA REPÚBLICA

O final do século XIX e início do século XX foi um período de grandes mudanças políticas, econômicas, culturais e sociais no Brasil. O contato com os países europeus, a introdução de conceitos positivistas e evolucionistas, aliados às novas aspirações da nascente República e da industrialização, promoveram o nascimento das primeiras instituições científicas no país. Segundo Dantes (2001, p. 18):

Os registros relativos aos primeiros anos do período republicano mostram como a descentralização administrativa estimula a criação, pelos governos estaduais, de uma variedade de escolas profissionais. Registram também a atuação dos primeiros Institutos bacteriológicos, o de São Paulo, de 1892, e do Rio de Janeiro, de 1900.

Várias instituições foram criadas, principalmente em São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, para dar suporte ao desenvolvimento da economia nacional e muitas delas direcionavam suas ações para a exploração dos recursos naturais, a expansão agrícola e o saneamento urbano e de portos. À medida em que o progresso avançava, surgiam pragas agrícolas, doenças de animais e moléstias humanas, que reduziam a capacidade da mão de obra produtiva e atrapalhavam o andamento do desenvolvimento da economia nacional:

As instituições científicas criadas nos primeiros anos da República focalizavam principalmente a aplicação dos resultados ao que era visto como as necessidades mais prementes do Brasil: a exploração dos recursos naturais, a expansão da agricultura e o saneamento dos principais portos e cidades (SCHWARTZMAN, 2001, cap. 4, p. 7).

Dentro desse contexto nacional, foi criado, em 1900, o Instituto Soroterápico Federal, instalado na antiga Fazenda de Manguinhos no Rio de Janeiro, tendo como diretor geral o Barão de Pedro Afonso e como diretor técnico o jovem médico

bacteriologista Oswaldo Cruz, para fabricar o soro antipestoso e cuidar de uma violenta epidemia de peste bubônica no Porto de Santos. Em 1902, Oswaldo Cruz assumiu a direção-geral do novo Instituto. Este, por sua vez, amplia suas atividades não mais se restringindo à fabricação de soro antipestoso, mas dedicando-se também à pesquisa experimental e à formação de recursos humanos, com a criação do Curso de Aplicação em 1908. Segundo Jaime Benchimol (2020, p. 51):

Uma das principais virtudes de Oswaldo Cruz, não tanto como cientista, mas como hábil administrador da ciência, foi ter conseguido transformar num grande instituto de medicina experimental o pequeno laboratório criado em 1900, a partir de uma crise de saúde pública.

A conjuntura política, econômica e social que o Brasil vivia neste período, aliada às habilidades e ao desejo de Oswaldo Cruz de expandir a cultura científica nacionalmente, foram preponderantes na institucionalização de um dos mais importantes centros de ciência biomédica do país, o qual mudou os rumos da pesquisa e da ciência médica brasileira: o Instituto Soroterápico Federal, na Fazenda de Manguinhos, no Rio de Janeiro. Foi criado em 1900 com a demanda de produzir soros e vacinas contra a peste bubônica. Em 1908, o Instituto Soroterápico Federal alterou o seu nome para o então Instituto Oswaldo Cruz, hoje Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz.

Na República, com o federalismo, teve início uma diversificação regional no desenvolvimento científico e técnico, que se ampliou durante o século XX (DANTES, 2005). Cada estado da federação seguiu diferentes caminhos na institucionalização dos seus centros de ciência. Em Minas Gerais, distintos acontecimentos político, econômicos, sociais e até afetivos levaram a criação e institucionalização do primeiro centro de pesquisa, ciência e saúde na nova capital mineira: a primeira filial do “Instituto de Manguinhos” em Belo Horizonte.

A escolha da nova capital para o Estado será um dos pontos de partida para a criação do instituto de pesquisa. A expansão urbana e econômica e a pressão dos fazendeiros de café por uma cidade mais moderna e eficaz para comercialização dos produtos, aliada ao nascimento da república brasileira, foram fatores decisivos para a escolha de uma nova capital para o estado. Ouro Preto não refletia mais a modernidade do momento. Segundo a historiadora Letícia Julião, a criação e a construção da cidade concretizavam os desejos de uma elite que encarava o advento da república como sinal de ruptura com o passado, preconizando a modernização e o desenvolvimento nacional (JULIÃO, 1996, p. 51).

Em 1893, o arraial do Curral Del Rey foi escolhido para ser a nova sede da capital mineira. Localizado na parte central do Estado, rodeada pelas curvas das montanhas e conhecida pelo clima ameno, Belo Horizonte, assim denominada em 1901, se tornou a primeira cidade planejada do país. Moderna, racional e cosmopolita, a capital foi inspirada nas cidades de Paris e Washington, era a vitrine da recente república brasileira.

Inaugurada 1897, Belo Horizonte teve Aarão Reis como chefe da comissão construtora e um dos principais projetistas. Desenhada com traços retos, quarteirões grandes, ruas largas e bem orientadas. Diferente da antiga capital Ouro Preto, vista pelos republicanos como arcaica, atrasada e irracional, além de carregar a herança do colonialismo português. A nova capital era sinônimo de racionalidade, civilização e ciência. Segundo Daniela Passos (2016, p. 336):

O planejamento das cidades, durante o século XIX, assentou-se em ideais sanitaristas, comparando-se a um corpo saudável, limpo e onde o movimento se dava com total liberdade. Com isso, a população poderia respirar livremente, numa cidade altamente organizada e compreensiva, em que ruas, avenidas e praças representassem uma ruptura radical com o modelo das cidades até então existentes.

A visão de ciência como chave para o futuro do país era parte integrante do discurso positivista e Belo Horizonte arquitetava este ideal de modernização influenciada pelo novo contexto de ordem e progresso. A criação da primeira filial do Instituto Soroterápico Federal de Manguinhos, na nova capital mineira, representava a institucionalização do discurso positivista de valorização da ciência biomédica e da preocupação com o saneamento urbano. Nancy Stepan (1976, p. 65) relata que, na visão do médico positivista Pereira Barreto, por meio da ciência, o Brasil podia escapar a um fatalismo histórico relativo à sua capacidade de alterar os acontecimentos, e a nação podia emergir como parte do mundo civilizado moderno.

Nessa atmosfera progressista, a filial do Instituto Oswaldo Cruz (Figura 1) foi inaugurada em agosto de 1907, em um ponto estratégico e muito valorizado da cidade, ao lado do palácio do governo na Praça da Liberdade, onde atualmente se localiza a Biblioteca Pública Luiz de Bessa. A Praça, até hoje, é um dos principais espaços da cidade e nasceu para abrigar a sede do governo mineiro. No centro fica o palácio do governo, ao redor as secretárias de Estado e, ao lado, ficava o Instituto de pesquisa, representando o valor da ciência, da inovação e da modernidade.

Mais do que um espaço público a Praça era símbolo de poder, desenvolvimento e organização do espaço urbano, e o Instituto dialogava com estes valores, pois era o lugar onde se produzia conhecimento e se fazia ciência, valores importantes e representativos para a nova capital do Estado e para a República recém-instaurada no Brasil.

Figura 1 – Filial do Instituto Oswaldo Cruz de Belo Horizonte



Fonte: Acervo SICHC/ Funed

Entretanto, os elementos que influenciaram a criação da filial não passaram somente pela questão política ou pelas diretrizes republicanas, outros fatores se somaram a esses. As demandas do setor econômico do Estado foram preponderantes neste processo. A classe agropecuária tinha grande influência e projeção nacional e passava por problemas no desenvolvimento das atividades. As epizootias no campo prejudicavam e afetavam a cadeia produtiva da economia mineira, causando grandes prejuízos econômicos, sendo necessárias providências urgentes.

A pressão dessa classe econômica levou à descoberta da vacina contra o carbúnculo sintomático ou peste da manqueira por Alcides Godoy, médico e pesquisador do Instituto de Manguinhos, sendo uma das principais soluções para os criadores mineiros. Segundo o pesquisador Jaime Benchimol (2020, p. 71): “O desenvolvimento desta vacina partiu de uma solicitação dos pecuaristas de Minas

Gerais, onde a peste da manqueira dizimava aproximadamente 40%, às vezes até 80% dos bezerros”.

A necessidade de ter acesso mais rápido à vacina, que seria distribuída ao país como um todo, fez com que a Secretária de Agricultura do Estado de Minas Gerais, pressionasse o governo federal por uma solução rápida e eficiente para o problema, e esta solução passava pela criação de uma filial do Instituto Oswaldo Cruz na capital mineira, atitude que comungava com o pensamento republicano para Belo Horizonte. Segundo Benchimol (2020, p. 84):

Quando transcorriam as pesquisas visando à obtenção da vacina contra a peste da manqueira, o governo de Minas Gerais propôs a Oswaldo Cruz a criação de uma filial do instituto Soroterápico Federal em Belo Horizonte, a recém-fundada capital do estado, para um estudo mais sistemático das epizootias que reinavam em seus centros pastoris.

Além das razões de natureza política e econômica, outro fator relevante para a inauguração do instituto foi a relação afetiva entre Ezequiel Dias e Oswaldo Cruz. Dias foi um dos seus primeiros aprendizes no Instituto Soroterápico Federal, além de serem concunhados, pois Ezequiel era casado com Maria Cândida da Fonseca, irmã da mulher de Oswaldo Cruz. A relação entre os dois pesquisadores era de cordialidade e cumplicidade, Ezequiel Dias apreciava o trabalho do pesquisador e o via como um mestre. Entretanto, apresentou durante missão científica no Maranhão, um quadro de saúde debilitada, contraiu tuberculose e por orientação médica, se mudou para a capital mineira com a família.

Nessa época, Belo Horizonte era conhecida como a “suíça brasileira”, pois suas características climáticas a tornava a cidade ideal para pessoas que contraíram a tuberculose e precisavam de tratamento. A capital era apreciada pelas características salubres: boa altitude, ventilação, clima ameno e com baixa umidade. Devido a essas particularidades, a cidade atraiu inúmeras pessoas com a doença.

Ezequiel Caetano Dias (1880-1922), conhecido como Ezequiel Dias, era farmacêutico e médico, antes de terminar o curso medicina, em 1902, no Rio de Janeiro, foi selecionado para ser assistente de Oswaldo Cruz no Instituto Soroterápico, sendo um dos seus primeiros discípulos. Dedicou-se aos estudos da microbiologia e da medicina experimental, participando ativamente dos trabalhos do Instituto Federal.

No ano seguinte, defendeu sua tese de doutorado intitulada Hematologia Normal, trabalho de referência na área, e, em 1904, participa da comissão para estudos

da etiologia e profilaxia do beribéri, doença causada pela má nutrição. Segundo a pesquisadora Juliana Cavalcanti, a tese apresentada por Ezequiel foi um dos primeiros estudos do gênero, pois refutava o efeito do clima sobre a fisiologia do sangue. Cavalcanti (2015, p. 37) afirma que:

Objetivo do trabalho teria sido elucidar a velha questão da suposta anemia tropical e determinar padrões de normalidade sanguínea que serviriam de base às pesquisas de hematologia patológica no Instituto Oswaldo Cruz.

Em 1905, Ezequiel Dias é enviado para o Maranhão com o objetivo de instalar um completo laboratório de pesquisas e orientar, de forma prática, os ensinamentos da medicina experimental em serviços de higiene pública. Octávio Magalhães (1957, p. 178) relata que:

Coube a Ezequiel Dias reorganizar os serviços técnicos do laboratório e da higiene e ampliar a ação desta dentro do estado. O tempo que lhe permitiu a moléstia, foi pequeno, foi curtíssimo, mas o bastante para que prendesse nas malhas de uma admiração profunda, toda a alta administração daquele culto estado nordestino.

Ezequiel Dias instala o laboratório e amplia as atividades científicas na região, mas a sua saúde dá sinais de vulnerabilidade. Oswaldo Cruz solicita o retorno do pesquisador ao Rio de Janeiro, sendo em seguida encaminhado para a capital mineira, onde o clima montanhoso ajudaria na sua recuperação. Mesmo com a saúde frágil, “Ezequiel instala na sua residência, pois não poderia sair, um pequeno laboratório com microscópio, lâminas, lamínulas, bateria de corantes, para exames ligeiros e diretos” (MAGALHÃES, 1957, p. 209). Depois de expressiva melhora, é convidado por Oswaldo Cruz a fundar em Belo Horizonte a primeira filial do Instituto Magalhães do Rio de Janeiro.

Devido às circunstâncias políticas, econômicas e sociais e seguindo o mesmo modelo, que combina produção com pesquisa e ensino, em 1907, é inaugurada em Belo Horizonte, por Ezequiel Dias, a primeira filial do “Instituto de Manguinhos” do Rio de Janeiro, com o objetivo de realizar e ampliar pesquisas na área de ciências biológicas e produção de soros e vacinas, impondo um novo ritmo à visão de saúde no estado. Nesse momento, o instituto mineiro representava a concretude de um dos planos de Oswaldo Cruz, expandir os conceitos de ciência e saúde pelos estados brasileiros. Segundo Magalhães (1957, p.182):

Há muito tempo Oswaldo Cruz desejava esclarecer numerosos problemas do ‘hinterland’ brasileiro. Daí o seu plano de fundar filial,

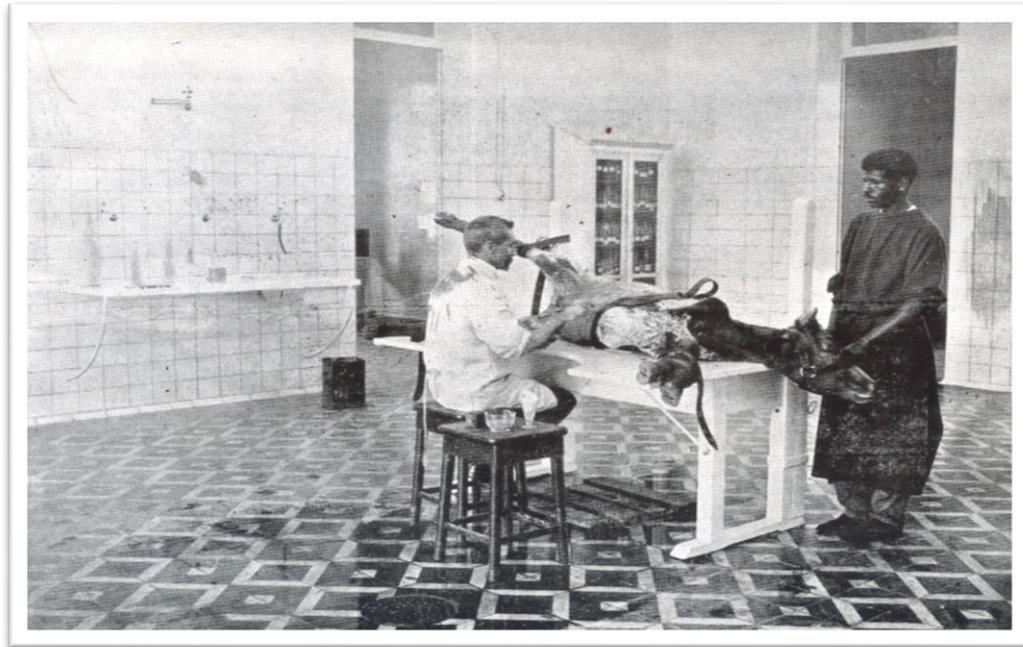
organizar caravanas técnicas pelo interior do Brasil. Os frutos desse plano, que ele chegou a perpetrar, foram realmente magníficos.

No convênio firmado entre Minas Gerais e o governo federal foi condicionado que o estado entraria com o local para a sede e a união com os materiais e o pessoal. O instituto foi instalado em um prédio que pertenceu ao almoxarifado da força pública estadual na Rua da Bahia. Os ambientes foram adaptados para receber as atividades. A princípio, houve a tentativa de realizar as obras com os construtores locais. Vendo, porém, que isto era impossível, trouxeram do Rio de Janeiro, o arquiteto e engenheiro português Luís de Moraes Júnior, responsável pela construção do conjunto arquitetônico de Manguinhos.

O recém-inaugurado Instituto continha, em sua estrutura inicial, apenas as seguintes instalações descritas: sala para vacinação (Figura 2); sala para produção de soros e vacinas; pavilhões para alocar os bezerros; casas de coelhos e cobaias; gabinetes de bacteriologia com estufas de cultura com alguns microscópios e vasilhames. Segundo Costa e Pessoas (2003, p. 225, grifo nosso):

Foram criados três espaços ao longo da fachada principal, destinados ao gabinete do diretor, à sala de espera e à sala de vacinação. Na parte posterior havia um grande salão central para a realização de experiências e a inoculação de animais, flanqueado por gabinetes de bacteriologia e um gerador a gasolina para fornecimento de iluminação fluorescente a gás. No centro do edifício, aproveitando o espaço obtido com a elevação do telhado, **foi montada uma biblioteca, cujo acesso era feito através de uma escada helicoidal em madeira torneada.** Destinado inicialmente ao preparo e conservação do *serum* antidiftérico e anticarbunculoso, o Instituto vacinava ao mesmo tempo contra varíola – atendendo também à demanda do Rio de Janeiro – e contra hidrofobia.

Figura 2 - Sala de vacinação do recém inaugurado Instituto



Fonte: Acervo SICHC/ Funed

As demandas do Estado por questões de saúde pública e epizootias veterinárias aumentavam a cada ano. Em abril de 1910, Oswaldo Cruz fez uma visita à capital mineira e, após uma conversa com o diretor de higiene do Estado, Zoroastro Alvarenga, ampliou o raio de ação do Instituto. O centro começou a preparar vacina antivariólica e contra a peste da manqueira, além de realizar exames e diagnósticos de doenças e de higiene. As visitas de Oswaldo Cruz fortaleciam as atividades do Instituto mineiro e ajudava a promover a relação com os setores da sociedade. Segundo Bráulio Chaves (2007, p. 53):

A atenção de Oswaldo Cruz e o trabalho desenvolvido por Ezequiel Dias junto a Filial eram importantes para tecer a credibilidade dos cientistas e, também, um artifício para que fossem criadas as redes científicas que lhe possibilitassem o contato com amplos setores sociais; estes seriam de vital importância se a instituição quisesse verdadeiramente se expandir e se fazer cada vez mais importante em terras mineiras.

Sendo assim, para auxiliar nas atividades, foi anexada à filial a Fazenda do Leitão, atualmente onde se encontra a área em torno do Museu Abílio Barreto, para a instalação de um Posto de Observação e Enfermaria Veterinária (Figura 3). Na fazenda, seriam realizados os exames dos animais suspeitos de doenças, o atendimento e o auxílio aos criadores, e as experiências de profilaxia e terapêutica.

Durante esse período, o Instituto realizou inúmeros trabalhos, pesquisas e exames relacionados aos problemas rurais. Segundo a transcrição de carta de Oswaldo Cruz, datada de 1º de março de 1910: “o estado de Minas pode se ufanar de ter sido o primeiro a ter uma instalação científica para auxiliar a indústria pastoril e, estou certo, colherá, em breve, fabulosos juro do sacrifício que fará com as novas instalações.” (MAGALHÃES, 1957, p. 194).

Em sequência, Oswaldo Cruz designa o pesquisador Henrique Marques Lisboa, outro discípulo de Manguinhos, para dirigir o Posto Veterinário. A parceria entre Dias e Lisboa foi tão produtiva que em 1912 publicam um trabalho inédito na Revista de Veterinária e Zootecnia sobre a doença que atacava os bezerros no pós-parto, a Piobacilose, também conhecida popularmente como a Peste dos “Polmões” ou Caruara. Essa doença representava elevados custos à pecuária leiteira. Além desse trabalho, outros relacionados à febre aftosa e à indústria pastoril foram desenvolvidos em parceria entre o Instituto e o Posto.

Figura 3 - Pavilhão de Operações - Posto de Observação e Enfermaria Veterinária - 1912



Fonte: Acervo SICHC/ Funed

Apesar do ambiente moderno e glamoroso, a nova capital estava assolada por peçonhas como cobras e escorpiões que apareciam por toda a parte e assustavam a população e os fazendeiros, além de prejudicar o desenvolvimento econômico do Estado, pois atacavam o rebanho. As peçonhas se tornaram um caso de saúde pública. Sendo assim, diversas esferas da sociedade pressionam o governo estadual por medidas urgente para sanar o problema.

Em 1918, é criado o primeiro Posto Antiofídico do estado, anexo ao Instituto Filial de Manguinhos. O Posto se tornou um elo entre duas instituições científicas do país, o Instituto Oswaldo Cruz e o Instituto Butantan, em Minas Gerais.

2.1 O Posto Antiofídico

O advento da soroterapia fez com que a comunidade médica defendesse o conhecimento científico, como tratamento universal capaz de aplacar a toxicidade dos venenos ofídicos e seus efeitos. O desenvolvimento do soro antiofídico por Vital Brazil trouxe solução a esse grande problema de saúde pública. “Vital Brazil acreditava que deveria instalar postos ofídicos em todos os Estados para facilitar a luta que se faz contra as serpentes” (KRAUS, 1923, p. 17). Como Oswaldo Cruz, Vital Brazil também acreditava no desenvolvimento a partir do conhecimento científico. Em Belo Horizonte, as ideias de Vital Brazil encontraram apoio na sociedade mineira, principalmente do setor agropecuário do Estado.

Em 9 de julho de 1917, o escritor Dr. Gustavo Pena propõe, na Sociedade Mineira de Agricultura, uma das instituições de grande importância política e econômica no estado, a proposta de criação do Primeiro Posto Antiofídico. A sugestão é aceita pelo legislativo mineiro, que delega este empreendimento, subvencionado pelo poder estadual e orientado tecnicamente pelo Instituto Butantan, ao Instituto Oswaldo Cruz de Belo Horizonte, que ficou com as atividades de logística, de pessoal e de instalação. Conforme o contrato de 1º de fevereiro de 1918:

O acordo entre o governo do estado de Minas Gerais, o Instituto de Butantan e o Instituto Oswaldo Cruz (filial Belo Horizonte), para a fundação de um posto antiofídico, anexo a este último instituto, em conformidade com o artº32 da lei 709, de 22 de setembro de 1917 (MAGALHÃES, 1957, p. 200).

O Instituto mineiro não tinha espaço suficiente para a produção de soro antiofídico, pois a fabricação exigia complexidade técnica e estrutural. Sendo assim, no acordo entre as duas instituições estava previsto a permuta de veneno em troca de soro. A Instituição mineira ficaria responsável pelo recolhimento e extração de veneno das serpentes, este material era enviado ao instituto paulista para fabricação do soro. O produto era enviado para Minas Gerais, sendo distribuído aos fazendeiros que enviaram as cobras venenosas à filial, era um processo cíclico.

Em 1919, teve início uma crise institucional no Instituto Butantan, a qual desencadeia a saída do diretor Vital Brazil, que cria, em Niterói, o Instituto Vital Brazil. Brazil propõe a Ezequiel Dias a manutenção do contrato de permuta de veneno por soro antipeçonhento. A parceria entre os dois pesquisadores é reafirmada e perdura até 1936, quando a instituição mineira iniciará sua própria produção de soro antiofídico.

Antes da soroterapia, Belo Horizonte possuía altos índices de picadas de cobras e escorpiões, fato que trazia à tona lendas urbanas e crenças populares acerca de tratamentos que promoviam cura contra a picada de peçonhentos. Inúmeros curandeiros, benzedeiros e soluções mágicas foram derrubados pela nova técnica defendida pelos médicos, sendo o IED a personificação da ciência para combater as crendices populares por meio da medicina experimental e da ciência.

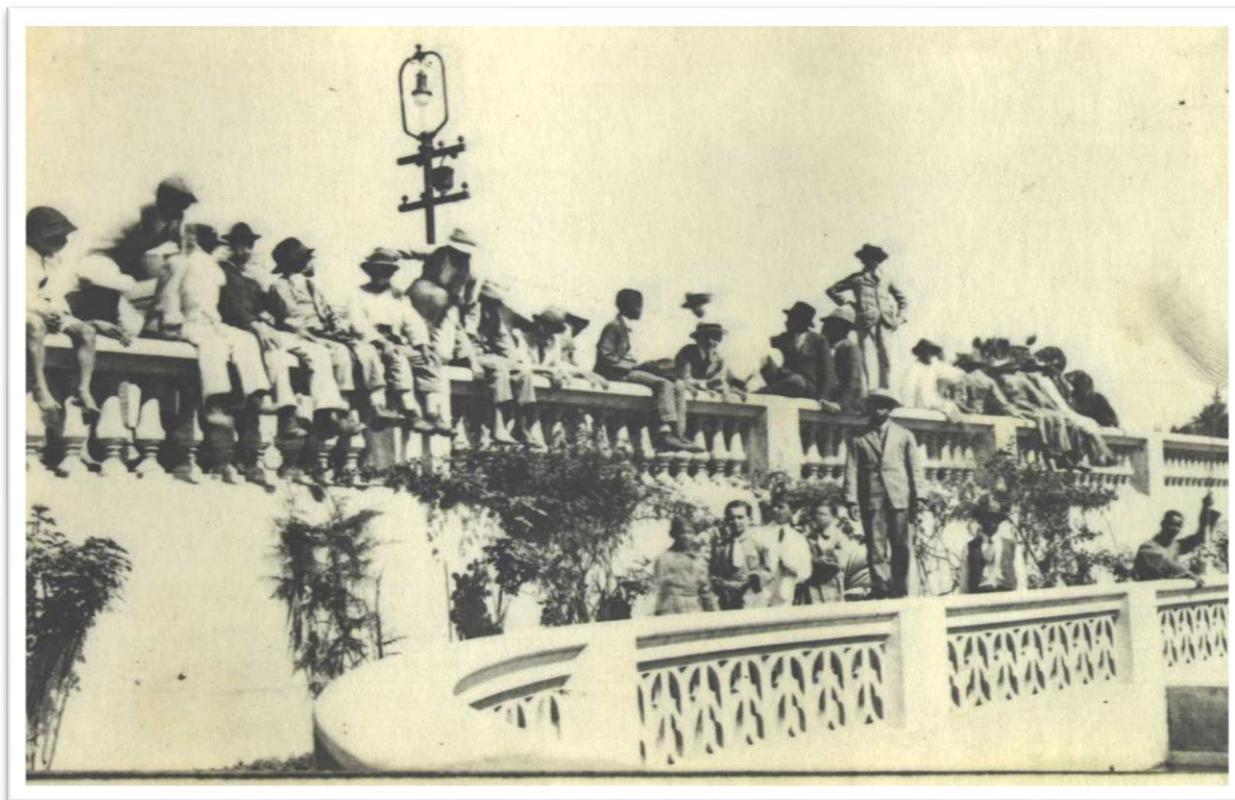
Nos primeiros relatórios institucionais do Posto é relatada a grande quantidade de acidentes, só no Estado de Minas Gerais, os acidentes humanos atingem 5.000 pessoas dos quais 1.150 morrem. Em animais, Minas perdia a cada ano cerca de 12.240 dentre os 24.000 acidentes apurados. O documento conclui que as picadas em animais são no mínimo de 143.000 por ano. Calculando em 25% os casos fatais, faz-se uma estimativa de 36.750 mortes por ano, uma perda econômica muito relevante (MAGALHÃES, 1925, p. 1-2).

A inauguração do posto representou para o Instituto uma nova frente de trabalho, diferente das linhas de pesquisa da escola de Manguinhos, mas dentro do escopo científico da saúde pública. As duas principais funções do posto era pesquisar o assunto referente ao ofidismo e responder de maneira emergencial a uma demanda que surgira tanto da população quanto dos fazendeiros, que sofriam com os constantes acidentes com o gado que prejudicava o desenvolvimento da economia mineira.

O médico Oswaldo de Melo Campos era o responsável pelas atividades de pesquisa e produção do posto, e ano a ano o instituto expandia seu raio de ação, por meio das propagandas e cartas enviadas aos fazendeiros e, conseqüentemente, a extração de venenos e a distribuição de soros cresciam vertiginosamente.

Em 1920, foi concluído o projeto arquitetônico do serpentário externo, construído conforme as diretrizes do Instituto Butantan. O local era considerado uma atração na capital mineira, pois as pessoas ficavam sentadas no muro da instituição admirando e comentando sobre as cobras, fazendo parte do imaginário e do lazer social (Figura 4). Magalhães (1931, p. 20) relaciona a atração de numerosas pessoas ao serpentário a uma partida de futebol e, em época de colheita de veneno, parece uma verdadeira romaria, o que se apura dentro do Instituto e apenhado pelos muros.

Figura 4 - Visitantes sentados no muro do Instituto Filial de Manguinhos em BH apreciando as cobras - 1920



Fonte: Acervo SICHC/ Funed

O Posto Antiofídico instalado no Instituto foi organizado de acordo com a assessoria técnica do Instituto paulista, mas desenvolveu peculiaridades próprias, pois além de atender as demandas ofídicas começou a atender casos relacionados ao escorpionismo, que se constituíam como problema urgente de saúde pública.

Nesse momento, Belo Horizonte se destacava pela grande incidência do escorpião *Tityus serrulatus*, conhecido como escorpião amarelo, e o *Tityus bahiensis* no qual os acidentes eram constantes e numerosos. Octávio Magalhães descreve, no relatório Institucional de 1928, a quantidade de acidentes por esses animais:

o número de acidentes por ano segundo a nossa estatística é de 6.757 no Brasil. Em Minas Gerais vai a 5.279. Minas Gerais também é o estado que contém maior número de espécies desses aracnídeos (10). O Instituto recebeu este ano 43.244 de cobras e até hoje 212.000 escorpiões, sendo que o número de mortes no Brasil é de 191 e em MG é de 89 (MAGALHÃES, 1928, p. 5).

O escorpionismo se tornou uma linha de pesquisa à parte no posto, devido à grande demanda social que provocava e pelo fato de ser ignorado pelo poder público. O Instituto desenvolveu inúmeros trabalhos inéditos sobre o assunto, pois não se encontra

na literatura referência as espécies encontradas em Minas Gerais, sendo um terreno pouco estudado e cientificamente muito fértil. Os trabalhos desenvolvidos se tornaram referência na área e novas espécies foram identificadas em parceria com outros pesquisadores, como Adolpho Lutz.

Ao contrário do soro antiofídico, que era recebido por meio de permuta com o Instituto Vital Brazil, o Instituto Ezequiel Dias iniciou a produção, distribuição e venda do soro antiescorpiônico em 1920. O escorpionismo era um problema de saúde pública de grandes proporções e consequências sociais, segue o relato de uma mãe que procura atendimento no Instituto para a criança picada por escorpião.

Na sala de espera do Instituto Ezequiel Dias, de aspecto modesto e quase humilde, entrara de espavento uma mulher aflita, chorosa e desesperada, tendo ao colo uma criança mal entrada em meses. Aquela pobre mãe nos mostrava, estendendo os braços e sacudida pelos soluços, quase desfeita em lágrimas, a pobre criancinha imóvel nos seus braços. Um suor viscoso e frio cobria o corpinho da pobre criança, já no limiar de uma agonia lenta e inexorável. A boca e face estavam cobertas de um líquido espumoso e sanguinolento, que atingia, ligeiramente, as roupinhas que lhe cobriam o corpo. O ritmo respiratório e circulatório apenas perceptível, a resolução muscular o estado geral enfim, denotavam um próximo desenlace. Havíamos presenciado, há 11 anos passados, mudos, estarrecidos, impotentes e revoltados uma cena semelhante. Fora justamente esta revolta contra a impotência da medicina, que nos fizera aceitar pressurosos a proposta de Ezequiel Dias de estudar o escorpionismo [...] (MAGALHÃES, 1957, p. 255).

Esse relato demonstra o empenho dos pesquisadores do instituto em tentar resolver os problemas emergentes enfrentados no estado, buscando informações na literatura científica e nas pesquisas de campo. Octávio Magalhães (1925, p. 5) relata que a produção do soro antiescorpiônico era muito cara e a renda do produto não compensava absolutamente o seu preparo. Somente os interesses científicos, altruísticos e sociais, que são os fins desta casa, justificam a persistência com o qual nos empenhamos neste trabalho. Os resultados da soroterapia foram tão positivos que muitas doses do soro antiescorpiônico foram exportadas para o México.

A atividade do Posto ultrapassava a produção e a permuta de veneno por soros, era um lugar onde se gerava conhecimento científico, a partir dos materiais recolhidos nas viagens pelo interior e no que chegava ao Instituto por meio da população, sendo uma importante fonte de pesquisa. A partir desse material, os pesquisadores publicaram inúmeros trabalhos inéditos sobre escorpionismo e ofidismo e conseguiram construir

uma rede científica com outros centros de ciência e estudiosos. A quantidade de material era tão grande que o Instituto iniciou a montagem de um museu, fora os inúmeros espécimes de serpentes que enviou para escolas, exposições, museus, centros de pesquisa e universidades nacionais e internacionais. Como o American Museum of Natural History, Instituto Oswaldo Cruz, Estação Experimental Agrônômica de Santiago de Las Vegas - Cuba. Octávio Magalhães (1940, p. 5) relata que:

O Dr. Joseph Bayley, técnico dos museus americanos nos procurou e entre nós conviveu em trabalhos e pesquisas, afirmou que nossa coleção de ofídios era preciosa e na parte dos mostruários referentes às ‘surucucus pico de jaca’ ou ‘Lacheisis Mutus’ ela era mais preciosa e mais rica que os museus do norte da América.

A partir das expedições, foi possível montar um estudo geográfico do Estado de Minas Gerais com diferentes mapas sobre a incidência de cobras e escorpiões, sobre a localização dos espécimes e tipos de acidentes letais ou não. Os mapas ajudavam a direcionar as ações a serem implementadas e os efeitos das campanhas ofídicas pelo Estado.

As viagens eram um ponto chave para as ações do posto, inicialmente tinham o objetivo de divulgar as suas atividades e promover a disseminação do conhecimento científico, e assim eliminar os altos índices de acidentes e refutar as crenças populares (Figura 5). Com o tempo, as viagens foram agregando outras práticas de saúde, higiene, produção e exames de moléstias humanas e de animais. As emergências em saúde pública colocavam desafios ao instituto e exigia soluções rápidas e eficazes.

Apesar de o Instituto ser uma filial do Instituto Oswaldo Cruz, ele desenvolveu características próprias que se adequaram à demanda regional. A institucionalização de dois postos, Veterinário e Antiofídico, extras a sua atividade inicial, é um reflexo da singularidade da instituição, que conseguiu criar uma identidade própria e ao mesmo tempo integrar atividades distintas das instituições formadoras, fazendo o intercâmbio científico entre o Instituto Oswaldo Cruz, o Instituto Butantan e, posteriormente, o Instituto Vital Brazil em terras mineiras.

Figura 5 – Viagem científica dos pesquisadores do Instituto pela EFCB - Montes Claros



Fonte: Acervo SICHC/ Funed⁴

Representante dos ensinamentos de Oswaldo Cruz, Ezequiel Dias conseguiu plantar a semente da ciência em solo mineiro, trouxe prestígio, conhecimento e inovação. Organizou um dos principais institutos de ciência e saúde do estado, contribuiu na criação da Faculdade de Medicina, no qual era professor na cadeira de microbiologia, cooperou na elaboração o Instituto Radium, um dos primeiros hospitais para tratamento do câncer da América Latina, participou de inúmeros trabalhos científicos, inclusive com Carlos Chagas, em Lassance, intitulado “Hematologia da moléstia de Chagas”, além de integrar a vida intelectual e cultural da cidade, pois era um amante da poesia, da literatura e da ciência.

Ezequiel Caetano Dias (Figura 6) , nasceu em 11 de maio de 1880, na cidade de Macaé, no estado do Rio de Janeiro, filho de Antônio Caetano Dias e Elisa Gonçalves Dias. Aos dezesseis anos, foi para o Rio de Janeiro fazer o curso de farmácia para atender aos desejos do pai, e aos dezenove era acadêmico do curso de medicina na Faculdade Nacional de Medicina, hoje integrado à Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ.

Em 1902, recém-formado, ingressou no Instituto Soroterápico Federal para ser assistente de Oswaldo Cruz, dedicando-se aos estudos da microbiologia e da medicina

⁴ Doação da Família do pesquisador Antônio Tupinambá para a Biblioteca da Funed, em 2009.

experimental. Casou se com Maria Cândida Fonseca, cunhada de Oswaldo Cruz, e teve cinco filhos: Ezequiel, Maria José, Emmanuel, Oswaldo, Hércia e Antônio Caetano.

Figura 6 – Ezequiel Dias



Fonte: Acervo SICHC/ Funed

Em 22 de outubro de 1922, aquele homem alto, magro, ereto, com a barba preta e cerrada, ligeiramente acurvado e com um porte fidalgo, falecera do mal que o afligia. Segundo Magalhães (1923, p. 112):

Ezequiel falava pouco e ouvia mais; sempre impassível e sorridente diante do destino. E, todavia, tinha alma de um sonhador e poeta. Tinha o hábito de cofiar com insistência o negro bigode duro e curto, que lhe continha o semblante. Possuía a maior das coragens: a de confessar os próprios erros. No fim da vida, não ia; arrastava-se para o trabalho. Sem exagero se pode afirmar que trabalhou até o último alento.

Um ano após a sua morte, a Filial do Instituto Oswaldo Cruz recebe o nome de Instituto Ezequiel Dias – IED em homenagem ao pesquisador. Conforme Magalhães (1923, p. 236):

Em homenagem aos relevantes serviços de ordem técnica e administrativa, prestados pelo Dr. Ezequiel Dias, o Dr. João Luiz Alves, ministro da Justiça, resolveu, de acordo com a indicação do

Instituto Oswaldo Cruz, dar a denominação de seu nome à filial daquele Instituto, com sede em Belo Horizonte.

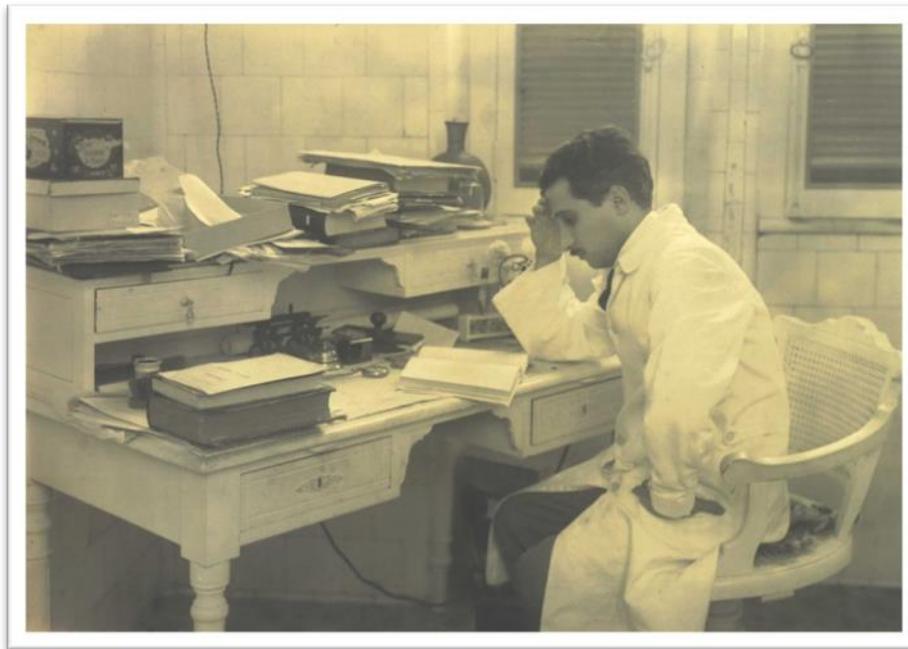
No ano seguinte, Octávio Coelho de Magalhães foi designado por Carlos Chagas para dirigir o Instituto mineiro, mas o ato de posse foi publicado somente em 1926. A escolha para o cargo não foi uma tarefa fácil, mas Magalhães se encaixava ao perfil do Instituto e já havia substituído Dias algumas vezes quando estava doente. Tinha experiência quanto ao funcionamento da Instituição, além de ser um discípulo da “Escola de Manguinhos”, ou seja, Magalhães carregava os princípios científicos ensinados por Oswaldo Cruz.

2.2 A Era Octávio Coelho de Magalhães 1923-1941

Octávio Coelho de Magalhães nasceu na cidade do Rio de Janeiro, em 31 de janeiro de 1880. Descendente de uma família de médicos, o avô José Antônio de Souza Gomes e o pai Joaquim Coelho de Magalhães. Octávio Magalhães ingressou na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro com dezesseis anos, tendo como mentor Miguel Couto. No terceiro ano do curso passou a frequentar o Instituto Soroterápico Federal, onde recebeu a influência de Oswaldo Cruz, Carlos Chagas, Rocha e Lima e outros. Concluiu o curso médico em 1911.

Em 1912, por indicação de Oswaldo Cruz, foi para Belo Horizonte trabalhar no Posto de Observação e Enfermaria Veterinária da Filial do Instituto (Figura 7). Neste primeiro ano, concluiu sua tese de doutorado intitulada “Cálculo da massa total sanguínea”, na Faculdade de Medicina do RJ, na cadeira de Fisiologia. No ano seguinte, foi convocado a chefiar o laboratório central da Santa Casa de Belo Horizonte. Nesse período, identifica vários casos de micose pulmonar provocada por um novo fungo, *Neogeotrichum pulmoneum*. Ao mesmo tempo, com 23 anos, começou a lecionar fisiologia na recente Faculdade de Medicina de Minas Gerais. Em Belo Horizonte, Octávio Magalhães conhece Vanda Figueiredo, com 14 anos de idade, sobrinha de Ezequiel Dias, com quem se casa depois de três anos.

Figura 7 - Octávio Magalhães no Posto Veterinário da Filial do Instituto



Fonte: Acervo SICHC/ Funed

Em 1920, Octávio aceita o convite de Carlos Chagas, diretor do IOC, para chefiar o Instituto de Higiene de Pelotas no Rio Grande do Sul. Durante dois anos, Magalhães se dedica a reorganizar o Instituto e a lutar contra a febre tifoide, a tuberculose e a peste bubônica naquela região, além de promover ações de saneamento urbano.

A convite de Ezequiel Dias, Magalhães retorna a Belo Horizonte em 1922, para as atividades no Posto de Observação e enfermaria Veterinária, conseguindo acompanhar os últimos tempos de Ezequiel Dias.

Após a morte de Ezequiel Dias, assume o cargo de diretor do Instituto. Inicialmente, Octávio Magalhães fez um estudo das possibilidades de crescimento e as necessidades da Instituição e relata: “[...] Comecei o trabalho procurando melhorar os contratos, produzir novas vacinas e soros capazes de aumentar a renda e mesmo de obter novos contratos uteis à filial” (MAGALHÃES, 1957, p. 247).

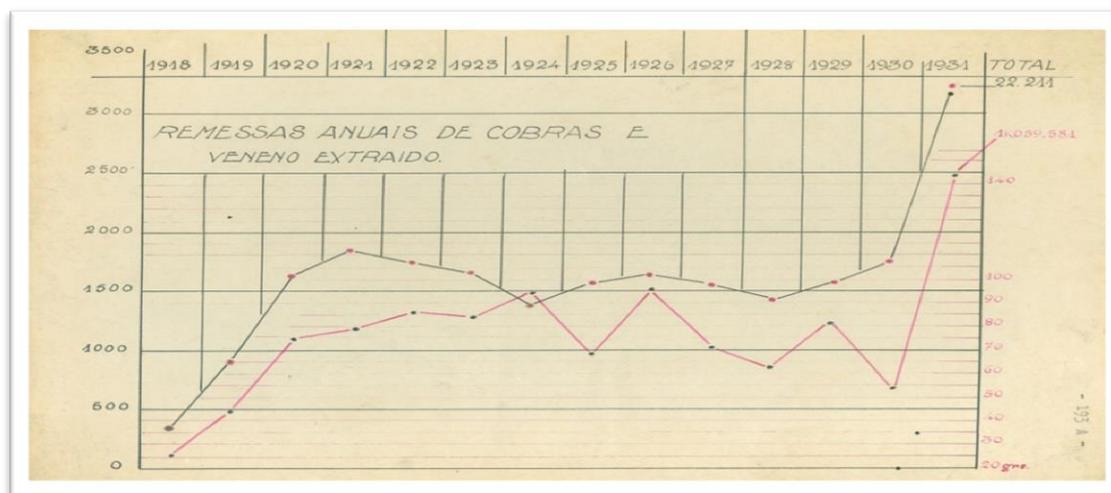
As excursões científicas ao interior do estado foi outra medida reforçada, pois disseminava informações sobre a campanha antiofídica e recolhia ofídios para estudos. Além de pesquisar doenças como: chagas, escorpionismo, peste dos pulmões, febre aftosa e outras. Por meio das excursões, também se colecionavam e resgatavam materiais de análise científica. Os elementos recolhidos eram organizados para a montagem de uma geografia médica e veterinária do Estado de Minas e davam ao

Instituto elementos de combate aos diferentes ramos da patologia, além da formação de uma coleção científica para o Museu.

Aos poucos, o Instituto Ezequiel Dias introduziu para melhoria da sua renda novos produtos. Começou a preparar Sulfato de cobre para o tratamento da febre aftosa, a vacina contra o “mal triste das aves” (tifoze aviária), o soluto de urotropina para epiteloma das aves e a vacina contra a pneumoneterite dos bezerros ou “peste dos pulmões”.

Apesar das dificuldades com as verbas, a produção e entrega do soro antiescorpiônico continuava crescendo, a colaboração com o Estado de Minas e o município de Belo Horizonte nas questões sanitárias se desenvolvia cada vez mais e a parceria com os fazendeiros e com o Instituto Vital Brasil na distribuição do soro antiofídico batia recordes. A Figura 8 demonstra a efetividade do trabalho do instituto nas propagandas e no informativo aos fazendeiros com o objetivo de instruir a população, aumentar as remessas anuais de cobras e, conseqüentemente, a quantidade de soros para a população.

Figura 8 – Gráfico da remessa anual de cobras e extração de venenos



Fonte: Acervo SICHC/ Funed

Seguindo a mesma cartilha do Instituto Oswaldo Cruz, Magalhães buscava o aperfeiçoamento do quadro de pesquisadores. “Era nosso plano fazer o que o Mestre fazia em Maginhos: todos os anos, enviar um técnico do instituto aos grandes centros científicos do mundo, para aprendizagem” (MAGALHÃES, 1957, p. 262). Em 1926, Eugenio de Souza e Silva foi enviado com bolsa para a Fundação Rockefeller nos Estados Unidos. Na mesma época, Paulo Diniz Carneiro foi para o Instituto Pasteur de

Paris para cursos sobre Raiva e B.C.G. com o professor Calmette. Em 1932, o Instituto criou a seção antirrábica para homens e animais para prestar serviço ao município e ao estado no diagnóstico e na produção da vacina.

A década de 1920 terminou para o Instituto Ezequiel Dias com grandes perspectivas de expansão das atividades de ensino, pesquisa e produção, especialmente na venda dos produtos veterinários, devido à grande demanda do estado de Minas, o qual rendeu grandes frutos ao instituto. O diagnóstico de exames para a diretoria de saúde pública, secretária de agricultura, hospitais e centros de saúde do interior chegavam a 4.100. Ao mesmo tempo, 23.789 tubos de soro antiofídico foram distribuídos aos fazendeiros no interior e as atividades científicas foram publicadas nas principais revistas nacionais e internacionais.

Da mesma forma, o Instituto participava das exposições ofídicas dentro e fora do país, além de receber, em suas dependências, importantes visitas e personalidades como a princesa Elisabeth da Inglaterra, o rei Alberto da Bélgica e inúmeros cônsules, embaixadores, pesquisadores e políticos, demonstrando o seu prestígio e reconhecimento institucional. A quantidade de visitantes que batiam à sua porta era tão grande que o Instituto destinou as sextas-feiras para receber os visitantes. Octávio Magalhães (1939, p. 20) descreve que “leigos e cientistas, em vasta romaria, batem às nossas portas, atraídos uns pela bicharada exótica, outros pela repercussão que vão tendo no Brasil e no mundo a onda sempre crescente dos nossos trabalhos.”

Octávio Magalhães conseguiu implantar no IED várias seções dedicadas às áreas de vírus, protozoologia, bacteriologia, anatomia patológica, imunologia, entomologia, química pura ou biológica e outras atividades. Trouxe pesquisadores capacitados para desenvolver as novas seções de pesquisa, como Evandro de Barros, que se especializou em necropsia na Alemanha com o professor Rössel e com Walter Bungler na Escola Paulista; Waldemar Vesiane que trabalhava com protozoologia, uma área pouco explorada no estado e de muita importância; Amílcar Viana Martins que atuava na campanha da moléstia de Chagas e nas pesquisas de hemípteros;⁵ Paulo Diniz Carneiro, especializado no Instituto Pasteur de Paris, era responsável pelo serviço antirrábico, além de Abdon Hermeto, Lívio Renault, José Noronha Peres, Domingos Justiniano Ribeiro, Antônio Tupinambá e outros técnicos que passaram a integrar o quadro

⁵ Ordem dos insetos conhecidos como percevejos, barbeiros, cigarras, cigarrinhas, pulgões, cochonilhas e mosca-branca.

funcional do Instituto e contribuíram com o desenvolvimento de várias atividades (Figura 9).

Figura 9 – Grupo de pesquisadores na década de 1940 - em pé da esquerda para a direita: Abdon Hermeto, Lívio Renault, José Noronha Peres, José Aroeira Neves, Valdemar Versiani, Amílcar Viana Martins e o último Cássio Pinto



Fonte: Acervo SICHC/ Funed

Os pesquisadores não tinham uma linha fixa e acumulavam diversas funções no seu cotidiano desde a execução dos exames bacteriológicos, ao atendimento às vítimas de acidentes com animais peçonhentos, à produção de vacinas e ao desenvolvimento do conhecimento científico. Além dessas atividades, realizavam as expedições científicas pelo interior de Minas. Muitas vezes, as atividades cotidianas de exames, análises e atendimento às demandas sociais consumiam todo o tempo do pesquisador, não sobrando tempo para o desenvolvimento das pesquisas.

Apesar da perspectiva otimista, as dificuldades financeiras persistiam, o repasse financeiro da matriz à filial mineira estava cada vez mais escasso, sendo alvo de constante reclamação nos relatórios. O Instituto vivia um paradoxo, ao mesmo tempo em que havia um crescimento das atividades e serviços, havia limitações de recursos financeiros enviados pela matriz fluminense ao desenvolvimento das atividades e ao tratamento diferenciado dado à filial. Magalhães (1957, p. 264) relata que:

Por toda parte, nos nossos laboratórios, eram encontrados remendos, concertos, cousas improvisadas. Foi, não raro necessário lançar mão do nosso próprio crédito particular para que nada deixasse de ser fornecido à casa. Aliás, antes da estadualização, várias vezes fizemos destas transações para que não faltasse nem se atrasassem os ordenados dos funcionários.

As dificuldades financeiras do IOC impunham restrições ao seu próprio crescimento e limitava o crescimento da filial, que muitas vezes tinha que recorrer ao governo estadual para prosseguir com as atividades desenvolvidas. Jaime Benchimol (2020, p.115) relata que:

[...] tornou-se mais difícil atender “[...] à demanda crescente de espaços, insumos e equipamentos, [...] em contrapartida, a saturação e o desgaste das instalações existentes e a obsolescência da infraestrutura tecnológica do instituto.

A década 1930 foi marcada por um governo intervencionista e centralizador, que estabeleceu mudanças significativas no cenário político, econômico e social brasileiro. A relação entre saúde e desenvolvimento econômico ganham novos contornos a partir de questões criadas pelo governo varguista, ações que marcaram profundamente a história e a gestão das instituições biomédicas do país.

O novo estado que deu início à chamada era Vargas definiu-se, em seus principais traços, pelo formato centralizador, pelo forte poder de intervenção na economia e na sociedade e pela disposição em criar condições para um novo modelo de desenvolvimento econômico, orientado para a industrialização e a produção para o mercado interno. (KROPF, 2006, p. 257).

Conforme Benchimol (2020, p. 69):

A partir de 1930, com a Era Vargas, o Instituto Oswaldo Cruz também passou por grandes transformações. Em virtude do novo cenário político, econômico e social, verificou-se um sério estrangulamento financeiro de Maguinhos, devido principalmente à perda de autonomia, que era fundamental no fluxo de recursos e que teve como reflexo a insatisfação de funcionários e evasão de pesquisadores.

As características do novo modelo de governo tiveram fortes impactos sobre o Instituto Oswaldo Cruz e “reforçaram os problemas financeiros enfrentados pela instituição, que persistiram durante a gestão do sucessor de Carlos Chagas, Antônio Cardoso Fontes (1935-1942)” (KROPF, 2006, p. 257).

Em novembro de 1930, o Instituto Maguinhos é transferido da pasta da Justiça para a pasta do Ministério de Educação e Saúde Pública (MESP). Em 1934, morre um

dos herdeiros diretos da “Escola de Manguinhos”, Carlos Chagas, e, em 1937, a instituição perde a autonomia administrativa e financeira, no qual os recursos provenientes da venda de produtos seriam depositados no caixa da União. A proibição de fabricar produtos veterinários é outro fator que vai impactar o financiamento das atividades do IOC. A venda da vacina da manqueira era uma das principais fontes de recursos (KROPF, 2006, p. 258). Sendo o governo de Minas Gerais um importante comprador.

Ao mesmo tempo, o governo mineiro pressionava por um instituto próprio, no qual pudesse direcionar e conduzir as atividades, as pesquisas e a produção de acordo com a demanda e a necessidade do estado. Segundo Magalhães (1957, p. 299):

Minas Gerais, com perto de oito milhões de habitantes, não poderia viver de favores federais, das sobras de verbas orçamentárias do governo da União, para esclarecer os graves problemas de medicina preventiva e curativa da sua população. Era justo que quisesse um Instituto próprio.

Essa sucessão de eventos vai reconfigurar as bases e a organização de uma das principais instituições de ciência e saúde do país. “A própria identidade social do instituto foi posta em questão em função das novas expectativas que o Estado brasileiro tinha em relação à ciência que se fazia na casa de Oswaldo Cruz” (KROPF, 2006, p. 258) e vai levar à estadualização da filial mineira.

Deixar morrer a casa fundada por Ezequiel Dias ou fazer evoluir a ideia de ampliação e renovação das atividades do núcleo já existente. Esse foi um dos dilemas enfrentados por Carlos Chagas e Octávio Magalhães. Por meio da Lei nº164 de 1936, o governo federal opta por passar o Instituto filial para a esfera estadual e, depois, pela Lei estadual nº 163 de 13 de novembro de 1936, o instituto se reorganiza e passa a se chamar Instituto Biológico Ezequiel Dias. Carta encaminhada ao diretor de higiene de Minas Gerais, Mário Álvares da Silva, em 1934, Carlos Chagas relata que, “como diretor do Instituto Oswaldo Cruz não pode deixar de externar o meu pesar, [...] Aquela instituição constitui parte do patrimônio moral e material do Instituto Oswaldo Cruz” (MAGALHÃES, 1957, p. 291).

Em 1935, foi apresentado o último relatório do Instituto Ezequiel Dias como filial do Instituto Oswaldo Cruz do Rio de Janeiro. No relatório, Octávio Magalhães apresenta um Instituto, que durante seus 28 anos de parceria, renderam inúmeros serviços à saúde pública, especialmente ao governo mineiro. Dentre eles, exames de microbiologia e clínica, como a febre tifoide, a peste dos pulmões, a análise água

potável e termal, a meningite, a micose, as verminoses, a brucelose, a difteria, a febre aftosa, a varíola, a sífilis, a raiva, o escorpionismo e o ofidismo, além de inúmeros artigos publicados, cerca de 400 artigos.

Mesmo transferindo a filial para a esfera estadual, Magalhães reafirma que a ideia de Oswaldo Cruz, de difundir pelo país os ensinamentos da grande escola que fundara, continuava sendo o objetivo da instituição; apenas ia variar a perpetração material do plano. (MAGALHÃES, 1957, p. 298). Desse modo, o Instituto Biológico Ezequiel Dias de Minas Gerais assume definitivamente o papel e a finalidade de orientar o governo de Minas no que tange às doenças infectocontagiosas, no preparo de produtos biológicos, no combate às moléstias humanas, de animais e de plantas. Sendo a maior escola e centro de estudos experimentais e de pesquisa científica do Estado de Minas Gerais.

As mudanças políticas, econômicas e sociais da década de 1930 também afetaram as relações entre o Instituto Ezequiel Dias e o Instituto Vital Brazil, principalmente na manutenção do contrato de permuta de soro antiofídico em troca de veneno de cobra. O instituto de Niterói alegava que o estoque de soro estava esgotado e somente poderia fornecer o material por mais dois meses, sendo que o Instituto havia enviado o veneno extraído de 6.437 cobras, e os fazendeiros aguardavam a remessa de soro.

Sem sucesso nas negociações com o Instituto Vital Brazil, sem estrutura física e sem financiamento, não havia condições da filial mineira fabricar imediatamente o soro antiofídico. Sendo assim, foi feito um acordo circunstancial até o Instituto iniciar os trabalhos de produção do soro. Em 1936, o contrato entre as duas instituições é encerrado e no mesmo ano o IED inicia a produção do soro antiofídico para suprir a demanda imediata do estado.

Em 1937, o diretor apresenta sugestões para a criação do primeiro regulamento institucional. A proposta era inovadora e original, pois trazia um novo conceito de instituto científico, que uniria os estudos de medicina humana, veterinária e vegetal, mas seguindo sempre o tripé produção, ensino e pesquisa. Segundo Magalhães (1957, p. 334): “Não é menos importante a medicina humana do que a animal ou a vegetal, senão que todas se completam, num harmônico conjunto visando direta ou indiretamente à defesa da vida humana”.

Com a estadualização, Magalhães pretendia criar um instituto modelar no estado com muitas atividades e pavilhões de pesquisa e produção, além de cooperação

técnica com instituições de ciência e ensino como a Escola de Veterinária para ministrar curso de aperfeiçoamento em saúde pública. De acordo com os relatórios institucionais, percebe-se que a ideia de Magalhães se baseava nas relações entre planta, homem e animal, mas suas ideias ficaram apenas no papel não chegaram a ser efetivamente implantadas, pois o cenário nacional entendia a ciência e a saúde a partir de uma visão pragmática e utilitária. Ao mesmo tempo, um novo diretor seria nomeado para o Instituto Biológico Ezequiel Dias, pelo interventor Benedito Valadares, em 1941. Segundo Starling, Germano e Marques (2007, p. 100):

Diante do novo cenário, com o modelo institucional criado por Oswaldo Cruz dando sinais de fraqueza diante das novas posturas políticas; da ascensão das universidades, que passam a se tornar centros de ensino e pesquisa, a partir da década de 1930, o cálculo de Octávio Magalhães, para sua ideia de ciência, não conseguiu acomodar-se aos novos contextos, em as demandas nem aos interesses dos próprios atores políticos que compunham a cena em Minas Gerais.

Ao mesmo tempo em que a instituição enfrentava mudanças na sua organização, ela encarava problemas com relação a sua presença na Praça da Liberdade. A valorização imobiliária da região e a crescente urbanização, principalmente após a implantação do Colégio Metodista Izabela Hendrix, no final da década de 1930, e da sede social do Minas Tênis Clube, na década 1940. A permanência de um instituto de ciência em saúde não era mais compatível com a região.

De acordo com Octávio Magalhães, o colégio Metodista reclamava diariamente do mau cheiro exalado pelos animais do instituto, além dos perigos que os micróbios representavam às estudantes e aos moradores da região. Os protestos eram feitos por meio dos jornais, em cartas aos secretários de Estado e ao diretor do Instituto. As pessoas não admitiam que uma casa com tantos perigos pudesse funcionar junto ao palácio do governo e entre escolas e famílias. Em tom irônico, Magalhães (1957, p. 324) relata que “aquela casa, pelos micróbios que continha, pelas doenças que estudava, era um perigo coletivo no ponto onde se achava. Era mesmo incrível que ela estivesse funcionando junto ao palácio do presidente, entre casas de honradas famílias”.

No imaginário popular, acreditava-se que a qualquer momento poderia fugir um cão raivoso, ou um carrapato infectado com tifo, ou que o cheiro exalado poderia contaminar várias pessoas. Enquanto isso, os pombos eram mortos a tiros, as cobras a pedradas e as tentativas de roubo ou de depredação eram cotidianas. Por fim, a campanha teve seu efeito. O prefeito de Belo Horizonte e o governador Antônio Carlos

comunicaram a mudança da instituição para a Fazenda Gameleira, bem longe do perímetro urbano da Avenida do Contorno.

A construção da nova sede na Fazenda Gameleira não foi uma tarefa fácil. O governo de Minas queria colocar, no mesmo prédio, a escola superior de veterinária e o Instituto Biológico Ezequiel Dias. Mas o local não comportava as duas estruturas, muito embora trabalhassem em cooperação. Depois de uma grande luta, ficou decidido que haveria no prédio apenas cursos de especialização em veterinária.

Foi construído um pavilhão central e mais cinco unidades, cada estrutura abrigaria uma especialidade. Uma base dedicada aos suínos, outra aos cavalos e bovídeos, outra para bezerros e carneiros, e outro para as cobras e escorpiões. Também havia um local especial para o preparo em larga escala de vacina antivariólica, tifo exantemático neotrópico e para o estudo da raiva e outras doenças.

O Pavilhão da Febre Amarela foi reproduzido dos laboratórios da Fundação Rockefeller no Rio de Janeiro. Possuía salas para o preparo de vacinas, para ensaios com mosquito infectado e recém-capturado, sala para exames anatomopatológicos, necropsia e microbiologia geral, além de inclusões e cortes. O pavilhão de tifo exantemático foi elaborado com auxílio técnico externo, por meio de fotos e instruções, para evitar qualquer tipo de desastre no manejo das moléstias.

Na entrada do Instituto, foram feitos dois serpentários, um seria para as cobras venenosas e outra para as não venenosas, seguindo o modelo de construção do Instituto Butantan. Na seção de produtos fabricados no instituto, havia uma parte para expedição e outra para venda a varejo, mas sempre preservando o conceito de ciência herdado da Casa de Oswaldo Cruz.

O terreno próximo ao instituto, abaixo da estrada de ferro Oeste-Minas, foi dividido em pequenas áreas e utilizado para repouso dos animais em período de imunização. Os dejetos da produção passavam pelo tanque OMS,⁶ antes de serem lançados no Ribeirão Arrudas. Evitavam-se reclamações da população ribeirinha numa possível infestação. A construção da caixa d'água reserva foi devido à constante falta de água na capital mineira, pois a falta de mananciais em torno da cidade provocava estiagem de quatro a cinco meses.

⁶ O tanque OMS destina-se ao tratamento primário do esgoto. Composto por uma câmara superior de sedimentação e outra inferior de digestão. Na parte superior a câmara é vedada para impedir a comunicação de gases entre os dois compartimentos – N.A.

Os projetos de edificação não acabavam, queriam cada vez mais ampliar suas instalações. Sonhava-se com a construção de um pavilhão para criação de coelhos, galinhas e ratos, um pavilhão de almoço para funcionários, um pátio interno arborizado, uma bomba de gasolina e garagem para abastecimento e guarda de veículo.

A inclusão do hospital de Lassance e de Teófilo Otoni como anexo ao instituto foi outra questão discutida com o diretor de higiene do Estado, Mário Álvares Campos, com Valdemar Luz e com Carlos Chagas filho. Os hospitais seriam locais para examinar doentes e atender casos urgentes de moléstias tropicais e colher materiais para análise e pesquisa.

O Instituto servia à população não só por meio de diagnósticos laboratoriais e na fabricação de produtos biológicos contra doenças e picadas de peçonhas, mas também no ensino e na cultura científica de Minas, divulgando conhecimentos úteis e mostrando como se trabalha em ciência na busca de benefícios para o Estado e para o Brasil.

Em 12 de maio de 1940, foi inaugurada a nova sede do Instituto Ezequiel Dias, pelo presidente da república Getúlio Vargas e pelo interventor do Estado Benedito Valadares. Vargas percorreu as instalações e elogiou a organização modelar (Figura 10). Enfatizou a importância das atividades da instituição no desenvolvimento de pesquisas, nas ações terapêuticas, no tratamento do homem e na preservação das plantas e dos animais. No dia 24 de julho do mesmo ano foram entregues as chaves do velho prédio da rua da Bahia para a mudança para a Fazenda Gameleira.

Figura 10 – Inauguração das instalações do Instituto Biológico Ezequiel Dias no bairro Gameleira - 1940

Fonte: Acervo SICHC/ Funed



A inauguração da nova sede foi um dos maiores eventos da cidade e atraiu várias visitas ao estabelecimento, dentre elas o ministro Gustavo Capanema, o jurista Francisco Campos, o zoólogo Cândido Melo Leitão, os médicos Gerardo Trindade, Miguel Osório de Almeida, Mário Vianna Martins e Antônio Aleixo, o embaixador Carlos Martins Pereira, o prof. Abdon Lins e um grupo de uruguaiois (Casa Araújo Belloni, Luiz Zebalos e Zum Felde). Entre as visitas, pode-se destacar a do professor Cecílio Romarã, seu interesse pela instituição era tão grande que pediu uma cópia detalhada de tudo, a fim de organizar uma estrutura semelhante na Argentina, como mais tarde o foi concluído.

Em meados de 1940, as atividades rotineiras da instituição atrapalhavam a conclusão de sua mudança. Pois naquele ano a fabricação e venda de produtos batia recordes. Os exames feitos para diferentes estabelecimentos rendiam cifras de dinheiro ao governo de Minas. Era uma demonstração positiva de que conseguiam conciliar na administração, a parte comercial e a técnica especializada em um único diretor.

Durante a mudança, o diretor do Instituto, Octávio Magalhães, se depara com o prédio central do Instituto todo tomado por outras atividades que não estavam programadas. Entre elas o serviço de mineralogia do estado, a Defesa do Algodão, a Defesa Animal e outras tantas repartições da Secretaria de Agricultura, além do curso de veterinária com inúmeras salas e cadeiras para aula. Combinado a esta surpresa, foi negado ao instituto o pedido de dois técnicos, Melo Barreto e Oscar Monte, sem justificativa aparente.

Paralelamente a esses fatos, foi publicada em 20 de setembro de 1941, a reforma radical do Instituto Biológico Ezequiel Dias, mudando-o para Instituto Bioquímico, e, três dias depois, o governador, pela surpresa de Octávio Magalhães, nomeia Antônio Valadares Bahia para o cargo de Diretor Geral do Instituto e Octávio Magalhães para o Diretor Técnico. Magalhães não aceita o cargo e se desliga definitivamente da Instituição que administrou por 18 anos. No governo de Juscelino Kubitschek, a instituição volta a ter nome novamente seu nome original, “Instituto Ezequiel Dias”.

Octávio Magalhães entregou ao estado de Minas uma instituição em plena produção intelectual e de produtos, cujo saldo econômico era positivo, a dívida era pequena e os lucros eram promissores. Sendo uma das maiores instituições de pesquisa e ciência, desenvolvida nos moldes dos principais núcleos científicos do país e do mundo, onde seu princípio norteador se sustentava na pesquisa pura e aplicada, na

atenção social, na cultura científica, na produção de produtos biológicos e no diagnóstico de doenças do homem, dos animais e das plantas (Figura 11).

Em 1941, o Instituto sofreu dois grandes impactos, o primeiro foi a reforma estrutural que limita as atividades de pesquisa e concentra no sistema produtivo, e a segunda foi a saída do último discípulo da “Escola de Manguinhos”, Octávio Magalhães. Nesse momento, o instituto perdeu o vínculo com a herança deixada por Oswaldo Cruz e os princípios da sua identidade fundadora. Daí em diante, a instituição passou por um período de decadência em relação aos seus verdadeiros preceitos, reduzindo o desenvolvimento de pesquisas e afastando-se de atividades culturais e dos encontros científicos. A biblioteca, coração da instituição, se torna um depósito de livros esquecidos pelo tempo. Vários pesquisadores vão deixando a instituição e as visitas se tornam escassas. Em entrevista à revista *Ciência Hoje*, Amílcar Viana Martins conta que:

A decadência da imagem do Instituto começou exatamente com a ascensão do Benedito Valadares ao governo de Minas. A princípio ele quis fazer uma coisa grandiosa, um instituto que produzisse sobretudo soros e vacinas para uso veterinário. Ele não deu muita importância ao homem, porque o que rendia dinheiro era o bicho (MARTINS, 1990, p. 57).

Figura 11- Instalações do Instituto Biológico Ezequiel Dias na década de 1940



Fonte: Acervo SICHC/ Funed

Na década de 1970, o Instituto Ezequiel Dias e a Escola de Saúde Pública do estado se fundem na Fundação Ezequiel Dias. Atualmente, a Escola de Saúde Pública

segue desvinculada da instituição, e a Fundação Ezequiel Dias tem uma função estratégica no estado na promoção e proteção da saúde, sendo referência na produção de imunobiológicos, na vigilância epidemiológica, sanitária e ambiental e no desenvolvimento de pesquisas em saúde.

No próximo capítulo, será analisado o papel da biblioteca como centro de ciência e cultura, sendo um espaço de integração e sociabilização dos médicos de Belo Horizonte, além de ser suporte informacional para o desenvolvimento científico e para o desempenho das atividades institucionais.

CAPÍTULO 3 - A BIBLIOTECA COMO ESPAÇO DA CIÊNCIA E DA CULTURA

A abertura deste capítulo se dá com um pensamento dos autores Fabiano Azevedo e Alexandre Ferreira sobre a importância de se compreender e estudar a trajetória das bibliotecas, pois, muitas vezes, esses espaços forjam a identidade de uma comunidade, de uma área do conhecimento ou de uma instituição, como foi o caso da Biblioteca do Instituto Ezequiel Dias.

Bibliotecas, arquivos e centros de documentação são instituições criadas por sociedades determinadas em momentos históricos específicos. Sua concepção, construção, métodos e processos administrativos, assim como sua manutenção e preservação, estão intrinsecamente relacionados ao seu tempo e ambiente político, econômico e social no qual estão inseridos. Desta forma, estudar a trajetória de uma instituição que conserva documentos bibliográficos ou arquivísticos, a formação de seus acervos, sua gestão e, mesmo, as pessoas envolvidas em seu manejo traz à tona uma série de temáticas que estão diretamente relacionados à razão de ser daquela instituição, que em muitos casos a transcende (AZEVEDO; FERREIRA, 2021, p. 212).

Quando Ezequiel Dias foi designado a estabelecer a primeira filial do Instituto Soroterápico Federal de Manguinhos em terras mineiras, ele trouxe na bagagem toda a herança e aprendizado adquiridos com o mestre Oswaldo Cruz. Cruz, acreditava no desenvolvimento biomédico brasileiro por meio da ciência experimental e dos conceitos da microbiologia, mas para alcançar esse objetivo era necessário investir na formação e na capacitação de pesquisadores. Esse corpo qualificado era essencial para desempenhar as atividades necessárias na construção da ciência biomédica brasileira.

O Curso de Aplicação, criado em 1908, tinha no seu cerne a formação de profissionais especializados nas técnicas da Microbiologia, e assim disseminar pesquisadores qualificados para as diversas regiões do país. Seu objetivo era criar um importante centro de pesquisa em medicina experimental. “Com este cenário criado, não é de se espantar que Oswaldo Cruz vislumbrasse a implementação e o desenvolvimento

de uma grande biblioteca que desse suporte às pesquisas científicas que surgissem” (SOUSA, 2006, p. 53).

A crença no desenvolvimento científico brasileiro aliado à valorização e disseminação da informação, fizeram com que o Oswaldo Cruz investisse maciçamente na implantação e ampliação da biblioteca de Manguinhos. Segundo o bibliotecário Alexandre Medeiros Correia de Sousa, em sua dissertação, quando Oswaldo Cruz chegou ao Instituto, encontrou uma pequena quantidade de livros, “que foi provavelmente trazida pelo Barão de Pedro Afonso da Europa junto com manuais e materiais para aparelhar as primitivas instalações do Instituto, seu sonho tornou-se real e cresceu principalmente no período em que esteve na direção do instituto, entre 1902-1916” (SOUSA, 2006, p. 53).

Em pouco tempo, a Biblioteca de Manguinhos se expandiu e cresceu, Aragão (1950) relata que milhares de volumes, entre livros e revistas, nos mais variados idiomas e assuntos relativos à Biologia, Química, Parasitologia, Medicina Experimental, Bacteriologia e outros ramos científicos afins, se tornou referência na área. Sendo necessário, mais tarde, construir um lugar apropriado para comportar o acervo e os pesquisadores.

Ezequiel Dias valorizava a cultura, o conhecimento e a informação, e afinado com os princípios e objetivos de Oswaldo Cruz, seguiu a mesma linha da matriz. Implantou na filial mineira uma biblioteca científica para dar suporte às pesquisas e às atividades da instituição, semelhante à biblioteca implantada pelo mestre no Instituto do Rio de Janeiro.

A biblioteca nasceu junto com o Instituto mineiro e a partir do acervo particular trazido pelo fundador. Na remodelação do prédio do instituto pelo arquiteto Luís Moraes Júnior, na Praça da Liberdade, foi incluído um pequeno espaço para comportar o acervo (Figura 12):

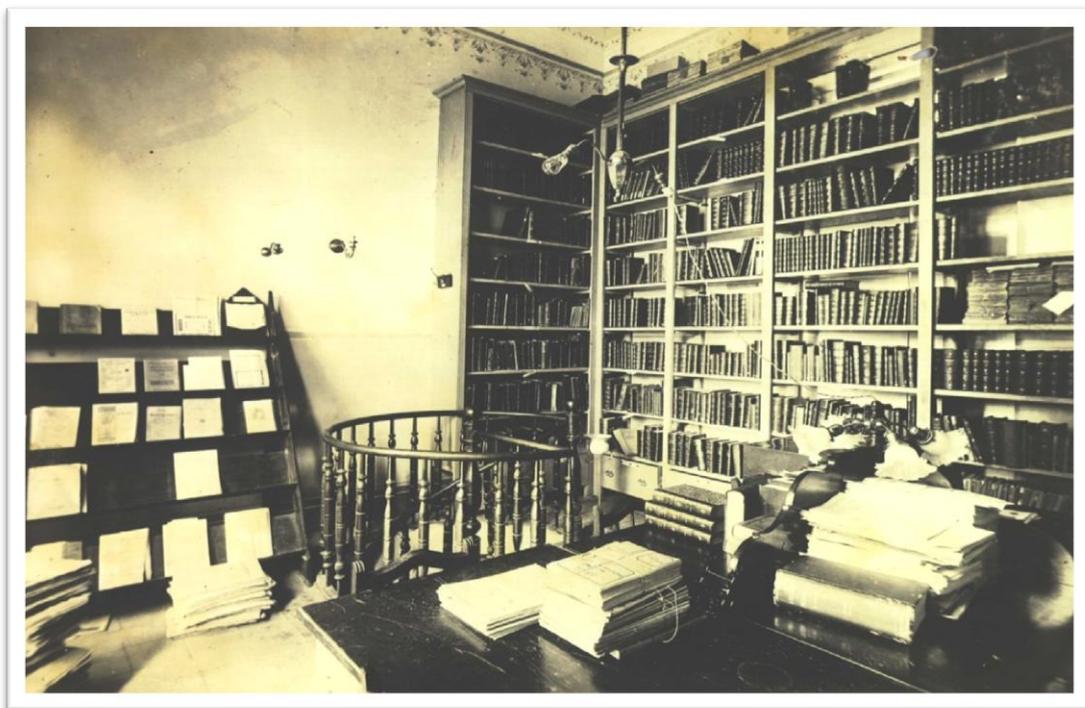
No centro do edifício, aproveitando o espaço obtido com a elevação do telhado, **foi montada uma biblioteca, cujo acesso era feito através de uma escada helicoidal em madeira torneada** (COSTA; PESSOAS, 2003, p.225-6, grifo nosso).

A formação de uma biblioteca institucional para dar suporte às atividades do instituto era uma construção quase que natural, pois seguia a mesma linha e pensamento de Cruz, mas a biblioteca tomou uma dimensão singular na capital mineira, era um corpo vivo e pulsante. Além de disponibilizar as consultas bibliográficas, exerceu

grande influência na construção e desenvolvimento da ciência em Belo Horizonte, sendo o único espaço que representava e disponibilizava o conhecimento científico na capital mineira.

De acordo com o filósofo francês Bruno Latour (2006, p. 21), a biblioteca é um espaço de produção de conhecimento, em que diferentes informações, variados campos do saber e de várias procedências, são apreendidos e transformados em conhecimento. E a biblioteca da instituição reflete essa relação, pois ao mesmo tempo em que a informação circulava, ela promovia a geração de novos saberes, sendo base para o desenvolvimento das atividades do Instituto e na formação do campo médico.

Figura 12 - Aspecto da área de acervo da Biblioteca, em 1920



Fonte: Acervo SICHC/ Funed

A biblioteca foi o primeiro núcleo de acesso ao conhecimento em ciência e saúde e se constituiu como sustentáculo ao progresso científico, médico e educacional, pois não existia, na recente capital mineira, espaço com acervo tão moderno, especializado e numeroso. O espaço também desempenhava o papel de “rede informacional” entre a Instituição mineira, o Instituto Oswaldo Cruz (IOC), o Instituto Butantan e posteriormente o Instituto Vital Brazil. O conhecimento circulava nessas instituições por meio da permuta de acervos e da produção científica.

Além do amor pelos livros, Ezequiel também trouxe para as terras mineiras a tradição das reuniões científicas implantada em Manguinhos por Oswaldo Cruz. No

IOC, os encontros aconteciam geralmente nas quartas-feiras e tinham o objetivo de circular a informação e estimular a troca e a interação entre os pesquisadores do Instituto. Nas reuniões, eram distribuídos artigos distintos a vários pesquisadores que promoviam a discussão sobre o assunto proposto.

Cada um relatava um ou mais artigos das revistas recém-chegadas [...] nas germanicamente denominadas sessões de referates, que na sua fase inicial eram, por falta de melhor lugar, e em consequência do calor tropical, realizadas em nosso laboratório, onde Oswaldo Cruz, sentado no ladrilho assim como nós todos em torno dele, comungava conosco nesse esforço para aperfeiçoar e manter sempre atualizados os nossos conhecimentos (LIMA, 1952, p. 31).

No relatório institucional de 1919, Ezequiel Dias relata que a leitura dos artigos científicos era feita pelo processo criado por Oswaldo Cruz, isto é, distribuídos os artigos de acordo com a aptidão e especialidade dos leitores, que se reúnem uma vez por semana, a fim de relatar cada um a parte que lhe toca. É um meio muito simples, de resultados incontestáveis (DIAS, 1919, p. 6).

Os encontros no Instituto mineiro tinham, a princípio, o mesmo objetivo, mas aos poucos foram ganhando novas dimensões e características próprias. As reuniões eram abertas ao público externo e se tornaram encontros da elite médica belorizontina para discutir tanto os artigos científicos chegados recentemente como o desenvolvimento de atividades médicas e de saúde na capital. Os encontros promoviam a divulgação científica, a informação e, ao mesmo tempo, traçavam novos rumos no campo médico. Os artigos eram marcados com as iniciais de cada pesquisador para ler e discutir durante as reuniões (Figura 13).

Figura 13 - Artigos marcados com afiguras iniciais de cada pesquisador

COMPTES RENDUS
HEBDOMADAIRES
DE LA SOCIÉTÉ DE BIOLOGIE

SÉANCE DU 9 AVRIL 1921

SOMMAIRE

<p>S X L 6 O A B S B O X B B</p>	<p>Abt (G.): Sur la production de races asporogènes de Bactérie charbonneuse 627</p> <p>Adomé (P.): La croissance des Poissons et l'inversion artificielle de la courbe des températures saisonnières du milieu 635</p> <p>Bardine (E.) et Stillewusks (A.): Glycosurie adrénalinique. Ses rapports avec la voie d'admini- stration 613</p> <p>Blanc (G.) et Campestris (J.): Recherches expérimentales sur l'herpès 629</p> <p>Chabanet (H.) et Libert (M.): Correction à une précédente note concernant la constante de sécré- tion de l'acide urique 612</p> <p>Enous (A.): Sur la teneur en matières grasses des Bacilles tu- berculoux des types humain, bo- vin, aviaire 606</p> <p>Grelaut (A.): Spécificité de la réaction phosphotungstique pour le dosage de l'acide urique. Le rapport des bases xanthiques à l'acide urique 632</p> <p>Guillaume (A.-G.): Méthode d'étude des réflexes de la vie or- gano-végétative 631</p> <p>Lemeland (P.): Recherches sur le dosage des savons dans le sé- rum sanguin 617</p> <p>Marsfort (D.): Les enzymes du malt. A propos de la note de M^{rs} H. Van Laer a sur l'existe- nce d'une lipase dans l'extrait de malt 616</p>	<p>Piéron: Observations à propos de la communication de A. Tho- ris 625</p> <p>Roussy (G.) et Lenoux (R.): Recherches anatomo-pathologi- ques sur la broncho-pneumonie du vieillard 623</p> <p>Roussy (G.) et Pevan (Ed.): Recherches bactériologiques sur la broncho-pneumonie du vieil- lard 625</p> <p>Thourot (A.): Présentation d'un appareil pneumographique 622</p> <p>Tournade (A.) et Chausse (M.): Technique des circulations cé- phaliques croisées 608</p> <p>Tournade (A.), Chausse (M.) et Marchand (H.): Des méca- nismes nerveux régulateurs de la pression artérielle. I. La régula- tion centrale 610</p> <p>Weil (P.-E.): Les agents mo- dificateurs du temps de saigne- ment expérimental 619</p> <p style="text-align: center;">Réunion Danoise de biologie.</p> <p>Christiansen (M.): Nécrose em- bolique du cerveau, dans la né- crobacillose du Veau 643</p> <p>Gram (H.-G.): Un procédé nouveau pour le dosage de la fibrine dans le plasma et dans le sang 632</p> <p>Jacobsen (A.-Th.-B.) et Pal- berg (M.): Sur la teneur du sang en chlorures chez les individus normaux 640</p>
--	---	--

BIOLOGIE. COMPTES RENDUS. — 1921. T. LXXXIV. 43

Fonte: Acervo SICHC/ Funed

Os encontros aconteciam geralmente às quintas-feiras e compareciam constantemente destacados cientistas da época como Baeta Viana, Borges da Costa, Marques Lisboa, Samuel Libânio, dentre outros. A Faculdade de Medicina, criada em 1911, e o Instituto Radium, primeiro hospital do câncer, fundado em 1920, foram duas Instituições geradas a partir dos encontros na biblioteca. Naquele momento, o Instituto era o centro intelectual e científico de Belo Horizonte, local onde irradiava cultura, ciência e educação. Amílcar Viana Martins, médico e pesquisador do instituto, comenta em uma entrevista para a revista *Ciência Hoje*,

Às quintas-feiras havia uma reunião no instituto para discutir temas científicos. Além do tradicional café com bolo, havia debates muito proveitosos. O diretor do instituto selecionava artigos de revista científicas nacionais e estrangeiras que deveriam ser lidos pelas pessoas que lá trabalhavam – os estudantes inclusive – e discutidos nos encontros posteriores. A essas reuniões compareciam muitos professores da Faculdade de Medicina, como, por exemplo, o professor Carlos Chagas (primo de Carlos Chagas, descobridor da doença de Chagas), Henrique Marques Lisboa, Baeta Viana e muitos outros, pois, à exceção da biblioteca do instituto, não

havia em Belo Horizonte nenhuma outra biblioteca científica de qualidade. A escola de Medicina ainda não existia. Sem dúvida, por dar acesso à produção científica internacional, essas reuniões tinham um valor muito grande. Assinávamos revistas não só brasileiras, mas também dos Estados Unidos, França, Inglaterra, dos países escandinavos. E essa biblioteca era aberta a todos que quisessem consultá-la (MARTINS, 1990, p. 55).

A partir destas reuniões, Dias conseguiu criar na recém-capital mineira uma verdadeira comunidade científica para estudar as pesquisas propostas por Manguinhos e os problemas de saúde pública enfrentados pelo estado mineiro como o escorpionismo, o ofidismo, e as epizootias dos animais tendo a biblioteca como suporte na construção do saber científico. Vários trabalhos originais e teses foram desenvolvidos a partir destes encontros.

Nesse momento, a recente Faculdade de Medicina não tinha uma biblioteca especializada para atender o curso de medicina. Os alunos e professores utilizavam como apoio a biblioteca do Instituto. A biblioteca da Faculdade de Medicina seria criada somente na década de 1930, pelo professor Baeta Vianna, que acreditava que, para haver avanço científico, a produção científica nacional e internacional tinha que ter farta fonte de informação. Segundo Marques e Silveira (2015, p. 45):

Até meados da década de 1920, a Faculdade de Medicina não contava com uma verdadeira biblioteca. Havia apenas alguns armários de livros fechados à chave, controlados pelos professores.

Mesmo após a morte do Ezequiel Dias, em 1922, a tradição do sarau de quinta-feira permaneceu no Instituto. Seu sucessor, Octávio Magalhães, incentivava a prática e convocava todos os pesquisadores a participarem, havendo a presença de médicos e estudantes externos. Depois da saída de Magalhães da Instituição, em 1941, inicia o processo de empobrecimento dos encontros e dos debates.

O novo interventor, Antônio Valadares Bahia, designado pelo estado de Minas, não incentivava a herança científica deixada por Oswaldo Cruz e, aos poucos, as reuniões vão se tornando raras. Na Faculdade de Medicina, os encontros científicos herdados de Oswaldo Cruz foram implantados pelo professor João Baeta Viana, que debatia inicialmente o desenvolvimento da química médica e, mais tarde, a bioquímica entre um grupo seletivo de alunos. Viana acreditava na importância da disseminação do conhecimento científico e acadêmico.

3.1 A biblioteca além da biblioteca

A biblioteca do IED na capital mineira não era apenas um espaço do conhecimento ou repositório bibliográfico, era considerada um bem da instituição, sendo motivo de orgulho. O empenho e esmero dos técnicos e dirigentes em adquirir obras clássicas e de extrema importância na construção do conhecimento científico demonstrava o seu valor tanto para a instituição, quanto para a cidade. “Acreditavam que sem literatura médica boa e abundante nada seria possível de útil e novo numa casa como a nossa. Daí o nosso empenho em organizar uma biblioteca à altura de nossa missão” (MAGALHÃES, 1957, p. 261). Ainda o autor:

A crença no poder da informação e no desenvolvimento do conhecimento fazia com que os dirigentes não desistissem em transformação a biblioteca do instituto em referência em ciência e saúde no estado, mesmo com uma estrutura muito acanhada e a dificuldade no repasse de verbas para aquisições básicas, a compra de livros e periódicos era mantida, ‘muitas vezes comprados com as sobras ou migalhas de outras verbas do orçamento’ (MAGALHÃES, 1957, p. 261).

A biblioteca era dinâmica e ativa, promovia a transformação e alimentava a instituição e o Estado de Minas com conhecimento e informação de qualidade. Sendo vista como um reflexo das atividades institucionais e do pensamento científico do qual acreditavam e estavam disseminado, refletia o trabalho desempenhado e as linhas de pesquisas desenvolvidas. Era motivo de orgulho e crença no poder da ciência, e isso pode ser observado nas inúmeras visitas que o Instituto recebia. Janaína Schweitzer relata que na perspectiva de Latour (2006, p. 21):

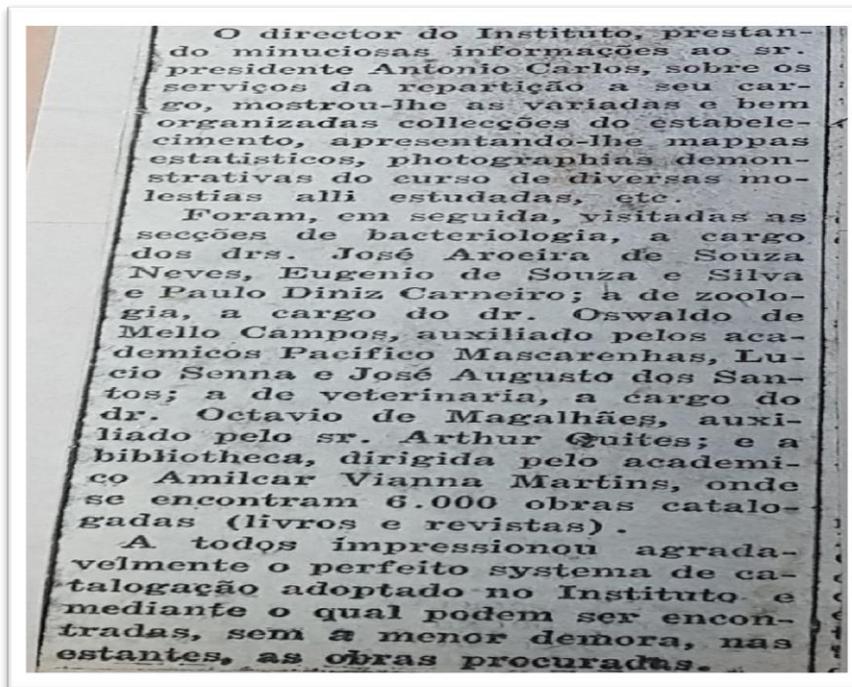
As bibliotecas são lugares de saber e de memória e ele as relaciona com outros lugares como os laboratórios e as coleções, para este autor a biblioteca não é uma fortaleza isolada, mas parte de uma grande rede onde circulam materiais tornando-os signos.

Assim, a biblioteca personifica um espaço de saber e poder na instituição, pois era referência do conhecimento científico e legitimado pelo inúmeros visitantes e pesquisadores que procuravam o espaço para subsidiar as pesquisas.

Os visitantes buscavam conhecer as coleções e os trabalhos desenvolvidos e todos que adentravam ao instituto eram levados à biblioteca ou pediam para conhecê-la. Octávio Magalhães descreve nos relatórios inúmeros visitantes da biblioteca como estudantes, pesquisadores e professores brasileiros e estrangeiros, políticos, médicos, ministros, embaixadores, côsules e reis. Segue publicação no *Jornal Minas Gerais* de 6

de fevereiro de 1927 sobre a visita do presidente Antônio Carlos ao Instituto Ezequiel Dias (Figura 14).

Figura 14 - Publicação no *Jornal Minas Gerais* de 6 de fevereiro de 1927



Fonte: Acervo SICHC/ Funed

A disseminação do conhecimento científico era uma das tarefas desenvolvidas pelo instituto e a biblioteca tinha grande participação. Em 1919, a crise do soro antipeçonhento se agravou no estado de Minas Gerais, e nem mesmo o Instituto Butantan de São Paulo e o Instituto Vital Brazil de Niterói conseguiam suprir suas próprias demandas. Para minimizar e compensar um pouco a situação por falta do produto, o instituto enviou aos fornecedores de cobras. Nesse mesmo ano, 142 exemplares da obra do Dr. Vital Brazil - *A Lucta contra o Ophidismo*, Ezequiel Dias (1919, p. 5) relata que a leitura tem sido tão útil quão apreciada, conforme atestam todos aqueles que a manuseiam com interesse.

Os livros faziam parte da campanha contra ofidismo no estado, que tinha o objetivo de educar e difundir o conhecimento sobre as cobras e a importância da soroterapia. A partir do conhecimento adquirido, por meio das obras, os fazendeiros e fornecedores começaram a identificar as serpentes venenosas das não venenosas, e assim a remessa de cobras venenosas, necessária para a produção de soros subiu substancialmente. Ezequiel Dias (1920, p. 3) narra, no relatório de 1920, que, das 1623

serpentes recebidas, 548 eram inofensivas (33%) e 1088 venenosas (66%) e esses algarismos têm uma significação de certa importância, denotam o progresso dos agricultores mineiros na distinção entre os ofídios peçonhentos e os não peçonhentos.

Os livros eram adquiridos com as verbas estaduais destinadas ao Posto. As obras foram distribuídas durante cinco anos, de 1919 a 1924 (Quadro 1). Em 1925, a distribuição é encerrada devido ao alto custo com as publicações e o Instituto tinha o objetivo de desenvolver uma publicação mais direcionada aos fazendeiros sobre o tema.

Quadro 1 – Livros adquiridos com verbas estaduais entre 1919 e 1924

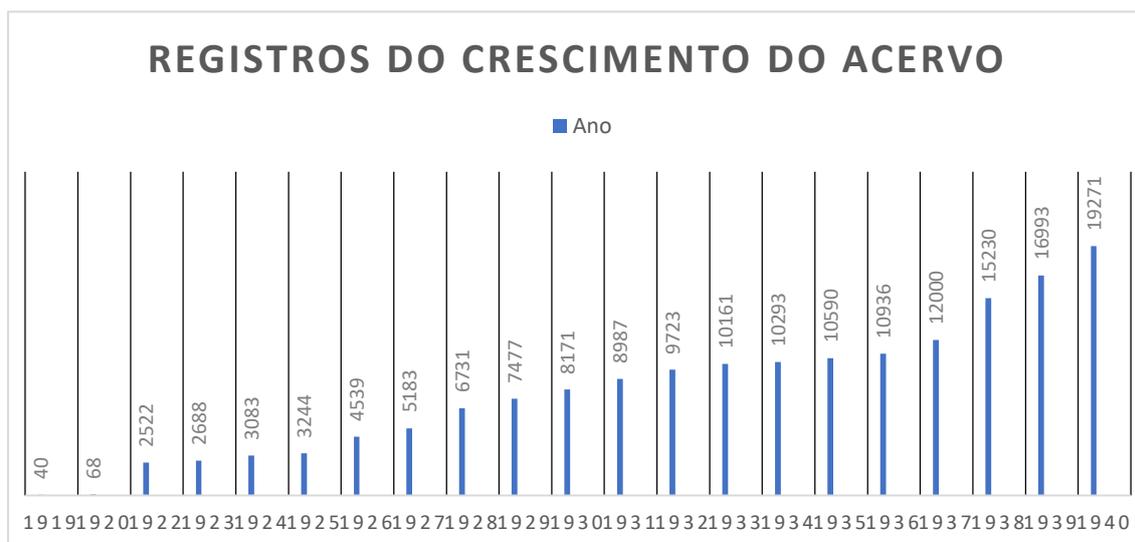
Ano	Quantidade de obras distribuídas
1919	142
1920	311
1922	182
1923	142
1924	082
TOTAL	859

Fonte: Elaborado pela Autora

Os livros do pesquisador Vital Brasil enviados pelo Posto Antiofídico do Instituto para o interior do estado tinham, além do objetivo de instruir tecnicamente os fazendeiros, disseminar o conhecimento científico e combater os efeitos das credices populares de cura contra a picada de peçonhas. Representava o saber e poder de uma classe de pessoas e de uma instituição que queria espaço e confiança no trabalho que estava desenvolvendo com a soroterapia, por meio de métodos científicos. Os livros carregavam o simbolismo da modernidade e do conhecimento comprovado pela ciência.

A permanência de um discípulo da Escola de Manguinhos na direção do Instituto mineiro, após a morte do Ezequiel Dias, garantiu a continuidade da herança e do saber científico ensinado e difundido por Oswaldo Cruz. Enquanto diretor, Octávio Magalhães trouxe inovações e investiu no conhecimento e informação por meio da biblioteca. O acervo de obras cresceu de maneira significativa durante sua gestão, passando de 3 mil exemplares em meados da década de 1920, para 19 mil no início da década de 1940, conforme Gráfico 1.

Gráfico 1 – Registro do crescimento do acervo, entre as décadas de 1920 e 1940



Fonte: Elaborado pela Autora

A biblioteca ganha impulso e vigor no desenvolvimento das suas coleções e, devido ao crescimento do acervo, foi obrigada a construir verdadeiros “arranha céus” dentro do salão central, para instalar as revistas e livros (MAGALHÃES, 1953, p. 284).

Antes de 1919, nos livros de receita e despesa têm-se registros e notas fiscais de compras avulsas de livros cerca 10 exemplares por ano e poucas assinaturas de periódicos cerca de três ou quatro assinaturas, que eram compradas e enviadas pela Matriz. A partir de 1920 o acervo cresce vertiginosamente a cada ano, mas o maior crescimento do acervo pode ser percebido a partir da estadualização, em 1936, momento em que o Instituto tem uma verba específica para este fim, mas que não dura muito tempo, aliada à criação do periódico institucional Memórias do Instituto Biológico Ezequiel Dias, que teve a grande força no crescimento e formação do acervo por meio da permuta, que poderá ser vista mais adiante.

Apesar da falta de verba, o acervo cresceu exponencialmente e isso demonstra a importância da biblioteca para a instituição e seu papel estratégico na construção do conhecimento e no suporte as atividades institucionais. Percebe-se que todo esforço era válido para manter a biblioteca viva e pulsante na instituição, pois refletia a identidade e a memória institucional e a crença no conhecimento científico como mola propulsora do desenvolvimento de uma nação e na solução dos problemas em saúde pública.

No início da década de 1920, a biblioteca crescia ano a ano, ao mesmo tempo em que o número de pesquisadores ao acervo aumentava progressivamente. A necessidade de desenvolver um catálogo para registrar as obras era algo que perpassava o

pensamento da direção. A princípio houve hesitação, mas chegaram ao consenso que era o melhor para a biblioteca. Este fato pode ser observado nos relatórios institucionais no qual Octávio Magalhães (1957, p. 284) relata que “inicialmente parecia um contrassenso o emprego de tamanho vulto de fichas. Mas estávamos construindo para o futuro. Pouco a pouco com o crescimento da biblioteca, é que haveríamos de ver a admirável organização daquele sistema de Catalogação”.

A metodologia escolhida foi a mesma da Biblioteca Nacional e da biblioteca de Manguinhos, o sistema de catalogação decimal universal de Bruxelas, “nome pelo qual era conhecida a classificação adotada pelo *Institut International de Bibliographie*. Essa classificação posteriormente foi denominada de Classificação Decimal Universal (CDU). (ARAÚJO FILHO, 1941, p. 463). Segundo o relatório de 1929, o index de classificação chegou ao Instituto nesse mesmo ano, era uma obra que estava esgotada na Europa (MAGALHÃES, 1929).

Inicialmente o sistema começou a ser implantado pelos próprios técnicos do Instituto que dedicavam uma parte do seu tempo à organização da biblioteca, pois não havia recursos para contratar um bibliotecário. Quando o Instituto passou para a esfera estadual, em 1936, foi requisitado um profissional para trabalhar na gestão da biblioteca. Sendo assim, a bibliotecária Maria Fonseca de Barros, da Secretária do Interior, foi transferida para o IED e concluiu a implantação do sistema de classificação. Posteriormente, com o crescimento do acervo e da demanda institucional, foi contratada a auxiliar Déa Veloso de Barros.

O sistema de classificação foi uma inovação na cidade, não havia nenhuma biblioteca em Belo Horizonte tão moderna e organizada como a do Instituto. Magalhães acreditava que, o modelo implantado na biblioteca era o primeiro no quesito organização no Estado, tanto que, muitas secretarias procuravam a biblioteca para ver como foi o processo de implantação do novo sistema e como funcionava para posteriormente adotar em outros órgãos.

A biblioteca do Instituto vivia um paradoxo: ao mesmo tempo em que crescia em volume e qualidade do acervo, não havia espaço para acondicionar as obras adequadamente, e isso se tornava um problema. A ausência de manutenção no prédio e a carência de espaço dificultavam a organização, mas não impedia o seu crescimento. Nos relatórios institucionais, pode-se perceber a fala frequente dos dirigentes, denunciando a escassez de espaço para a biblioteca e ao mesmo tempo relatando a

importância da área como setor estratégico para o bom andamento das atividades do Instituto. No relatório de 1923, Magalhães descreveu que:

muito nos preocupa, o futuro dos nossos livros, sem mais um palmo de parede para estantes, expostos a luz direta do sol [...] em breve estaremos sofrendo remediadamente à consequência da falta de um local apropriado. O meu ilustre antecessor, Ezequiel Dias, queixava-se do mesmo mal (1923, p.11).

No relatório de 1925, Magalhães relata que “apesar do diminuto espaço que dispomos, nossa biblioteca tem crescido ano a ano.” Em 1926, há as mesmas afirmações “preocupa nos muito seriamente a nossa angustiosa falta de espaço e a luta para manter a organização da biblioteca”.

Inicialmente, o problema de espaço e manutenção do prédio foi observado por Ezequiel Dias como necessidade da biblioteca possuir instalações adequadas, em conformidade com seu importante acervo científico. Preocupação também de seu sucessor, Octávio Magalhães, que relatou a ação de fatores da natureza e pragas sobre o acervo:

Muitas revistas e livros se perderam, porque as chuvas se infiltravam no telhado da casa velha, onde moravam os livros, inundando as estantes, que eram de madeira e que durante muito tempo, também foram envolvidos pelos cupins, que devastaram alguns livros preciosos (MAGALHÃES, 1957, p. 418).

Octávio Magalhães sempre alertava o Secretário da Educação e Saúde Pública de Minas Gerais, Cristiano Machado, sobre as melhorias e modernização que a biblioteca precisava, principalmente em relação às chuvas torrenciais de dezembro a março e o vazamento e goteiras no telhado “molhassem os nossos livros e as estantes de madeira permitiam que os cupins devastassem as estantes e os livros” (MAGALHÃES, 1957, p. 439). Apesar dos inúmeros avisos e manutenções paliativas, esse problema era crônico e persistente, e, apenas em 1941 teria solução, quando o Instituto se muda do prédio da Rua da Bahia para a nova construção na Fazenda Gameleira.

As pressões políticas, econômicas e sociais da década de 1930 propuseram um rearranjo das instituições científicas no país e as bibliotecas Institucionais não ficaram para trás. O novo governo centralizador sugeriu que os estados centralizassem as bibliotecas em um único lugar, sendo assim, a biblioteca sairia da instituição.

Nessa época, a biblioteca do instituto passou por momentos bem delicados, o corte de verbas orçamentárias aliado à ameaça de centralização e possível extinção

levou Magalhães a recorrer ao governador do estado para barrar essa situação. A biblioteca não era considerada apenas um setor dentro da esfera institucional e não era somente uma atividade essencial, era considerada patrimônio da Instituição e tinha relação com a memória social e científica, Magalhães (1957, p. 439) alegou que:

Tirar de um Instituto como era o Instituto Ezequiel Dias, a biblioteca técnica especializada, é como se tirássemos os alicerces de um arranha-céu e quiséssemos que ele continuasse de pé. É preciso ter uma visão muito estreita, nada, absolutamente, nada, conhecendo do que se passa no mundo e o que é de fato, um Instituto de ciência, de pesquisa e de produção de artigos bioterápicos, para ter um tal pensamento.

O governo mineiro acatou as considerações do dirigente do IED e manteve a biblioteca na Instituição e restabeleceu mais tarde a verba para compra de livros e periódicos.

3.2 A biblioteca e a estadualização

A saída do Instituto Ezequiel Dias do organograma do Instituto Oswaldo Cruz não alterou em nada a política de aquisição de acervos, a filosofia da biblioteca ou o desenvolvimento de coleções. Octávio Magalhães, que era um discípulo da escola de Manguinhos, mantinha os mesmos princípios herdados de Oswaldo Cruz. Sabia o valor do conhecimento e do saber científico na formação de recursos humanos e no desenvolvimento institucional. Esse era o pensamento que norteará o pensamento de Magalhães (1957, p. 288) quando o Instituto é estadualizado e a biblioteca era o meio para que isso acontecesse:

O Instituto Biológico de Minas Gerais, terá uma alta finalidade além de orientar o governo e o povo de Minas Gerais, no rastreamento e determinação das doenças infecto contagiosas, no preparo dos produtos biológicos para combatê-los, na coletividade humana dos animais e das plantas, será uma escola de altos estudos experimentais, continuação certamente herança da Escola de Manguinhos.

No relatório enviado ao secretário em 1936, Octávio Magalhães relata toda a situação do instituto e fala especialmente da importância da biblioteca como “Eixo central, a viga mestra dos nossos empreendimentos” (MAGALHÃES, 1936, p. 12). Pede atenção especial à definição de verbas para o desenvolvimento do acervo, para a melhora do espaço da biblioteca e de recursos humanos para ajudar nas atividades de gerenciamento da biblioteca.

Uma das primeiras mudanças atendidas pelo secretário de educação e saúde pública foi a transferência de uma bibliotecária da Secretária de Interior para o Instituto, com o objetivo de gerenciar os trabalhos da biblioteca. No seu pedido ao secretário, Magalhães relata que “até agora, a biblioteca por motivos óbvios, não tinha propriamente, um responsável. O diretor, a princípio, um chefe de laboratório (Amílcar Martins), por fim, auxiliados por uma datilógrafa, no intervalo dos trabalhos diários, olhavam para aquela saleta. Solicito com urgência um bibliotecário poliglota” (MAGALHÃES, 1936, p. 11).

Integrado à estrutura do estado, aos poucos o Instituto vai se adequando ao novo sistema e com ele à biblioteca. Outra mudança foi a criação de uma publicação semelhante ao periódico do IOC. O periódico denominado *Memórias do Instituto Biológico Ezequiel Dias*, tinha o principal objetivo de divulgar os trabalhos e resultados desenvolvidos na Instituição, mas aos poucos foi ganhando outras funções, de ampliar o acervo da biblioteca.

Desde a sua criação, em 1907, o Instituto mineiro não tinha uma publicação própria, mas mantinha correspondência ativa com diversos centros e ciência do mundo, no qual enviava seus trabalhos científicos para serem publicados nas principais revistas internacionais, nacionais e na maioria das vezes no periódico da matriz Memória do Instituto Oswaldo Cruz, o qual reunia a produção intelectual dos pesquisadores da escola de Manguinhos.

Além de fazer o registro dos trabalhos e pesquisas do Instituto, a criação do periódico institucional possibilitava o crescimento do acervo da biblioteca, pois era utilizada como intercâmbio entre os diversos centros de ciência do mundo. Segundo Magalhães (1957, p. 419):

As memórias seriam como uma embaixada intelectual, para elevar, dentro e fora do Brasil, o nome de MG. Foram aquelas páginas que permitiam permutar um grande número de revistas nacionais e estrangeiras, enriquecendo a biblioteca do instituto.

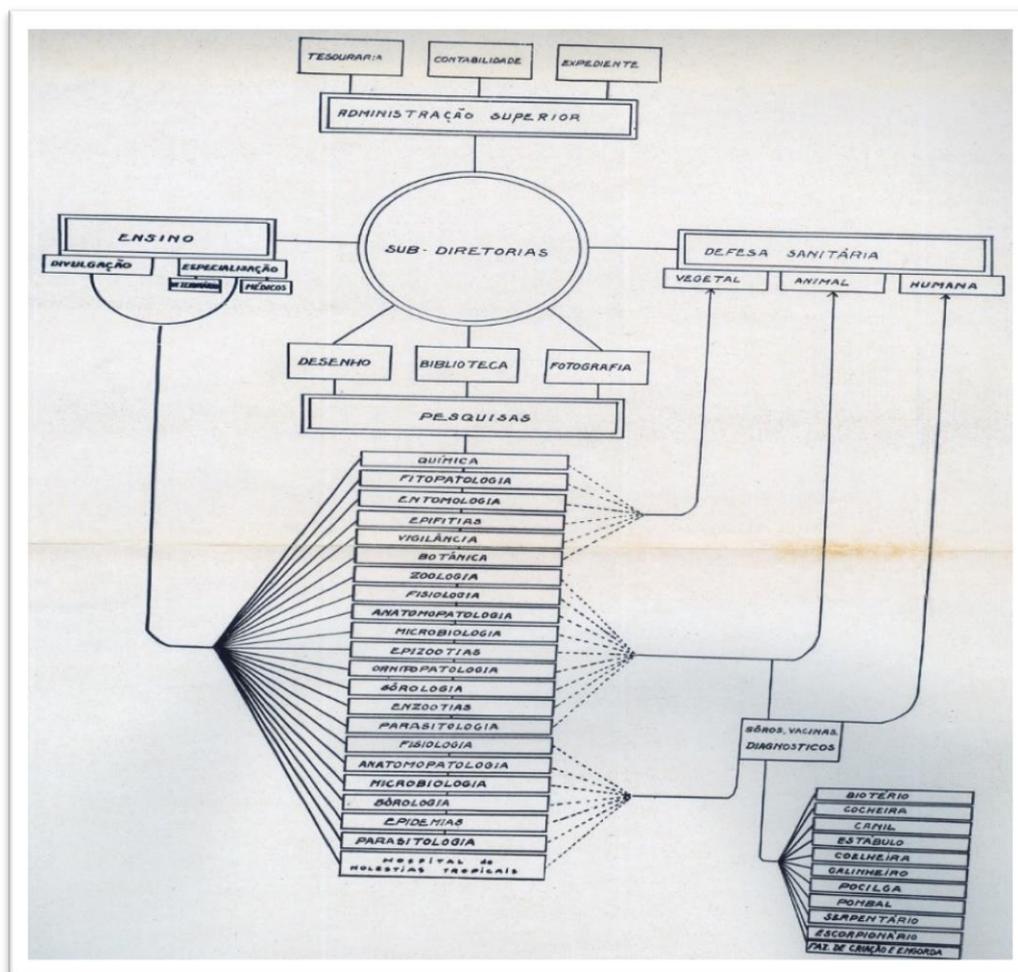
A partir da análise dos relatórios institucionais, podemos dizer que a publicação dos periódicos não foi uma tarefa muito fácil, devido à constante falta de verba, mas conseguiram publicar anualmente quatro números desta revista, de 1938 a 1941. O último saiu em 1943, relativo aos trabalhos de 1941. Os artigos publicados foram muito requisitados e aceitos como permuta, por vários centros de ciência no Brasil e no exterior. Os estudos estavam relacionados ao escorpionismo, ao tifo exantemático e ao

estudo clínico das observações por peçonhas. A coleção de quatro números das *Memórias* encerrava cerca de 11 trabalhos originais desenvolvidos em Minas Gerais. Depois da saída de Octávio Magalhães da Instituição, em 1941, o periódico deixou de ser publicado.

Em 1937, Octávio Magalhães apresentou sugestões para a criação do primeiro regulamento institucional que foi aprovado e publicado em 1º de junho de 1937, pelo Decreto nº 886, a biblioteca é incluída no regulamento e é criado o cargo de bibliotecário. A aprovação das diretrizes iniciais de funcionamento e aparece oficialmente no organograma institucional, conforme a Figura 15 (MAGALHÃES, 1957, p. 351).

No recém criado Regulamento do Instituto, em seu Art. 67º, compete à biblioteca em especial: a) O fornecimento, para estudo, de livros e revistas das coleções do estabelecimento, aos funcionários do instituto ou, com ordem do diretor, ao pesquisador de fora que os requisite; b) Nenhum livro, tese, separata ou revista será fornecido sem requisição escrita, assinada e datada, em fichas especialmente preparadas para isso; c) A organização, pelo sistema decimal internacional de Bruxelas, do catálogo geral da biblioteca; d) A expedição dos anais do instituto e outras publicações; e) Organização de um relatório anual sobre os livros e revistas chegados, os pedidos para leitura, os livros e as revistas existentes na biblioteca, as encadernações efetuadas etc.

Figura 15 – Organograma Institucional



Fonte: MAGALHÃES (1957)⁷

Inicialmente a biblioteca estava ligada diretamente à diretoria do Instituto, como se fizesse parte do corpo da direção, e o seu gerenciamento era parte integrante das atividades exercidas pelo diretor, pois ele selecionava e assinava o que deveria comprar, correspondia com os livreiros e os institutos de ciência, organizava o acervo, efetuava os empréstimos e definia as melhores políticas de gestão da biblioteca. As atividades técnicas eram acompanhadas pelo bibliófilo holandês Assuerus Hyppolitus Overmeer, primeiro bibliotecário da Biblioteca do Instituto Oswaldo Cruz no Rio de Janeiro.

Na biblioteca da filial mineira, as atividades de organização se concentravam no diretor devido à falta de verba para contratação de um profissional para a área, preferindo investir na formação do acervo. Com a estadualização do Instituto, isso muda, pois, uma bibliotecária, Maria Fonseca de Barros, da Secretaria do Interior, é cedida para o IED.

⁷ Estampa dobrada antes da p. 398 – N.A.

Outra alteração significativa foi a mudança de local da biblioteca em 1941, quando da transferência do Instituto Ezequiel Dias para a Fazenda Gameleira. A biblioteca ganhou mais espaço, as estantes de madeira foram substituídas por um mezanino de aço com estantes duplas com 4 metros de altura e passarelas em madeira imbuia, aproveitando o pé direito alto.

Por meio dos relatórios institucionais, percebe-se que Octávio Magalhães acreditava que a estadualização traria grandes benefícios à biblioteca, pois teria verba própria para aquisição de livros e periódicos, mas isso era algo instável. Na maioria das vezes as verbas dependiam de questões políticas e esporadicamente o diretor conseguia uma rubrica específica para esse fim, e, quando conseguia, durava pouco tempo. Na realidade, na maior parte do tempo a biblioteca não tinha verba própria e a compra era feita com o que sobrava do orçamento.

Em 20 de setembro de 1941, foi publicado no diário oficial do Estado de Minas Gerais a reforma organizacional do Instituto Biológico Ezequiel Dias. Essa reforma altera toda a estrutura institucional e muda completamente os seus rumos. Como já relatado, Octávio Magalhães é exonerado do cargo de diretor e nomeado como técnico. Recusa o novo cargo e pede a sua saída. A reforma altera o principal conceito do instituto mineiro, o desenvolvimento de atividades biomédicas relacionadas à pesquisa, ao ensino e à produção de produtos biológico. A biblioteca de imediato é impactada com a saída da bibliotecária responsável, Maria de Barros Aguiar, e da assistente Déa Veloso de Barros, que não aceitaram permanecer no cargo com a saída de Magalhães.

A biblioteca que era vista como suporte a todas as atividades institucionais aos poucos vai perdendo o seu prestígio. Ao longo do tempo, as reuniões semanais foram minguando, pois não havia mais incentivo e a saída de muitos pesquisadores comprometeram o quadro funcional, ao mesmo tempo em que, houve a diminuição de visitantes. A renovação do acervo por meio de assinatura e compra foi reduzindo aos poucos e o periódico institucional cessou a publicação.

O ideal de biblioteca herdado de Oswaldo Cruz, como centro conhecimento científico, não fazia parte dos planos da nova organização governamental. Esse conceito foi embora com Octávio Magalhães, último discípulo da “Escola de Manguinhos” na direção da Instituição. No último relatório em 1940, relata que deixou na biblioteca um acervo de 19.271 volumes dentre periódicos, teses e livros. Sendo 88 revistas assinadas, 1223 publicações distribuídas para permuta, 1248 empréstimos e uma lista de livros a serem adquiridos.

Com o passar do tempo, a primeira biblioteca científica do Estado de Minas Gerais tornou-se obsoleta e abandonada, transformando-se em um “depósito” de livros “velhos” e esquecidos pelo tempo por mais de 40 anos. Foi reaberta ao público e aos funcionários em 2001, após idas e vindas de um projeto que iniciou na década de 1990 com o Professor Carlos Ribeiro Diniz e a historiadora Rita de Cássia Marques. O projeto buscava restabelecer, organizar e preservar acervo histórico e as memórias institucionais. Atualmente, a biblioteca está montada no prédio central da instituição, no qual recuperou e ampliou a estrutura de mezanino de ferro. O acervo formado pelo seu fundador Ezequiel Dias, pelo sucessor Octávio Magalhães e pelos pesquisadores da Instituição encontra-se em sua Biblioteca Histórica que se constituem como parte da identidade e da memória institucional.

No capítulo seguinte apresenta-se como esse acervo foi construído e desenvolvido e qual a relação de aderência e ressonância com a história institucional.

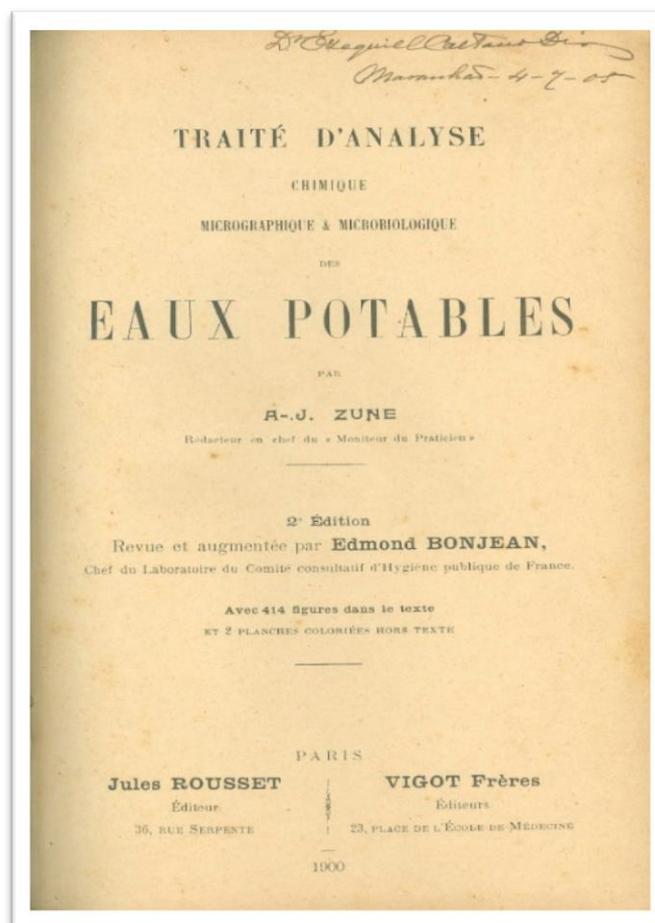
CAPÍTULO 4 - A FORMAÇÃO DO ACERVO

A Biblioteca Histórica nasceu junto com a Instituição em 1907 e as primeiras obras que compõe o seu acervo vieram da coleção particular do Ezequiel Dias. Naquele momento, o particular se tornou o institucional, sendo a primeira marca que caracteriza a construção de um acervo singular. Era uma coleção que revelava as características do pesquisador, era pequena com poucos exemplares, mas de grande significado científico e com marcas de propriedade.

Na coleção, encontram-se obras publicadas por Oswaldo Cruz como: *A vacinação anti-pestosa* - 1901; *Profilaxia da febre amarela* - 1903; *Peste* - 1906; *Dos acidentes em soroterapia* -1902; *Uma nova especie do genero Psorophora*- 1907; *Um novo genero brasileiro da sub-família Anophelinae* - 1907, além de publicações dos pesquisadores Carlos Chagas e Adolpho Luz. Ezequiel Dias também trouxe na bagagem livros relacionados à microbiologia e a medicina experimental, além de outras publicações como: *La vaccine et la vaccination* por J. Delobel e P. Cozette- 1908; *Traité de Microscopie Clinique* por M. Deguy e A. Guillaumin 1906; *Le Traitement pratique de la Tuberculose Pulmonaire* por L. Rénon; *La Rage* por Auguste Marie; *Traité de Zoologie Médicale et Agricole* por A. Railliet - 1895; *Traite d'analyse chimique, micrographique & microbiologique des eaux potables* por A.- J. Zune - 1900 (Figura 16).

Além das obras do fundador, outros pesquisadores que passaram pela Instituição para desenvolver alguma atividade deixaram sua contribuição ao acervo. Oswaldo Cruz doou o *Traité pratique de la vaccination animale* (1889) de A. Layet; Carlos Chagas ofertou o *Protozoology* (1910) de Gary N. Calkins, obra ricamente ilustrada e Octávio Magalhães trouxe várias obras da sua coleção particular como livros de bacteriologia, microscopia, clínica médica, veterinária, análise química e outros temas para integra o núcleo formador da biblioteca. Inicialmente, a construção do acervo da biblioteca partiu da doação desses pesquisadores que chegavam ao Instituto, estas obras refletiam uma identidade singular, mas que no conjunto formavam uma memória coletiva e consequentemente a memória institucional.

Figura 16 - *Traité d'Analyse... eaux potables- 1900*



Fonte: Acervo SICHC/ Funed

O primeiro registro de compra institucional de livros é datado de julho de 1908 (Figura 17), no qual Ezequiel solicita ao livreiro parisiense Paul Albanel, o mesmo livreiro que atendia o Instituto Oswaldo Cruz, o envio de várias obras relacionadas à zoologia, dentre elas o *Traité de Zoologie* (1884) de C. Claus, importante publicação para as atividades de pesquisa das epizootias, uma das primeiras atividades desempenhadas pelo Instituto. A seleção das obras, os contatos com o fornecedor e o processo de compra de livros eram feitas diretamente pela filial, somente o transporte era feito pela matriz, pois os livros chegavam pelo porto do Rio de Janeiro. O IOC não interferia na autonomia e nas escolhas da sucursal.

Em 1910, a Instituição estava desenvolvendo alguns trabalhos com cogumelos, sendo assim solicita ao livreiro parisiense: o artigo – NEUBER. *Les champignons pathogènes pour le peau em Hungrie: un nouveaux trichophyton. Orvosi hetilap, Budapest, 1922;* e o livro - GUÉGUEN, F. P. *Les champignons parasites de l'homme &*

des animaux: généralités, classification, biologie, technique: clefs analytiques, synonymie, diagnoses... Paris: A. Joenin, 1904 - para auxiliar nas atividades. Além dos livros, Ezequiel solicitava também catálogos de equipamentos. Ainda hoje, a biblioteca possui alguns catálogos de equipamentos da época.

Figura 17 – Nota fiscal de obras compradas do Instituto Filial de Manguinhos

Paris, le 17 juillet 1908

À l'Instituto Filial de Manguinhos Doit

à Paul Alanel

11, Rue Laibnier

Des marchandises suivantes expédiées de son ordre et pour son compte
le vapeur "Centa" partant de Lisbonne le 8 juillet 08
quelles

Expédié à M. M. J. de Fonseca à Rio de Janeiro			
Un postal contenant			
x 1	Berier - Craité de Zoologie fascicules I, II, III 32	34 ..	
	Voids net 3.150	4 60	
	Part du colis & emballage		28 60
	Par poste en 3 paquets de 13 feuillets à votre adresse.		
x 1	Berier - Craité de Zoologie fasc. IV & V 26 & 32	35 60	
	Le tome III n'est pas paru pour former le 3 ^e volume.		
	Exp. & emballage	3 50	
	Par poste en 3 paquets de 17 feuillets à votre adresse.		39 10
x 1	Creative of Zoology 5 volumes à 15,75, 14,75	73 75	
	5 Reliures à 1.60	8 ..	
		81 75	
	Exp. Rec. de emballage	4 60	
			86 35
			114 95
	à reporter		

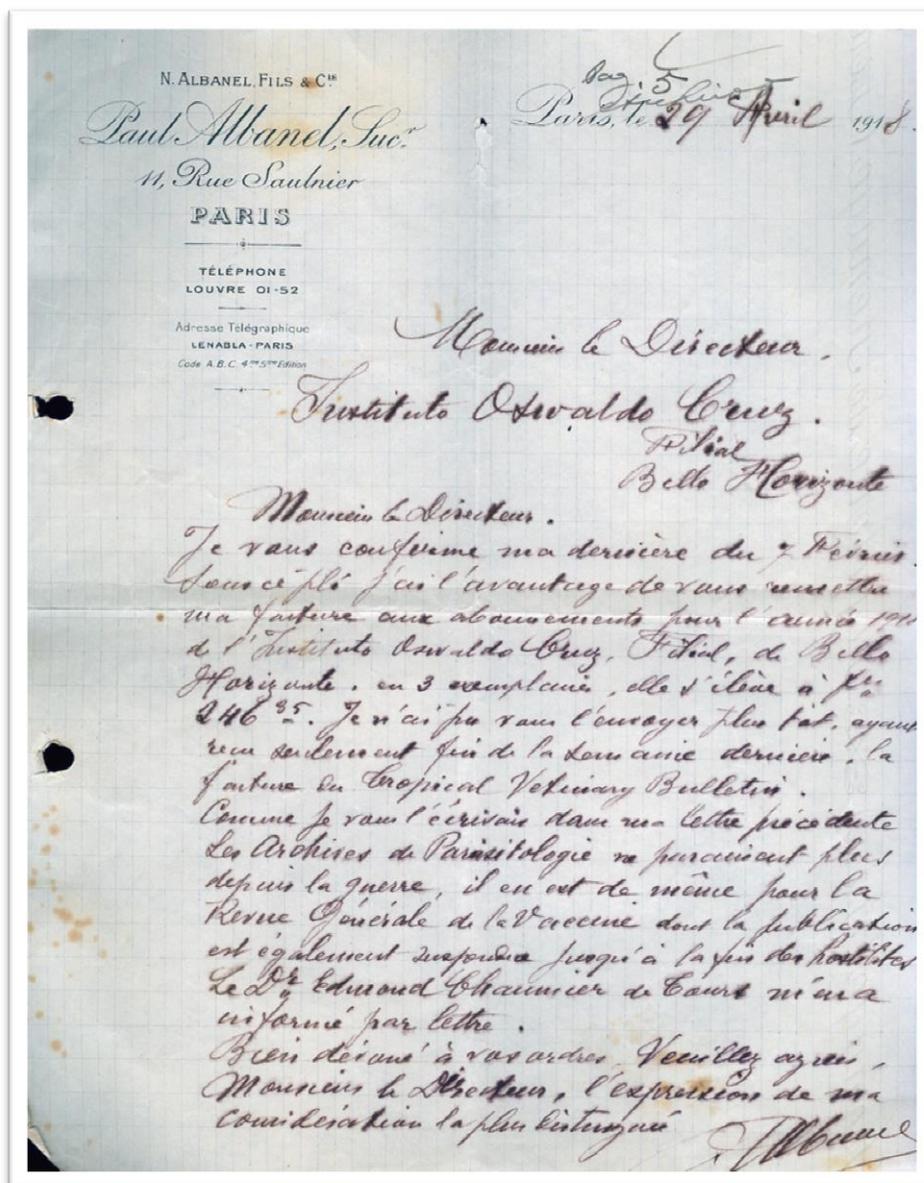
Fonte: Acervo documental SICHC/ Funed

Por meio das cartas trocadas entre Ezequiel Dias e o livreiro francês, percebe-se que a relação e a comunicação entre eles eram constantes, tanto para compra de livros e periódicos como para algum outro tipo de material. Naquele momento, as aquisições estavam direcionadas à formação de um acervo na área biomédica, no qual a França era referência no mundo europeu. Não havia quantidade ou tempo determinado para

solicitar alguma obra, a demanda do Instituto direcionava o tipo de obra, a quantidade e os prazos de pedido entre uma obra e outra.

O período da Primeira Guerra Mundial foi um dificultador nessa relação. Albanel, relata em carta a Dias, os empecilhos em adquirir as obras solicitadas, pois muitas estavam esgotadas nas editoras francesas, além da suspensão das permutas entre os centros de pesquisa (Figura 18).

Figura 18 – Carta enviada por Paul Albanel ao Ezequiel Dias em 29 de abril 1918



Fonte: Acervo documental SICHC/ Funed

Com o fim da Primeira Guerra Mundial, em 1918, Ezequiel Dias volta a intensificar a relação com o livreiro francês e envia uma lista de 13 revistas para serem adquiridas: *Société Mycologique de France*; *Recueil de maladies du cœur et des*

vaisseaux ; Journal de Physiologie et de Pathologie Exotique; Annales de Institute Pasteur; Comptes rendus des Séances de la Société de Biologie; La Presse Médicale; Annales de Dermatologie et de Syphiligraphie; Tropical Veterinary Bulletin, British Medical Jornal; Archives de Parasitologie; Archives de l'Institut royal de bactériologie Câmara Pestana; IL policlínico e outros. No relatório seguinte, Ezequiel Dias destaca que:

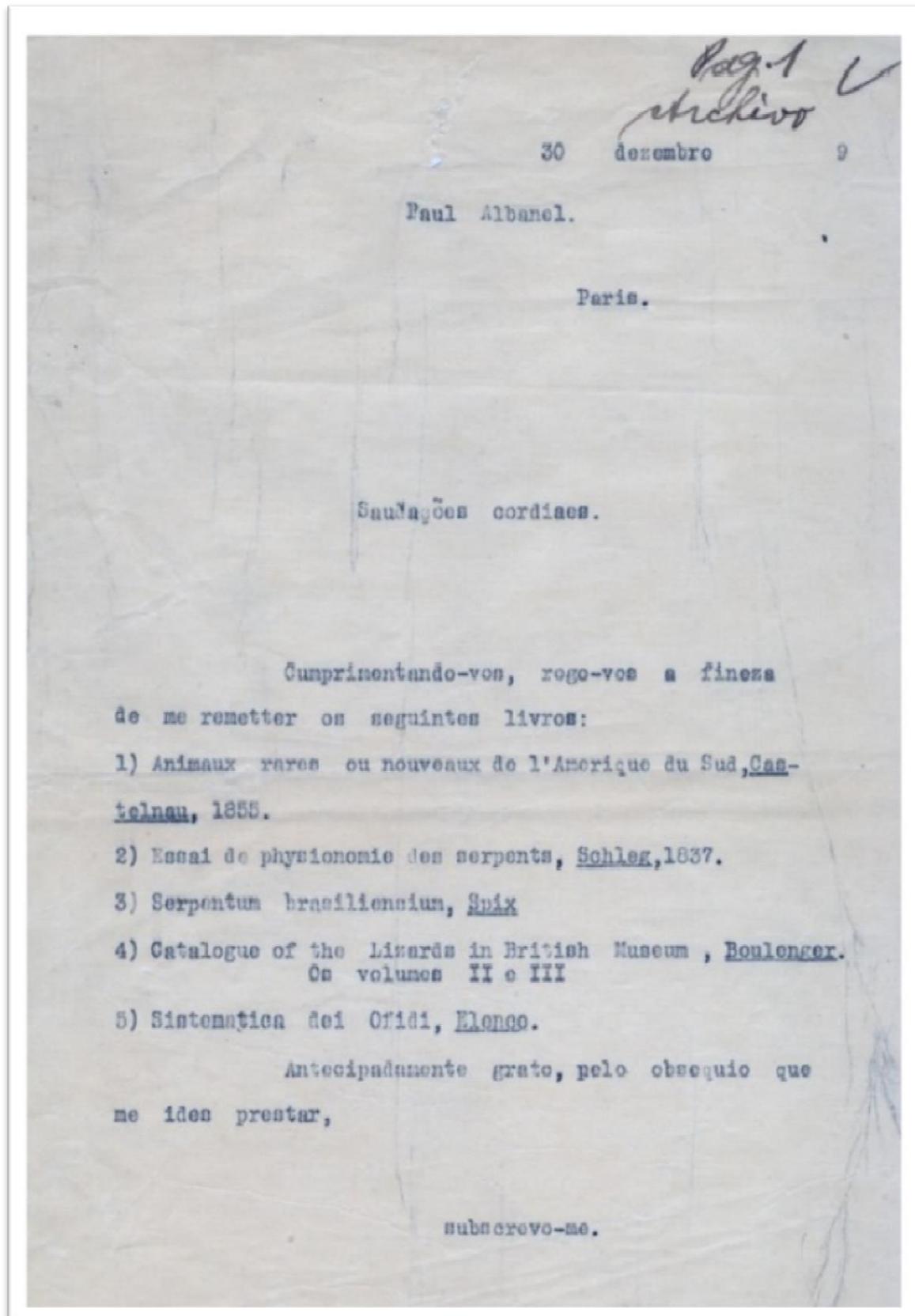
Quanto a Biblioteca, deverá ter maior desenvolvimento, este ano, mas só lentamente será erguida as condições desejadas, visto que quase tudo depende de verbas não pequenas, que não possuímos. Com tudo, já recebemos mais de 40 revistas científicas, cuja leitura é feita pelo processo criado por Oswaldo Cruz (DIAS, 1919).

A inauguração do Posto Antiofídico, em 1918, contribui muito para a formação do acervo institucional, pois uma parte do subsídio disponibilizado pelo Estado de Minas Gerais ao posto era direcionada para compra de livros e periódicos para apoio informacional as atividades do Instituto.

As primeiras obras relacionadas ao ofidismo foram solicitadas em correspondência por Ezequiel Dias ao livreiro Albanel (Figura 19). Foram incluídos os seguintes de livros sobre o assunto: *Animaux nouveaux ou rares recueillis pendant l'expédition dans les parties centrales de L'Amérique du Sud...*, de F. Castelnau (1855); *Essai sur la physionomie des serpens*, de H. Schlegel (1837) *Serpentum Brasiliensium species novae...*, de J.-B. Spix e J. G. Wagler (1824) e com urgência solicita o envio imediato do *Catalogue of the snakes in the British Museum*, de George Albert (1893-96), obra de referência na área, utilizada para identificar e descrever as serpentes. Algumas dessas obras ainda se encontram atualmente na biblioteca.

Além do ofidismo, o escorpionismo se destacava também como um problema emergente de saúde pública, especialmente em Minas Gerais, onde se encontra duas espécimes letais (*Tityus Serrulatus e Bahienses*). A bibliografia sobre o assunto era ainda muito insipiente, no Brasil quase não se tinha referência no assunto e no exterior a bibliografia era direcionada a outras espécies de escorpião. Inicialmente o Instituto solicita as seguintes obras para auxiliar nas pesquisas: *Toxinas y Antitoxinas*, de M. Nicolle, E. Césari, e C. Jouan, (1922); o trabalho de T. Thorell, intitulado *On the classification of Scorpions* (1876) e demanda com urgência na obra de *Animaux venimeux et venins*, de M. Phisalix (1922), autores de referência na área. Aos poucos o Instituto foi constituindo uma coleção de obras relacionadas a cobras e escorpiões.

Figura 19 - Correspondência por Ezequiel Dias ao livreiro Paul Albanel – década de 1920

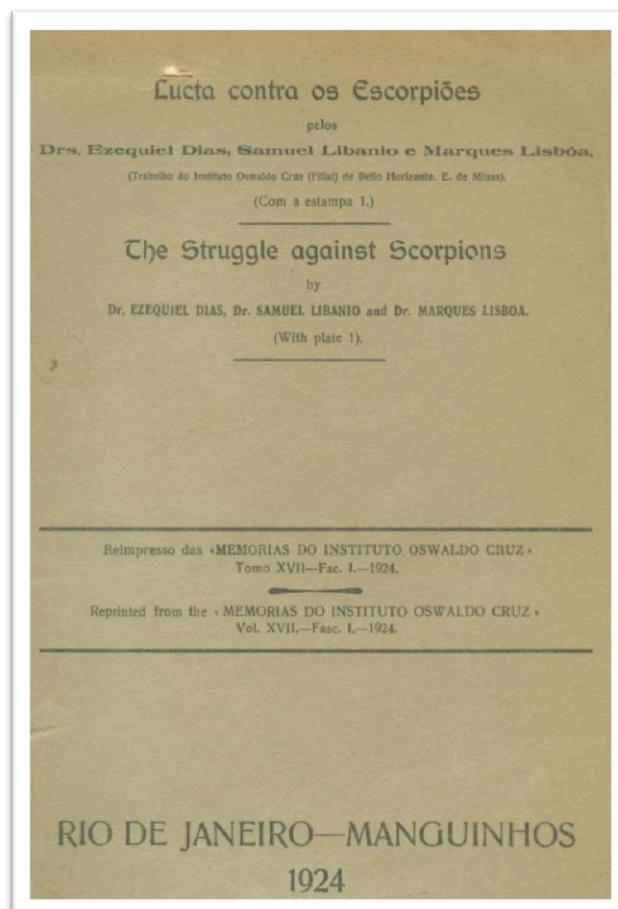


Fonte: Acervo documental SICHC/ Funed

O estudo das peçonhas abriu outras frentes de investigação, além das linhas de pesquisa do Instituto Oswaldo Cruz, especialmente o escorpionismo que se tornou uma linha de pesquisa inovadora no país. Os pesquisadores desenvolveram importantes trabalhos sobre seus múltiplos aspectos: ecologia, sistemática, distribuição geográfica, profilaxia, soroterapia, sistema nervoso, hematologia e questões experimentais e clínicas, que ajudavam na formação do acervo com um conteúdo diverso e amplo de assuntos que poderiam ser abordados a partir destas pesquisas.

Além da formação de um acervo singular e diversificado, esses trabalhos geraram muitos artigos inéditos, com inúmeras descobertas sobre o assunto, alimentando o patrimônio científico e intelectual da instituição. Um dos primeiros trabalhos foi em parceria entre Ezequiel Dias, Henrique Marques Lisboa e Samuel Libânio, publicado em 1924, intitulado *Lucta contra Escorpiões* (Figura 20). Depois desse estudo, outros trabalhos originais na mesma linha de pesquisa foram produzidos pelos pesquisadores do Instituto que serviram de base para o estudo do escorpionismo até nos dias de hoje.

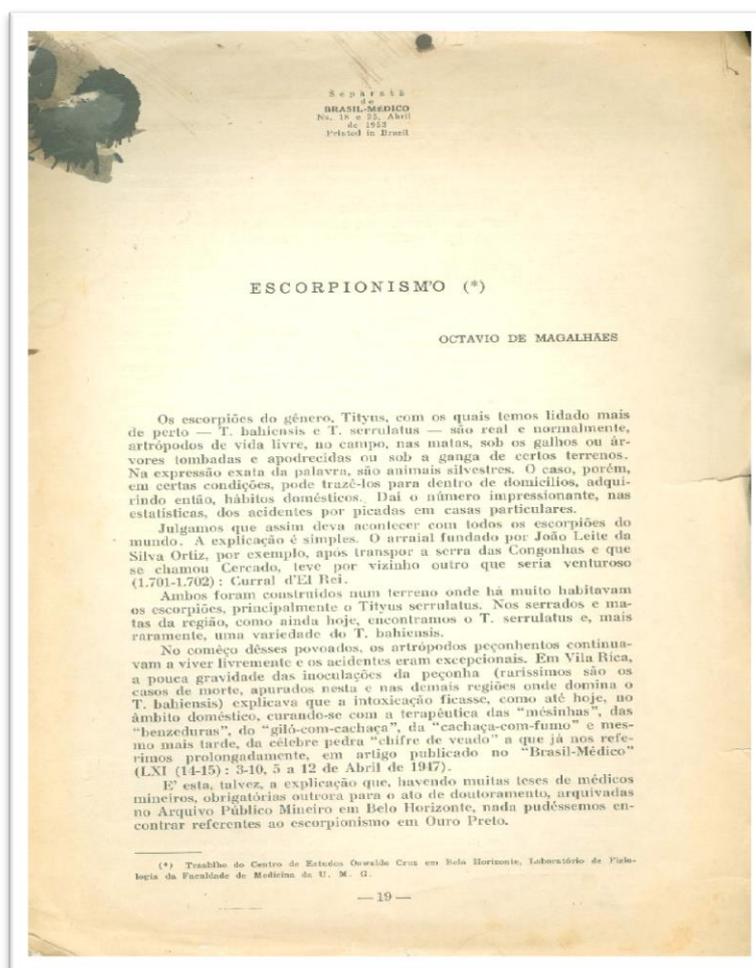
Figura 20 – Publicação de Dias, Lisboa e Libânio - 1924



Fonte: Acervo SICHC/ Funed

A maior contribuição de Octávio Magalhães para o escorpionismo (Figura 21) está nas suas pesquisas sobre os acidentes causados pela picada do escorpião. Seu estudo sobre síndrome escorpiônica foi apresentado pelo relator geral do VI Congresso Nacional de Medicina, na cidade de Córdoba, Argentina, em 1938, e, após tradução do texto, o mesmo foi espalhado pelos institutos da república irmã, a fim de instruir os argentinos (MAGALHÃES, 1938).

Figura 21 – Publicação referência em escorpionismo de O. Magalhães

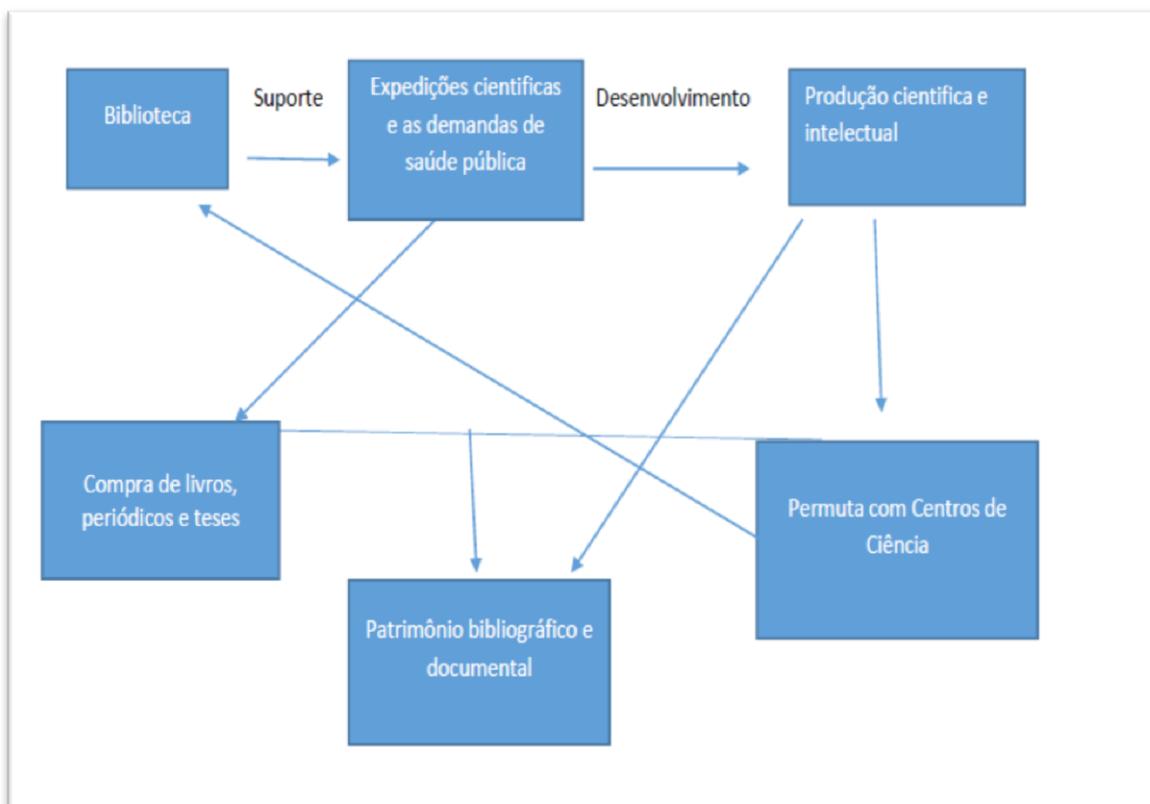


Fonte: Acervo SICHC/ Funed

O estudo das peçonhas foram uma importante fonte de formação do acervo, que desenvolveu na Biblioteca uma coleção de referência, mas sem deixar de lado o fornecimento de informações com relação às questões de saúde pública que emergiam no estado. O instituto se dedicou a tudo que era urgente e emergente em Minas Gerais. Os pesquisadores não tinham uma linha fixa ou definitiva, mas tinha uma visão inovadora e ampla de saúde, trabalhavam com as demandas por problemas de saúde

pública. Essas demandas geravam “necessidades de informação” que eram supridas pela biblioteca na compra ou permuta de livros, teses ou periódicos e esses conhecimentos adquiridos eram transformados em artigos, que alimentavam a biblioteca e o patrimônio institucional. Esse ciclo propiciava o desenvolvimento e a formação de um acervo com temas diversos e características singulares, criando uma identidade institucional (Figura 22).

Figura 22 – Ciclo de formação do acervo



Fonte: Elaborada pela autora

A biblioteca era considerada uma engrenagem importante dentro da instituição, pois nela se iniciavam e terminavam os processos. As demandas de saúde pública que chegavam à instituição eram supridas com informações da biblioteca, que, quando não as tinham, eram adquiridas no mercado, por meio dos livreiros. As informações eram disponibilizadas aos pesquisadores, que juntamente com o material recolhido das expedições e análises laboratoriais, eram gerados novos conhecimentos na forma de artigos científicos. Esses artigos contribuíam na formação do acervo bibliográfico institucional, pois eram distribuídos ou utilizados como permuta com os centros de ciências nacionais e internacionais.

As viagens científicas foram primordiais na construção desse acervo, pois atuavam como importante fonte de coleta de material para o desenvolvimento das pesquisas científicas e conseqüentemente na produção e disseminação do conhecimento através dos artigos.

Essa relação entre as demandas de saúde pública e a necessidade informacional pode ser percebida nas correspondências entre o diretor do instituto, os livreiros e os centros de ciência no Brasil e no mundo. A biblioteca personificava essa relação, era o centro de diálogo científico e informacional na busca pela formação de um acervo que dessa conta das necessidades institucionais. O desenvolvimento desse acervo retrata uma construção coletiva, pois é formado por diferentes demandas e em vários contextos sociais e temporais. Sendo assim, o seu acervo tem uma relação de “aderência e ressonância” (GONÇALVES, 2005) e representa patrimonialmente a instituição, pois refleti a identidade institucional e a memória social e científica.

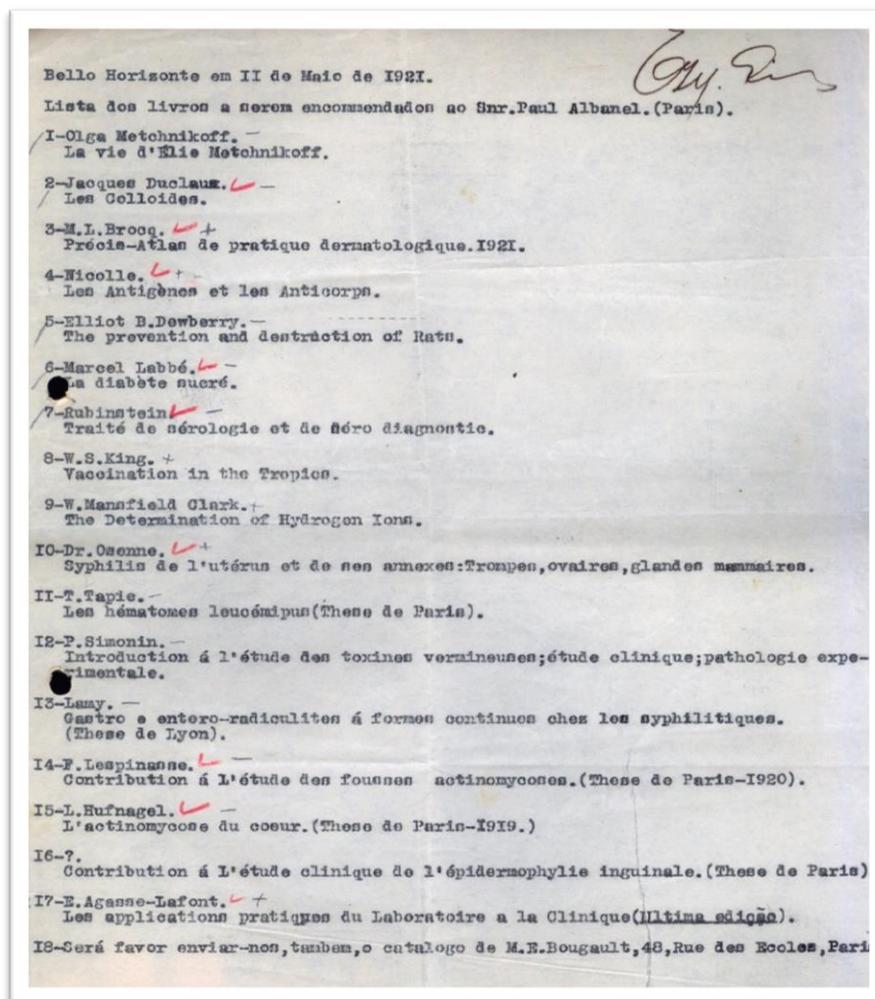
As dificuldades com as verbas era uma constância na instituição e mesmo assim o acervo crescia ano a ano. Uma alternativa encontrada pelo dirigente e pesquisadores para ampliar o acervo da biblioteca era a permuta da produção intelectual desenvolvida no instituto. A partir da década de 1930, o desenvolvimento do acervo institucional se baseava muito nessa relação. Octávio Magalhães (1938, p.15) relata que “permutando nossas publicações, conseguimos obter numerosos jornais economizando a assinatura de um grande número de revistas caríssimas”

Apesar da permuta ser uma possibilidade de formação do acervo, as compras de livros e assinaturas de periódicos (Figura 23) sempre foram prioridades para a direção do Instituto. Autores que marcaram o ensino da medicina científica e experimental faziam parte do acervo como: Claude Bernard, Louis Pasteur, Robert Koch, Paul Langhans, Elie Metchnikoff, Hans Buchner, Emil Adolf von Behring, Shibasaburo Kitasato, Jules Bordet, August von Wassermann, Léon Calmette e outros.

A biblioteca era aberta ao público externo, principalmente a comunidade médica da capital. A diversidade de obras a tornava um centro de excelência em cultura e ciência na cidade, sendo uma referência para estudantes, médicos professores e visitantes de outras regiões que buscavam uma literatura científica e biomédica moderna e atualizada. Um exemplo é a carta do Prof. Mário Mendes Campos que com a ajuda da biblioteca defendeu, em 1928, a tese de livre-docência para a Faculdade de Medicina de Belo Horizonte intitulada *Da reação de Kellogg e da Anatoxina diftérica*, no qual

agradece a possibilidade de acesso ao acervo sem o qual não poderia desenvolver seu trabalho.

Figura 23 – Lista de livros solicitados ao livreiro Paul Albanel em 11 de maio 1921



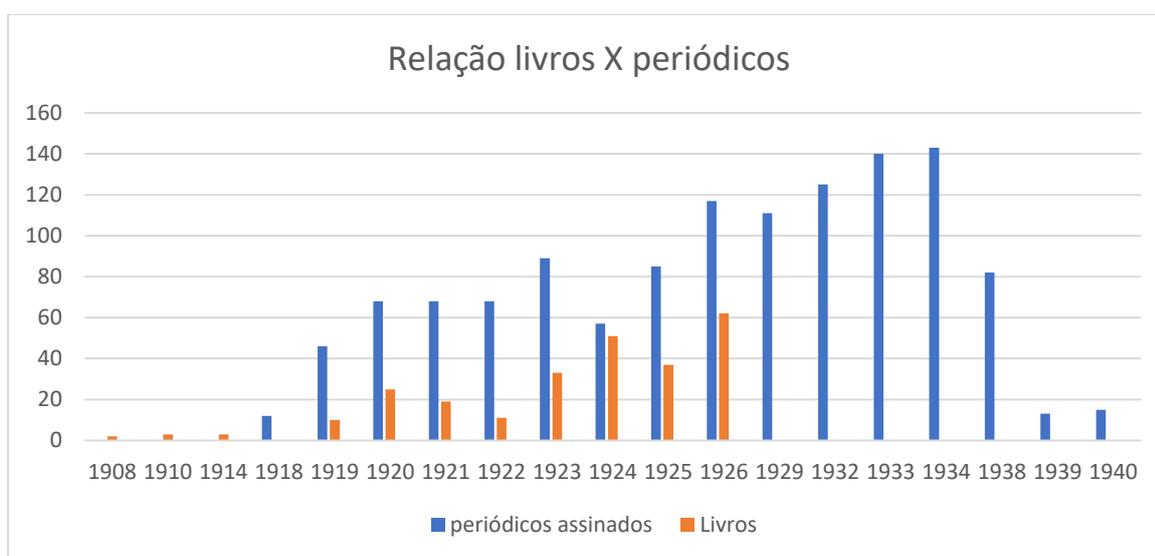
Fonte: Acervo documental SICHC/ Funed

Além dos livros, a biblioteca investia muito na assinatura de periódicos, pois são uma fonte de informação rápida, atual e direcionada, sendo de grande importância para as pesquisas científicas. Devido a essas características, o volume de periódicos e revistas assinadas pelo Instituto era maior do que o a quantidade de livros, pois era uma leitura muito eficaz e moderna, ao adquirir estas revistas o Instituto estava mais próximo do conhecimento atualizado gerado em outros centros de pesquisa, sendo obras de referência. Nos encontros de quinta-feira na biblioteca os periódicos era o material mais utilizado nas discussões científicas.

No Gráfico 2, pode-se perceber o grande volume de periódicos adquiridos pela instituição, superando os livros. Principalmente a partir do final da década de 1920,

quando a quantidade de livros é tão pequena que não conseguimos representar no gráfico. A compra de livros existia, mas em números muito menores. A década de 1930, é o momento em que o instituto intensificou a permuta dos artigos produzidos com outros centros de ciência dentro e fora do Brasil. Naquele momento, o acervo de periódicos aumenta vertiginosamente. Esse fato pode ser percebido atualmente no acervo, pois existem em média 400 títulos de periódicos com 51 mil fascículos cadastrados, com relação aos livros encontramos cerca de 6 mil obras.

Gráfico 2 – Desenvolvimento do acervo: relação livros x periódicos



Fonte: Elaborado pela autora

Em 1925, Octávio Magalhães diversificou os correspondentes de livros do exterior. Substituiu o correspondente parisiense, Paul Albanel, por Louis Cuzin para os livros franceses, para as publicações americanas o correspondente era Srs. Stechert, mas a correspondência de grande vulto era realizada com o bibliotecário do IOC, Assuerus Hyppolitus Overmeer. Mais do que um livreiro experiente, Overmeer tinha grande contato com as livrarias alemãs, que proporcionavam importantes publicações na área de análise química, especialmente relacionada ao conhecimento médico e equipamentos de laboratório. Naquele momento, o Instituto tinha grande demanda nessa área e os alemães eram referência.

Overmeer também assessorava o instituto na compra das melhores obras de acordo com a necessidade e a atividade desenvolvida naquele momento. Muitas vezes o diretor do Instituto enviava os temas que ele precisava e o bibliotecário fazia a busca do

que se encontrava no mercado editorial que melhor atendia a necessidade. Na carta de 19 de maio de 1924 (Figura 24), Overmeer informa que tem disponível algumas obras esgotadas na Europa para venda e são importantes para os trabalhos do Instituto são elas: *Die Tier - und Pflanzenwelt des Süßwassers* de Otto Zacharias (1891) e *Morphologie und Biologie der Algen* de Friedrich Oltmanns (1904). As obras são aceitas pelo diretor e enviadas a Minas Gerais.

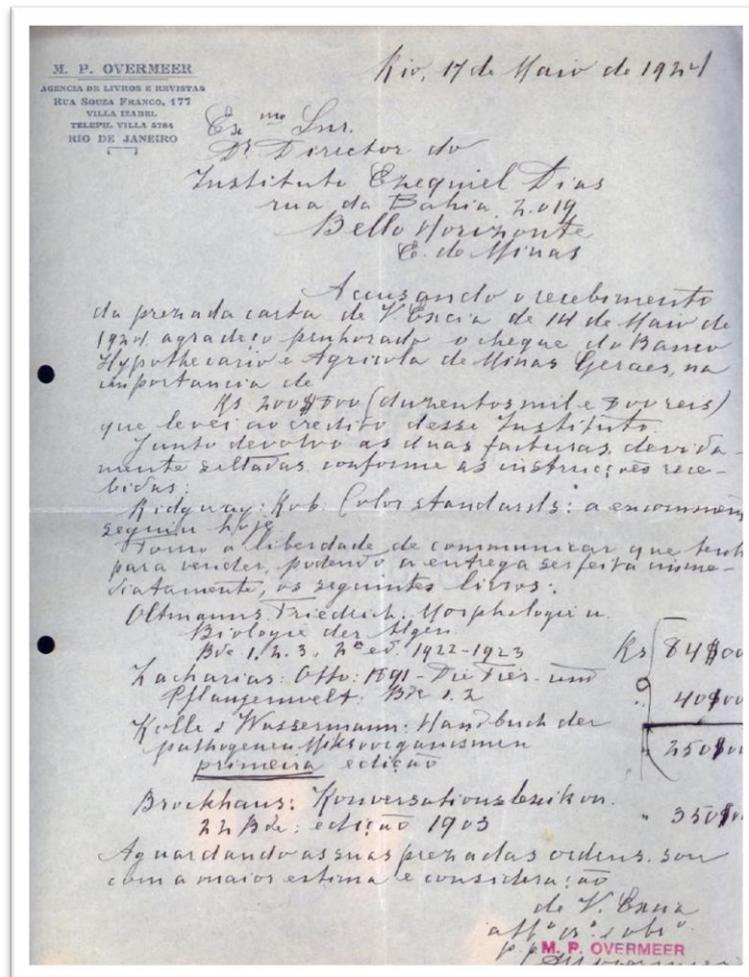
De maneira indireta, Overmeer exerceu papel importante na construção do acervo da filial, pois quando o diretor solicita a indicação de publicação ou quando o livreiro oferece um tipo de bibliografia é porque ele tinha compreensão das atividades desenvolvidas ali, e logo sugere obras que tenham ligação com as atividades institucionais e, assim, contribuir com a formação do acervo. Quando se diz que a construção do acervo institucional é uma construção coletiva, é justamente por causa dessas relações estabelecidas em prol da constituição de uma base informacional robusta e de aderência.

Mais do que um livreiro experiente e bem articulado, Overmeer era o diálogo com a Biblioteca de Manguinhos, a troca informacional era constate tanto que podemos encontrar muitas bibliografias em comum entre as duas instituições. Além da semelhança bibliográfica e na área de conhecimento, outras características chamam a atenção, dentre elas o tipo de carimbo institucional em relevo, do tipo de encadernação, da forma de classificação e guarda.

Além das atividades como livreiro, Overmeer também auxiliava o Instituto quanto as técnicas de gestão da biblioteca, pois a biblioteca do Instituto filial não tinha um bibliotecário fixo para realizar as atividades técnicas, o diretor e o pesquisador do Laboratório Amilcar Viana Martins revezavam nas atividades entre a biblioteca, o laboratório e as atividades de pesquisa. Ocasionalmente, quando sobrava alguma verba o diretor contratava temporariamente um ajudante para a biblioteca.

Além da compra e da permuta, o recebimento de doações era outra fonte de formação do acervo, no relatório institucional de 1923 relata o recebimento da célebre obra de João Barbosa Rodrigues intitulada *Sertum Palmarum Brasiliensium* (1903), um clássico da botânica nacional e trabalhos referentes a micologia enviados por Charles Thom e Kokichi Oshima, da Hokkaido Imperial University no Japão.

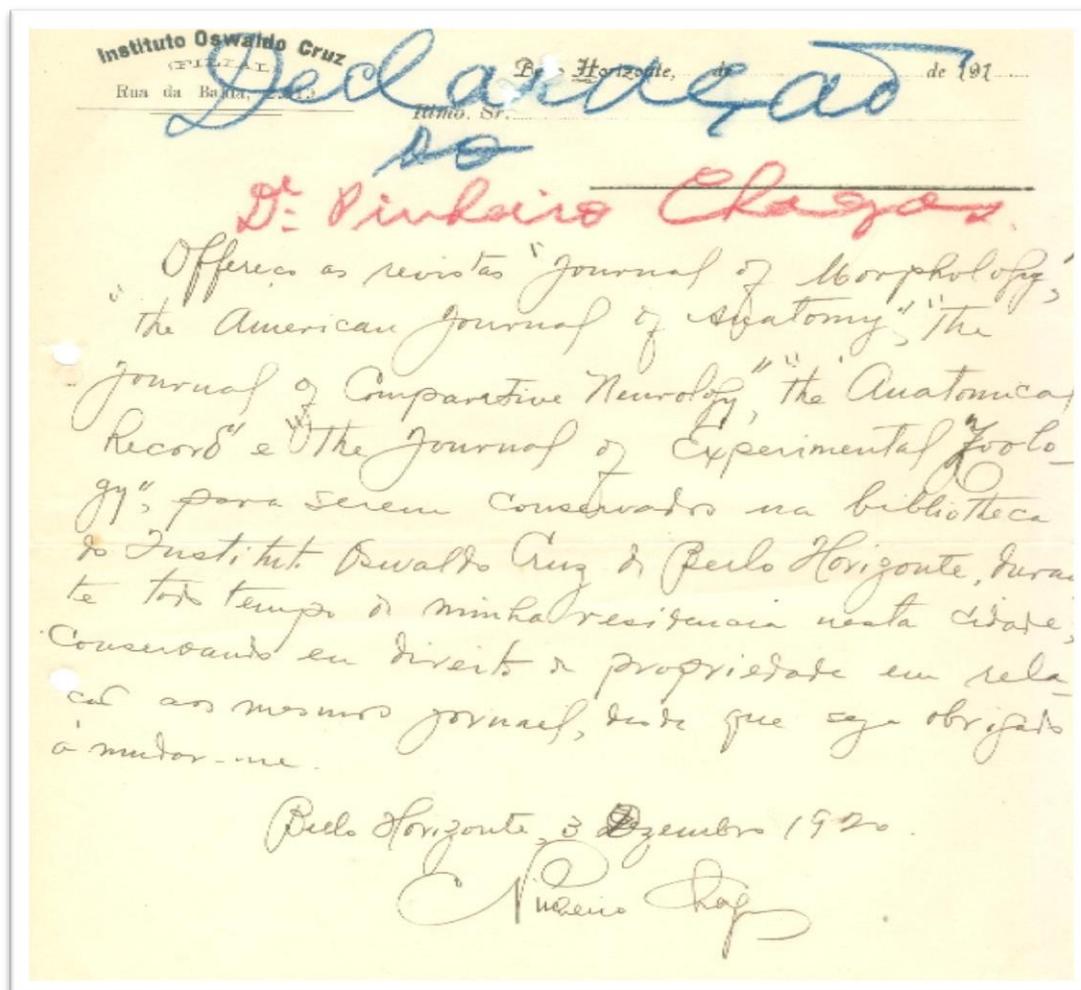
Figura 24 – Carta enviada por Overmeer ao diretor da filial mineira



Fonte: Acervo documental SICHC/ Funed

Outros pesquisadores também doavam coleções inteiras ao instituto, como o médico e político Dr. Pinheiro Chagas que, em 3 de dezembro de 1920, fez a doação em vida de várias revistas biomédicas (Figura 25). Na carta, o médico condiciona a estadia do acervo no Instituto ao seu tempo de permanência na cidade, mas esse acervo não retornou ao proprietário, se encontra na biblioteca até hoje. Em 1940, a viúva do ex-chefe de laboratório do IED, Evandro de Barros, especialista em anatomia patológica, também fez a doação de todo o acervo do pesquisador, cerca de 30 obras.

Figura 25 – Carta de Pinheiro Chagas doando revistas ao acervo - 1920



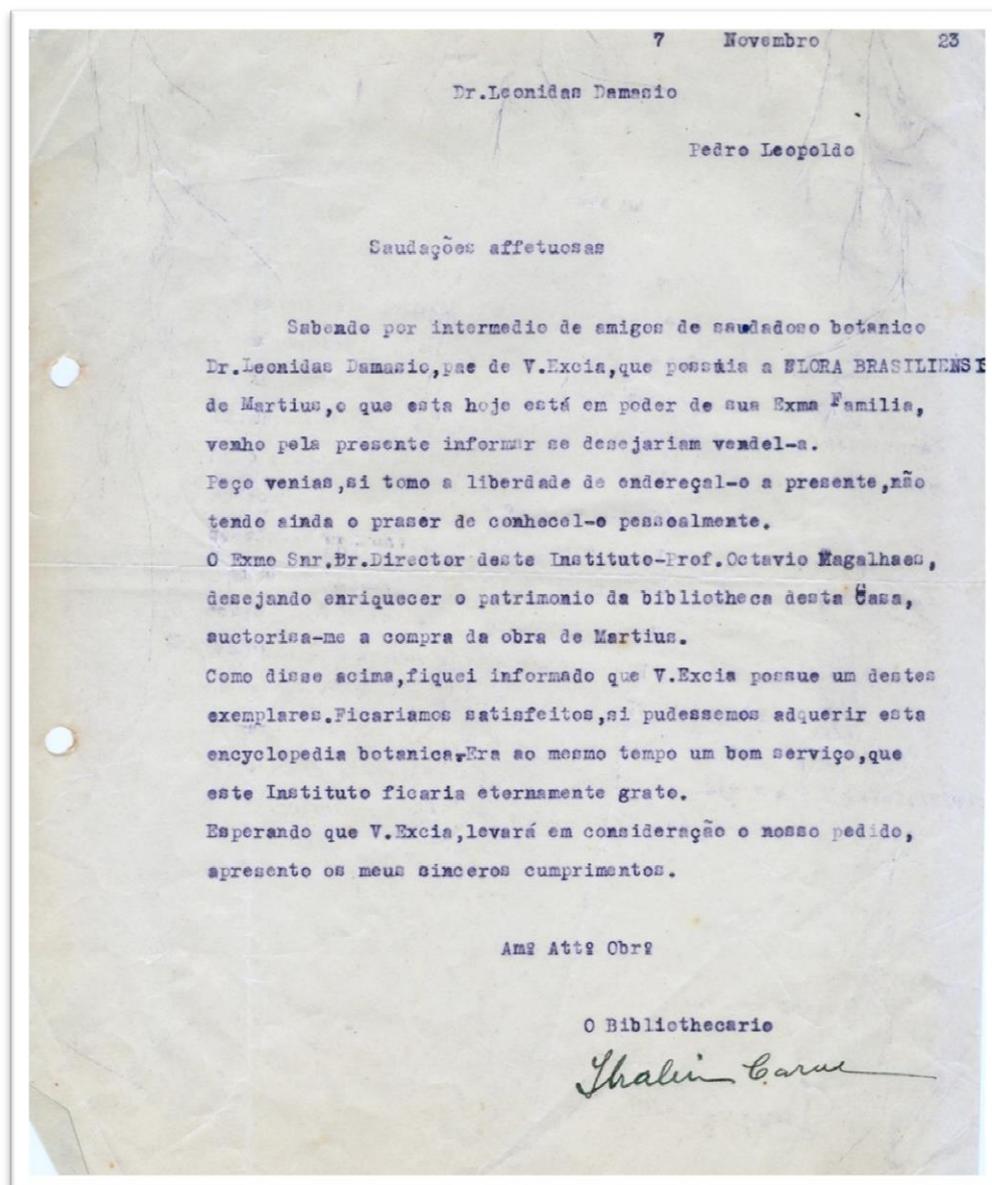
Fonte: Acervo documental SICHC/Funed

Além das obras relacionadas às atividades de pesquisa, os diretores do Instituto prezavam muito pela formação de uma biblioteca com obras de grande valor para a ciência. Por isso frequentavam antiquários e participavam de leilões de bibliotecas na Europa, nos Estados Unidos e no Brasil. Nesses eventos conseguiam comprar obras clássicas da ciência como: *Kosmos*, tratado sobre ciência e natureza escrito pelo naturalista alemão Alexander von Humboldt, publicado entre 1845 e 1862, em cinco volumes, a tradução francesa das obras de Hipócrates pelo lexicógrafo Émile Littré, os trabalhos do naturalista suíço-brasileiro Emílio Goeldi e do naturalista alemão Johann Baptist Spix, além da coleção *Comptes Rendus des Séances de la Société de Biologie* (Paris), *Centralblatt für Bakteriologie und Parasitenkunde* (Jena), entre outros.

Octávio de Magalhães (1957, p. 456) conclui que muitas obras foram obtidas lendo anúncios nos jornais europeus e brasileiros de bibliotecas de professores e intelectuais que haviam morrido e cujos livros tinham ido a leilão.

Um caso curioso foi a compra da *Flora Brasiliensis* do botânico alemão Carl Friedrich Philipp von Martius, publicada entre 1840 e 1906. O diretor do Instituto ficou sabendo da disponibilidade da coleção completa na cidade de Pedro Leopoldo - Minas Gerais, cujo proprietário das obras havia falecido. A obra foi adquirida pelo Instituto e hoje faz parte da sua coleção patrimonial. Segue cópia da carta de 7 de novembro de 1923 (Figura 26), enviada pelo bibliotecário contratado, em nome do diretor Octávio Magalhães, expondo seu interesse em adquirir a coleção para enriquecer o patrimônio da instituição.

Figura 26 – Carta solicitando a compra da obra *Flora Brasiliensis*



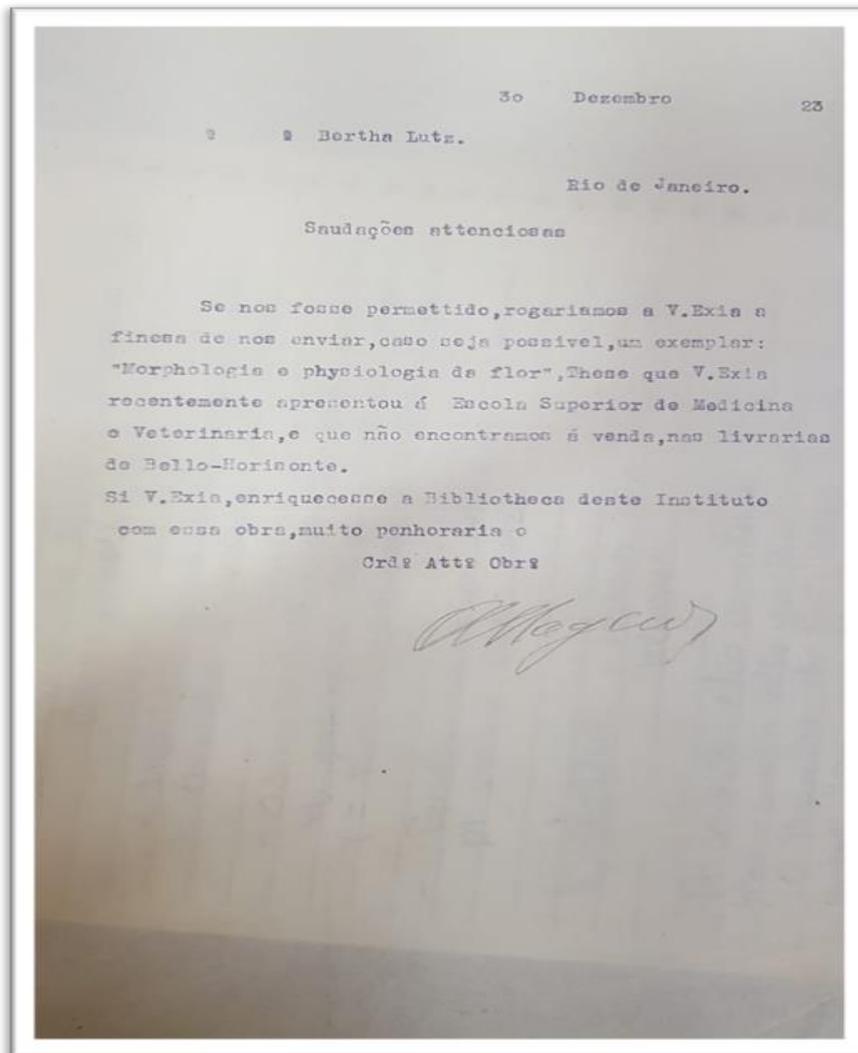
Fonte: Acervo documental SICHC/Funed

Quando o Instituto tinha interesse em alguma publicação e a mesma não estava mais disponível no mercado, a Biblioteca solicitava ao próprio autor um exemplar. Um exemplo foi a solicitação feita por Octávio Magalhães, por carta, à Bertha Lutz, em relação a uma cópia de sua tese doutoral (Figura 27). Esses fatos demonstram a busca incessante pela formação de um acervo diferenciado e significativo para a instituição e esta construção passava pela formação herdada da Escola de Manguinhos, que valorizava o conhecimento, a ciência e a cultura.

O acervo de biblioteca não se forma da noite para o dia, somente com investimento em aquisição de livros e periódicos. Formar uma biblioteca especializada em patologia humana e experimental e animal e vegetal não é uma tarefa fácil, é

preciso muita perseverança. O ideal é formar um acervo como da Biblioteca do IOC (MAGALHÃES, 1936).

Figura 27 – Octávio Magalhães solicita, por carta, à Bertha Lutz, uma cópia de sua tese que não se encontrava disponível Belo Horizonte



Fonte: Acervo documental SICHC/Funed

A construção do acervo passa por escolhas detalhadas e singulares, ou seja, as obras adquiridas têm uma relação de aderência e ressonância com a instituição. Dessa forma, esse conceito vai direcionar o cuidado e o zelo no desenvolvimento do acervo e na constituição de um patrimônio bibliográfico e documental.

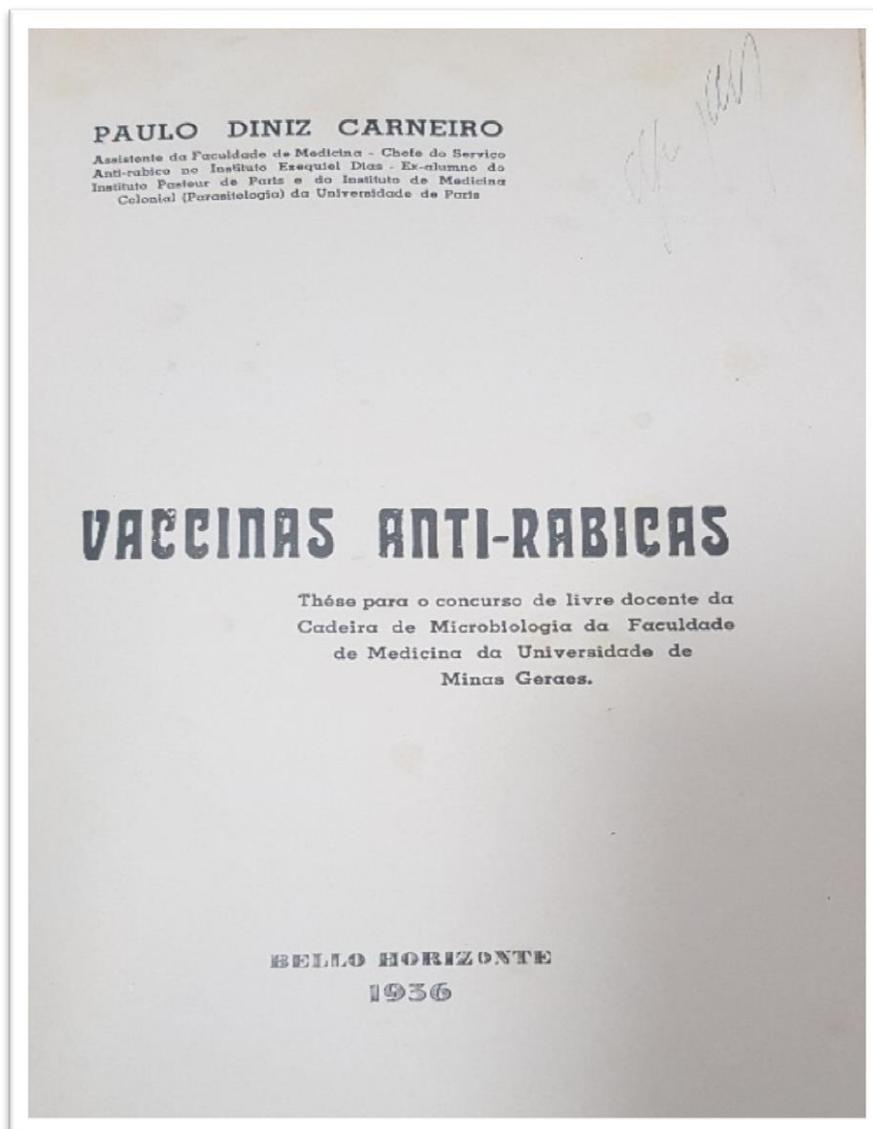
Octávio Magalhães como diretor ampliou muito as atividades do Instituto, trouxe importantes técnicos para trabalhar nas diversas ações de saúde pública, muitos destes técnicos eram formados pelo Instituto Oswaldo Cruz e por instituições de ciência dentro e fora do país. Os pesquisadores desenvolveram vários estudos para inúmeras epizootias veterinárias como a pneumoenterite ou peste dos pulmões, febre aftosa, tifo

aviário, encefalomielite dos equinos, além de doenças relacionadas à saúde pública como varíola, doença de Chagas, esquistossomose, raiva, meningite cerebrospinal epidêmica, disenteria, micologia, tifo exantemático, brucelose, difteria, febre tifoide, brucelose, sífilis, boubá, além das análises de água potável e das estâncias hidrominerais.

Cada demanda de pesquisa mencionada acima trouxe a possibilidade de adquirir inúmeras obras relacionadas a essas áreas do conhecimento e ajudaram a estabelecer um acervo institucional. Esses exemplares podem ser encontrados no acervo e têm grande relação com a instituição, pois foram suporte para o desenvolvimento dessas linhas de pesquisa e geraram conhecimento, ou seja, artigos científicos publicados em diversos periódicos nacionais e internacionais. Muitos desses artigos eram permutados com outros centros de ciência, faculdades e universidade do mundo, trazendo mais obras na formação do acervo e alimentando a memória institucional.

Alguns trabalhos tiveram grande impacto na política de saúde pública e na própria instituição. O estudo da raiva foi uma linha de pesquisa que rendeu, em 1938, importantes frutos como a produção de vacina para conter a disseminação da doença e números artigos sobre o assunto (Figura 28). Na época, foi necessário instituir uma seção para trabalhar com essa temática, pois o Instituto atendia também as pessoas acometidas pelo problema e auxiliava o Estado nas políticas de saúde pública. Somente naquele ano, o instituto chegou a fornecer 8036 doses de vacina “simple” e atendeu cerca 539 pessoas.

Figura 28 – Tese defendida pelo pesquisador do Instituto sobre a vacina antirrábica - 1936



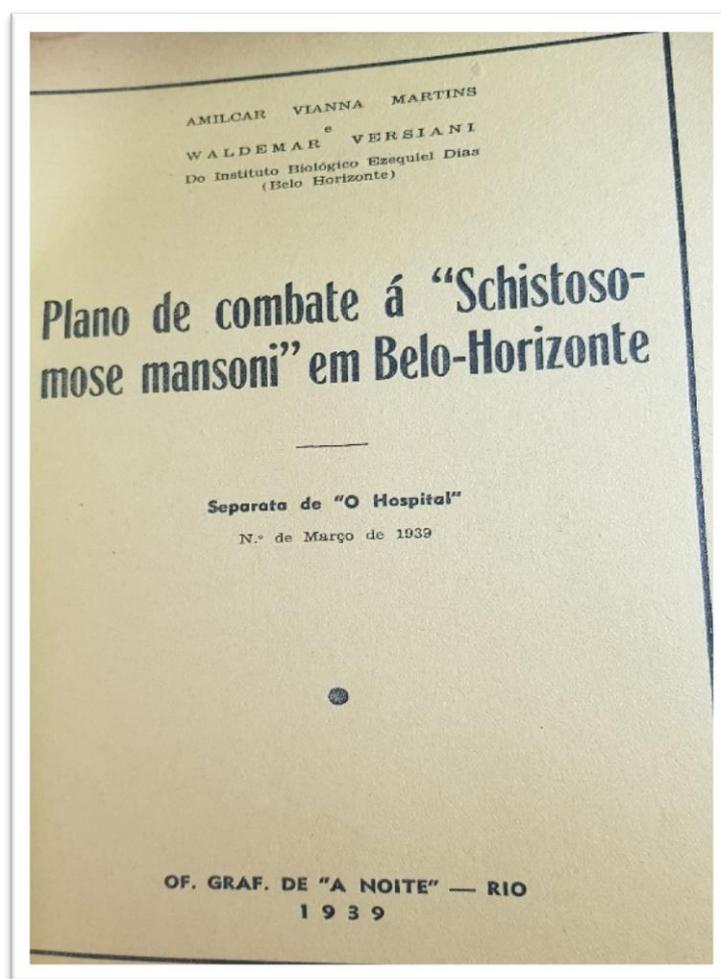
Fonte: Acervo SICHC/Funed

A esquistossomose foi outra doença que teve grande impacto na política de saúde pública, pois estava relacionada à falta de saneamento urbano e a doenças oriundas desse problema social. Muitas demandas do poder público e da classe médica eram direcionadas ao instituto como tentativa de resolução. A abertura da lagoa da Pampulha para banho e esporte náutico foi um dos casos que o Instituto foi convocado a resolver. Após o impasse com o poder municipal, o Instituto solicita a proibição do espaço como balneário. Muitos livros de parasitologia foram comprados e diversos trabalhos foram publicados (Figura 29) sobre o assunto, especialmente relacionados à abertura da lagoa da Pampulha para banho.

Magalhães (1938, p. 7) relata que:

Nenhum córrego dos que correm dentro do antigo Curral D'el Rey, deixa de estar infectado pela *Schistosoma Mansoni*. Em 1920, o índice de infestação em Belo Horizonte era de 0,49% e em fins de 1937 de 5,69%. E em 1938 11,69% é o número de casos positivos, o grande salto, porém deu se justamente após a abertura da estação de banho na Pampulha.

Figura 29 – Trabalho publicado sobre o plano de combate à esquistossomose em Belo Horizonte



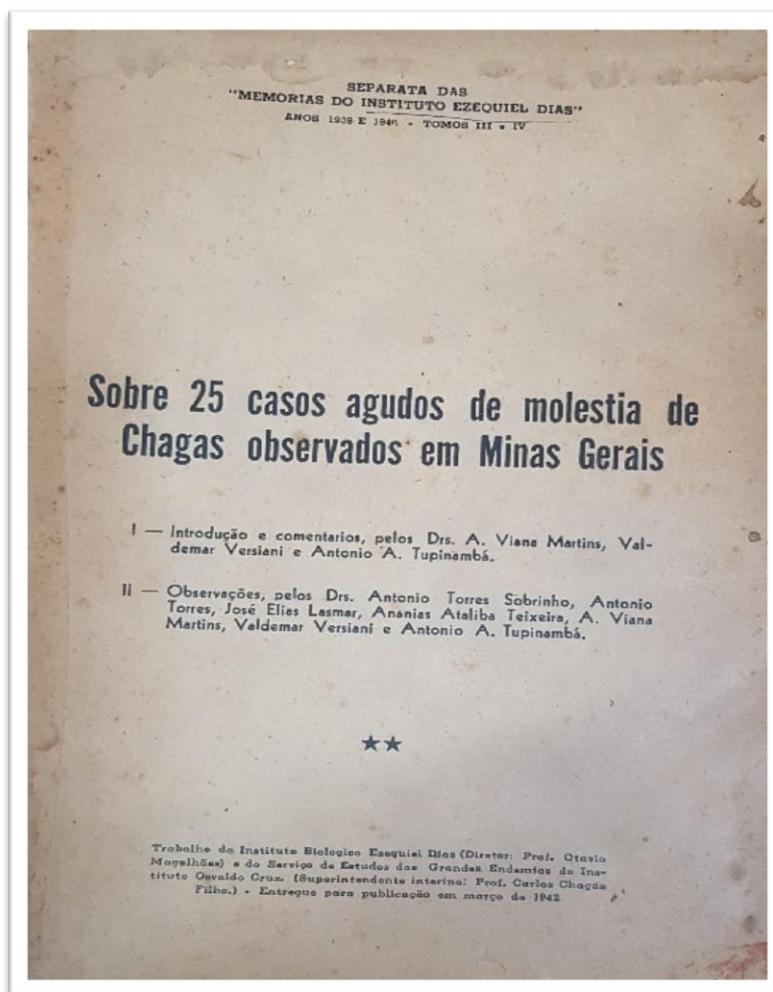
Fonte: Acervo SICHC/Funed

O retorno às pesquisas de campo sobre a doença de Chagas no final da década de 1930 também proporcionou importantes trabalhos sobre o assunto, como o artigo “Sobre 25 casos agudos da moléstia de Chagas observados em Minas Gerias” especialmente na cidade de Bambuí, de autoria de Amílcar Vianna Martins, Valdemar Versiani e Antônio Tupinambá. Esse trabalho marcou o retorno das pesquisas sobre um assunto que estava adormecido na política de saúde pública brasileira. O artigo

publicado pelo Instituto e as atividades que o originaram chamou a atenção, novamente, para esse agravo social (Figura 30). Segundo Octávio Magalhães (1939, p.10): “o plano de trabalho era grandioso e já encontrou, pelos estudos do nosso departamento de parasitologia, o caminho desbravado, os pesquisadores haviam examinado 7.326 barbeiros, por meio dos insetos infestados foram localizados os municípios com a doença”. Resultando, mais tarde, em uma parceria entre o Instituto Biológico Ezequiel Dias e o Serviço de Grandes Endemias do IOC. Segundo Kropf, Azevedo e Ferreira (2000, p. 298):

O estudo dos ‘25 casos agudos de Bambuí’ (como ficou conhecida a publicação) representa a primeira descrição de um número expressivo de casos agudos no país desde o estudo conduzido por Carlos Chagas em Lassance. Para se ter uma ideia, durante sua trajetória, Chagas descreveu apenas 29 casos agudos e apenas outros quatro ou cinco haviam sido descritos até a publicação dos casos de

Figura 30 – Trabalho referência sobre os casos agudos da doença de Chagas em Minas Gerais



Fonte: Acervo SICHC/Funed

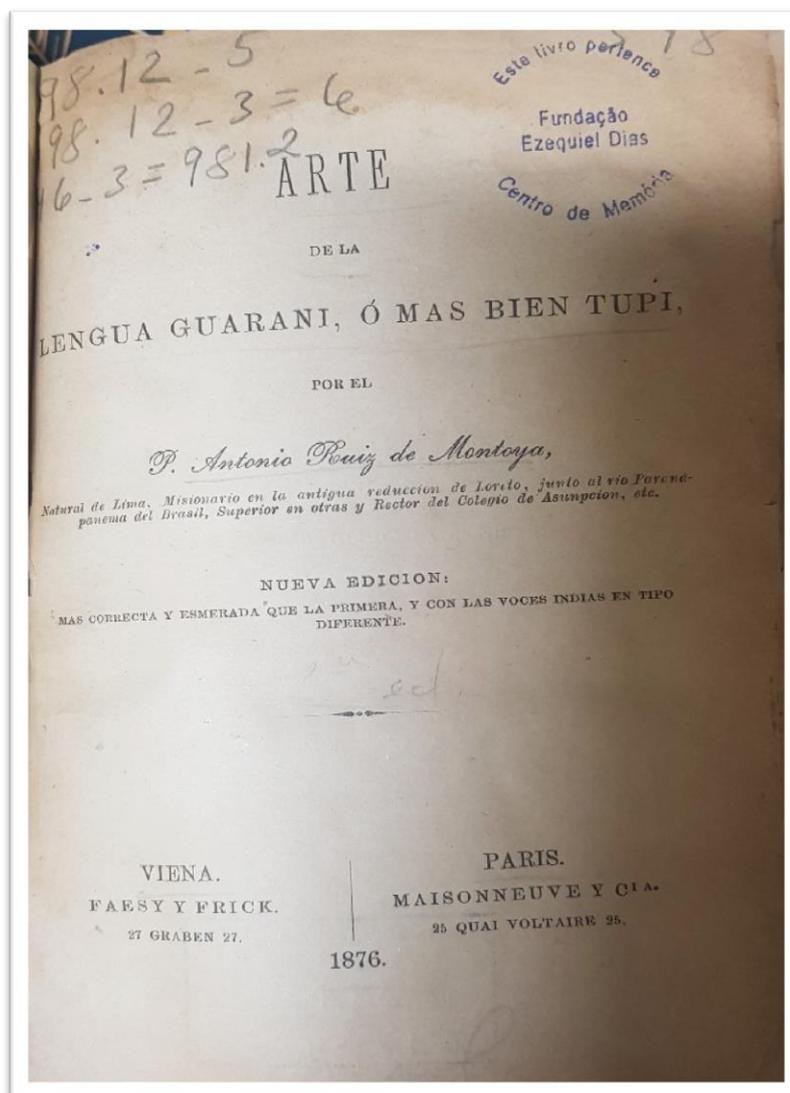
Essas ações contribuíram muito com o crescimento do acervo institucional, mas é o conjunto das atividades desenvolvidas pelo Instituto juntamente com as relações sociais e a interlocução estabelecida com outras instituições de pesquisa que vai direcionar e caracterizar a construção de um acervo singular, heterogêneo e repleto de significado institucional.

A formação do acervo da biblioteca não se limitava a obras necessárias ao desenvolvimento das atividades institucionais, no acervo encontram-se as primeiras publicações mineiras na área da saúde como a *Revista Médica de Minas* e a *Revista Minas Médica*, que são periódicos editados durante as décadas de 1930 e 1940, que refletem o discurso médico frente às políticas de saúde. Além de periódicos editados por instituições públicas como os Arquivos de Saúde Pública, a Escola Superior de Veterinária, o Instituto de Tecnologia Industrial, os Arquivos da Assistência Hospitalar, os Anais da Faculdade de Medicina e outras.

Ezequiel Dias e Octávio Magalhães não privilegiavam apenas a formação técnica e científica do acervo da biblioteca. Buscavam investir, também, em obras que contribuísse com a formação humana e cultural. No acervo, podemos encontrar a *Revista do Ensino*, a *Revista Nacional de Educação* e a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, uma das principais revistas de divulgação da cultura e da identidade nacional. Da mesma forma, obras como o álbum iconográfico *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil* (1834-1839), do pintor e desenhista francês Jean-Baptiste Debret e, *Inscrições e Tradições da América prehistorica especialmente do Brasil* (2 v., 1930,) do arqueólogo e linguista brasileiro Bernardo de Azevedo da Silva Ramos, além de outras publicações na mesma linha

A coleção de dicionários também tem destaque no acervo. Dicionários médicos, técnicos, ortográficos, etimológicos, biológicos, cirúrgicos, microbiológicos, patológicos, veterinários e em outras línguas como francês, alemão, inglês e tupi-guarani são encontrados no acervo. Podemos destacar as obras: *Arte de la Lengua Guarani, O Mas Bien Tupi ...* (1876) do padre jesuíta peruano Antonio Ruiz de Montoya (Figura 31) e o *Le Dictionnaire des Six langues* (1902) do erudito português Francisco Augusto de Almeida .

Figura 31 – Arte de la lengua Guarani, ó mas bien Tupi - 1876



Fonte: Acervo SICHC/Funed

Dentre os itens formadores do acervo da biblioteca, a coleção de teses tinha um papel primordial, pois era um elemento de comunicação científica. A tese era o resultado da interlocução entre o pensamento crítico e o conceito científico na geração de novos conhecimentos sobre determinado assunto. Essa construção argumentativa era importante no momento do desenvolvimento do saber e da pesquisa científica. No acervo, encontram-se as primeiras teses defendidas na Faculdade de Medicina de Belo Horizonte como: *Meios de sustentar a vida nas regiões áridas* (1911) de Lourenço Baeta Neves, também achamos teses da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, como *Enumeração científica* (1878) de Francisco Maria de Mello Oliveira, *Etiologia e*

prophylaxia da peste (1901) de Octávio Machado, *História do desenvolvimento do beribéri a bordo da corveta Vital de Oliveira* (1882) de Galdino Cícero de Magalhães, entre outras.

Na mesma linha das teses, as separatas também são importantes fontes de informação na constituição de uma biblioteca especializada em ciências. É um material bibliográfico de conhecimento técnico e direcionado, no qual a comunicação científica é ágil e dinâmica. No acervo, podemos encontrar cerca de 350 separatas do final do século XIX até a década de 1940, com diversos assuntos da área biomédica e de personalidades que se destacaram nas pesquisas científicas.

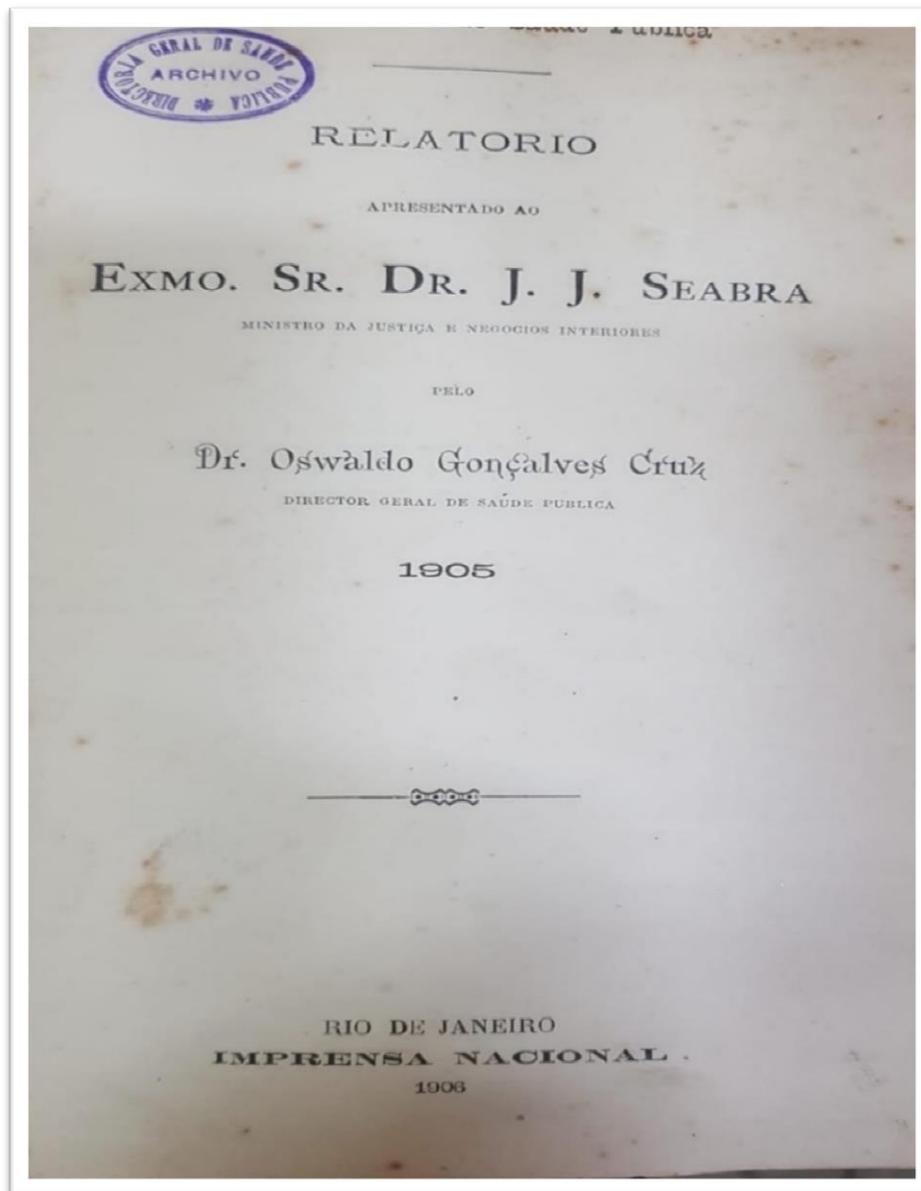
A biblioteca Histórica da Funed sempre esteve ligada à esfera pública, sendo ela, inicialmente federal e posteriormente estadual. Por esse motivo, acumulou ao longo do tempo inúmeras publicações, relatórios, laudos e pareceres cujos autores eram órgãos da administração pública como secretárias, departamentos e ministérios. Entre os vários relatórios, destacam-se o *Relatório apresentado ao Exmo. Sr. J. J. Seabra, Ministro da Justiça e Negócios Interiores, pelo Dr. Oswaldo Gonçalves Cruz*, 1905 (Figura 32), os *Relatórios da Filial apresentados ao Instituto de Manguinhos, pelo Dr. Ezequiel Dias*, dos anos de 1919, 1920 e 1921 e os *Relatórios apresentados ao Secretário de Agricultura de Minas Gerais, pelo Dr. Octávio Magalhães (serviço antiofídico e antiescorpiônico)*, dos anos de 1925, 1926, 1927, 1928, 1930, 1931, 1932, 1933, 1934, 1935 e 1936.

Os anais de congressos são mais uma importante forma de divulgar o conhecimento de novas descobertas e estimular o diálogo em grupo. Muitas diretrizes, inovações e procedimentos médicos se consolidaram a partir desses eventos. No acervo da biblioteca, encontram-se os primeiros eventos no campo médico ocorridos em Belo Horizonte e em outros locais como o *5º Congresso Brasileiro de Higiene de 1929*, o *1º Congresso Nacional de Tuberculose*, o *1º Congresso Brasileiro de Eugenia*, o *7º Congresso Brasileiro de Medicina e Cirurgia*, além de eventos internacionais na França, Argentina e Alemanha.

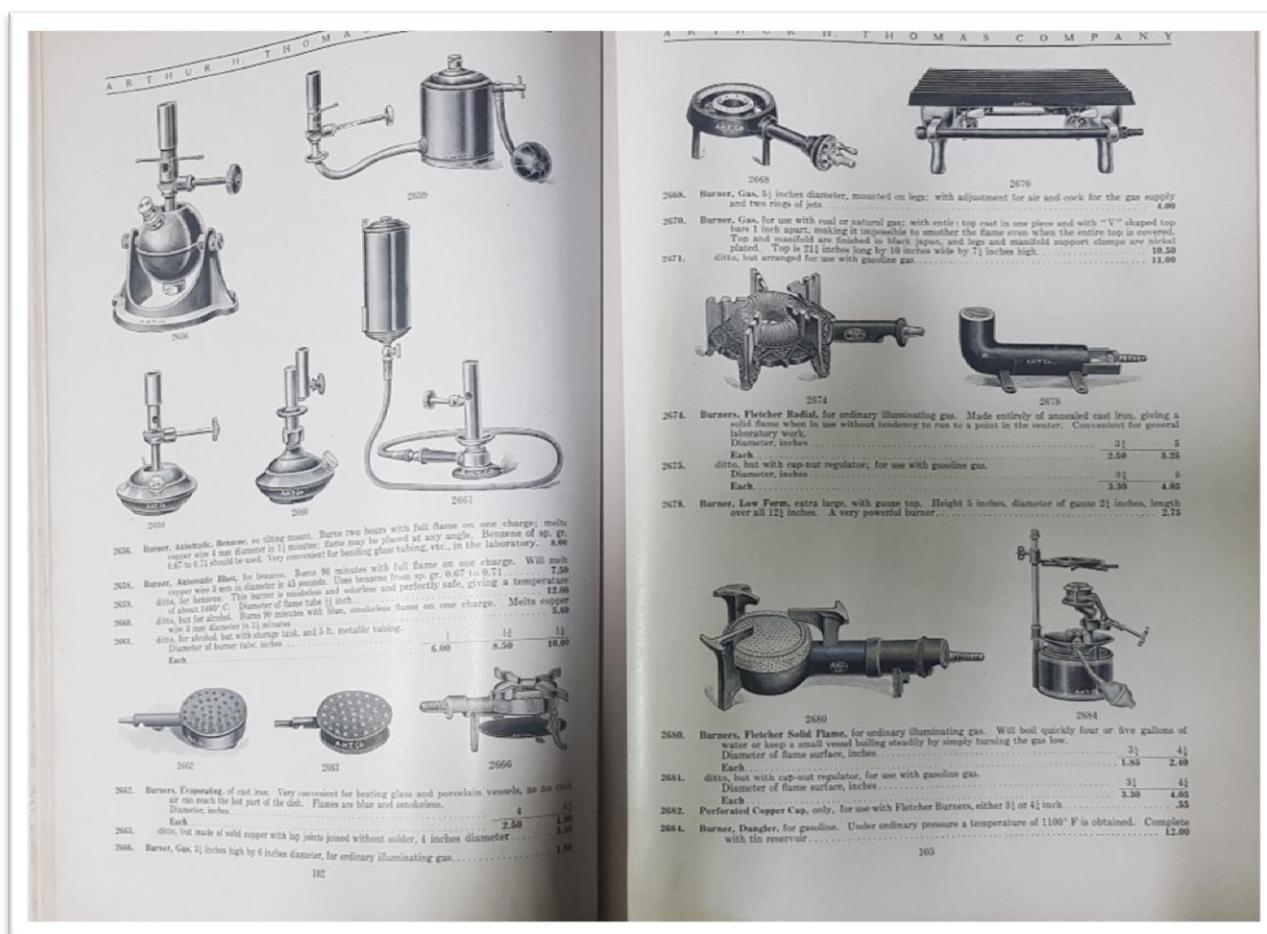
Entre as compras solicitadas aos livreiros internacionais, estão os catálogos que, além de divulgar e demonstrar os produtos, equipamentos e utensílios a serem vendidos pelas empresas, fazem uma descrição detalhada dos materiais com fotos ilustrativas. Esse tipo de material era muito utilizado pelas instituições de saúde que buscavam equipar seus laboratórios com os melhores materiais. Hoje, os catálogos antigos, por exemplo, *Vereinigte Fabriken für Laboratoriumsbedarf* (Berlin, 1901), um catálogo de

equipamentos de laboratório (Figura 33), são importantes fontes de pesquisa, pois contribuem para a recuperação da informação.

Figura 32 – Relatório – Ministério da Justiça e Negócios Interiores - Dr. Oswaldo Gonçalves Cruz, 1905



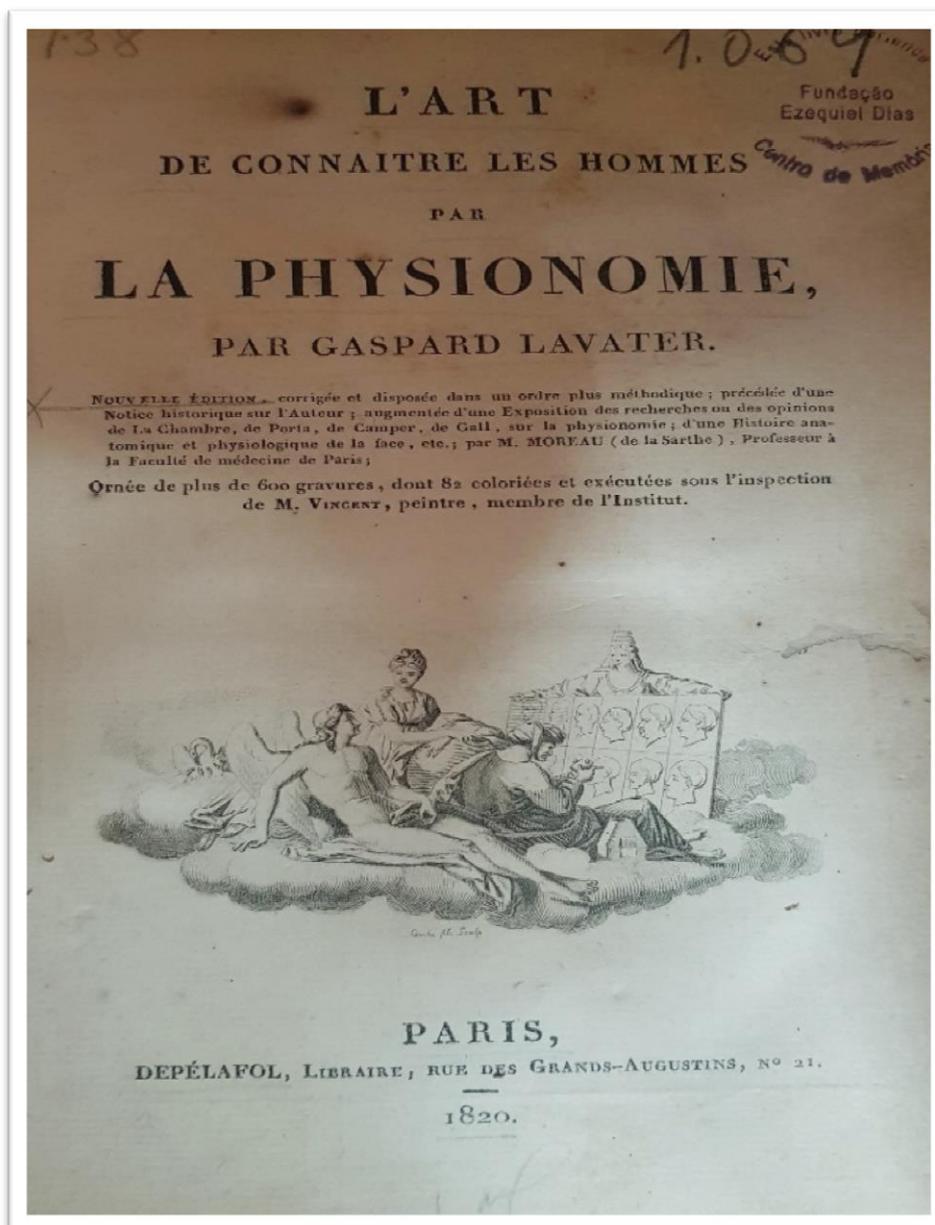
Fonte: Acervo SICHC/Funed

Figura 33 – Catálogo de equipamentos *Vereinigte Fabriken fur Laboratoriumsbedarf* - 1901

Fonte: Acervo SICHC/Funed

No acervo, também estão algumas obras de referência para uma época ou área do conhecimento como o livro *L'art de connaître les hommes par la physionomie. Nouv. éd.* (1820) do poeta e fisionomista suíço Gaspard Lavater (Figura 34) com ilustrações coloridas. Esse livro ajudou a identificar a natureza e os comportamentos das pessoas pela teoria da fisionomia. Outra obra de destaque é *o I miceti patogeni dell'uomo e degli animali* (1922-1930) dos micologistas italianos Gino Pollacci e Arturo Nannazzi. É um conjunto de sete fascículos que inclui, em alguns exemplares, 10 lamínulas seladas e identificadas de fungos patológicos, em humanos e animais, para serem observados no microscópio, além de texto explicativo e desenhos (Figura 35).

Figura 34 – *L'art de connaître les hommes par La physionomie* de Gaspard Lavater - 1820

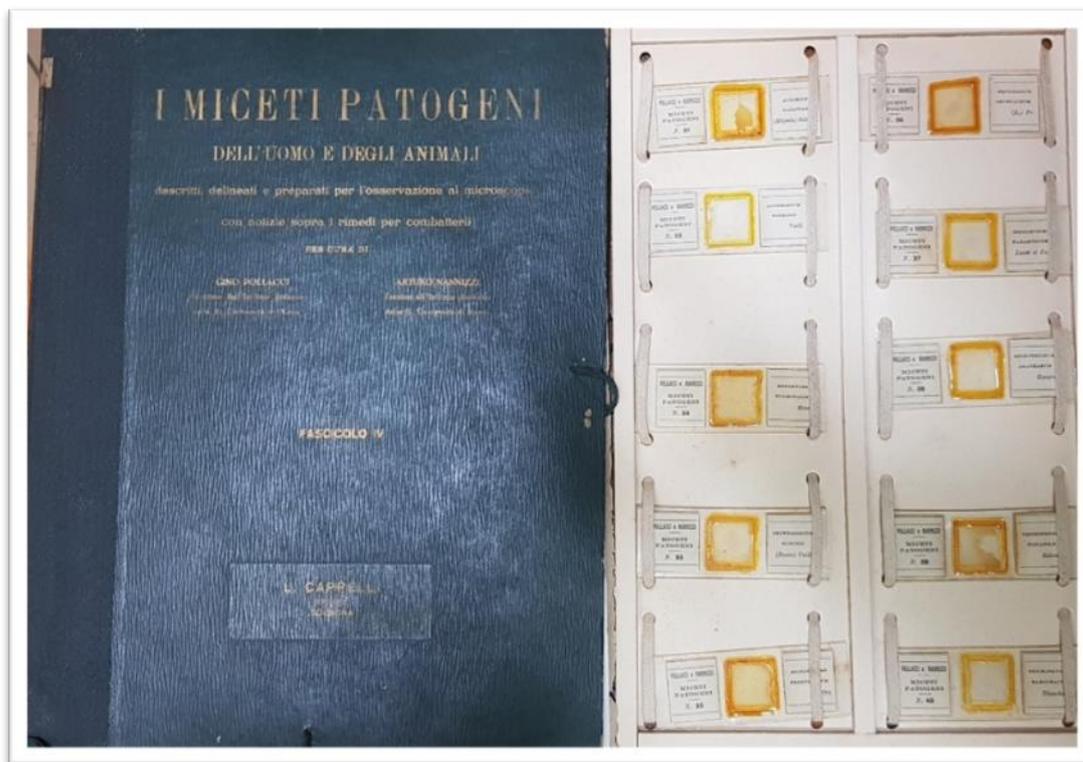


Fonte: Acervo SICHC/Funed

Publicações de outros estados também fazem parte do acervo como a obra *As Epidemias no Pará* (1906), de Arthur Vianna. Foi diretor da Biblioteca Pública do Pará, que 1986 passou a chamar-se Biblioteca Pública Arthur Vianna, em atitude honorífica ao gestor que mais se dedicou ao estudo dos problemas e das soluções para a Biblioteca. Essa obra é um clássico da história da saúde na Amazônia e se refere às epidemias de varíola, febre amarela, cólera e outras que ocorreram na região. Além do valor historiográfico, o livro apresenta marcas de uso produzidas pelos leitores ao

consultar as obras. São marcações, inscrições e anotações dos pesquisadores da Instituição que valorizam ainda mais o seu caráter histórico (Figura 36).

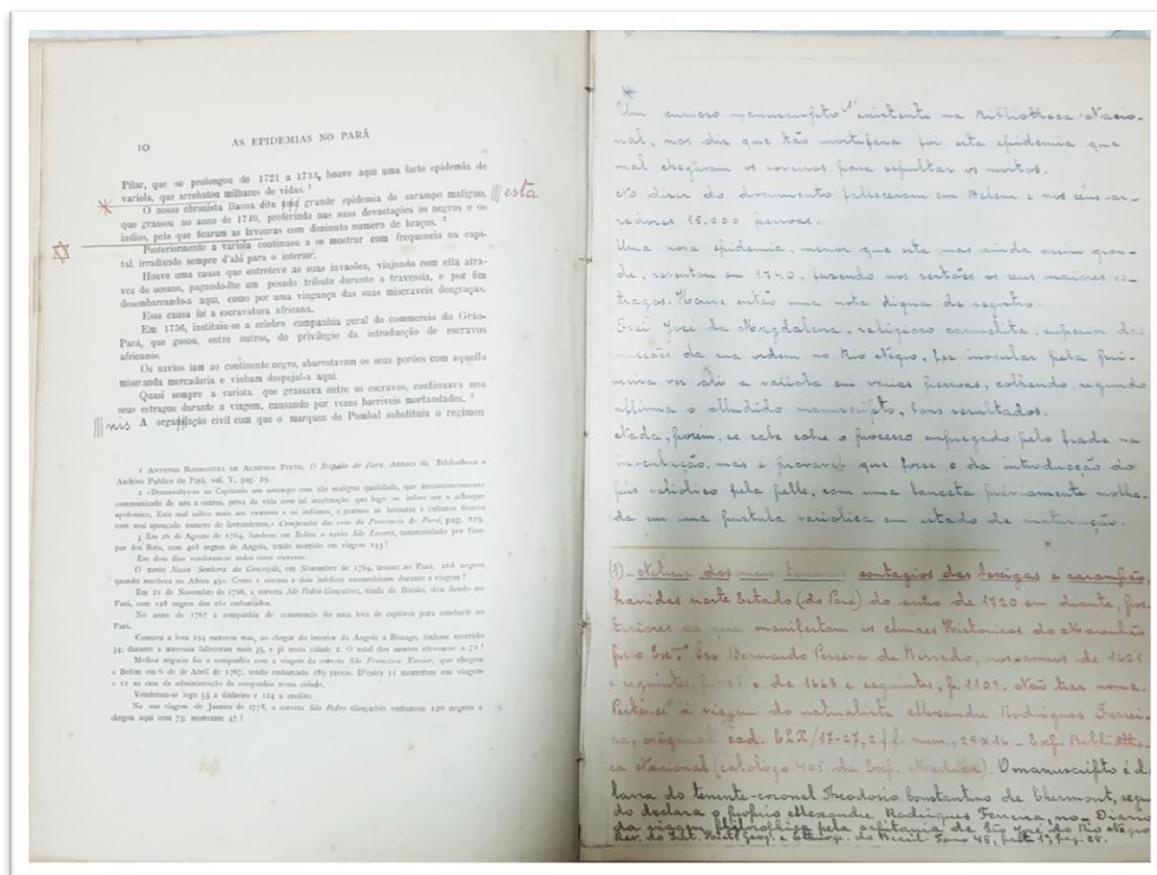
Figura 35 – *I Miceti Patogeni dell’Uomo e degli animali* – 1922-30



Fonte: Acervo SICHC/Funed

A preservação dos registros da memória institucional era uma preocupação dos dirigentes do instituto e eles viam a biblioteca como o espaço de preservação do patrimônio bibliográfico e documental da Instituição. Tanto que, além do acervo bibliográfico, a Biblioteca também armazenava a documentação administrativa e contábil da instituição. Folhas de pagamento, notas fiscais, correspondências, recibos de compra e venda, ou seja, tudo relativo ao gerenciamento institucional era separado, ordenado e encadernado, anualmente, em livros de receita e despesa. Essa forma de organização documental perdurou até a saída de Octávio Magalhães da Instituição em 1941. Esse arquivo documental se mantém até hoje na biblioteca Histórica da Funed, pois retrata a construção administrativa da instituição, além de retratar o desenvolvimento do comércio de Belo Horizonte.

Figura 36 – As epidemias do Pará (1906), com marcas de uso



Fonte: Acervo SICHC/Funed

Além da coleção de documentos administrativos, a biblioteca também era o espaço de guarda do acervo de jornais e mapas. Ao longo do tempo, Ezequiel Dias e Octávio Magalhães foram organizando uma hemeroteca com diversas tiras de jornais de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, das décadas de 1920 a 1940, que tinham relação com a instituição ou com o trabalho desenvolvido por ela. Os recortes eram organizados e fixados em um caderno próprio.

Os mapas seguem a mesma linha de guarda, eram armazenados em gavetas da biblioteca. Essa documentação cartográfica é o retrato das viagens científicas feitas pelos pesquisadores ao interior de Minas Gerais divulgando os conceitos de ciência e auxiliando a população quanto aos cuidados com a saúde humana e animal. Os mapas são importantes para a instituição, pois demonstravam o alcance do trabalho desenvolvido e as regiões que precisavam de reforço nas ações de saúde.

Da mesma forma acontecia com os relatórios institucionais, uma cópia era acondicionada na biblioteca. Inicialmente, o relatório era enviado ao diretor do Instituto

Oswaldo Cruz. A partir de 1918, com a inauguração do Posto Antiofídico, os relatórios eram direcionados ao Secretário de Agricultura de Minas Gerais, órgão que subsidiava financeiramente o posto. Na década de 1930, os relatórios eram enviados ao Secretário de Educação e Saúde Pública do Estado. Os relatórios são uma documentação muito rica de informação e imagem, pois têm a descrição minuciosa de todas as atividades da instituição, dos artigos publicados, dos pedidos enviados e remetidos, das viagens e ações de divulgação, da contabilidade institucional, das análises laboratoriais, dos casos médicos atendidos, das visitas recebidas, tudo era relatado e descrito. É uma documentação preciosa para a memória da instituição e para a história da saúde pública e da ciência.

Essa diversidade de material bibliográfico e documental que compõe o acervo da Biblioteca Histórica da Funed demonstra o cuidado e empenho dos dirigentes do Instituto em transformar a biblioteca num verdadeiro centro de ciência e cultura no Estado de Minas, sendo referência em várias áreas do conhecimento científico. Magalhães (1938, p.15) relata que:

Nossos livros, nossas revistas, são como a enxada e a ferramenta para o lavrador e o operário. Não são apenas úteis, senão que indispensáveis, mas absolutamente indispensáveis ao nosso trabalho. Um Instituto sem biblioteca é como que uma casa condenada ao desaparecimento.

Esse pensamento coloca a biblioteca como o coração da instituição, pois nutria e dava vida às atividades institucionais, alimentava seu desenvolvimento e fazia circular a informação. Além de ser parte integrante da história da cidade de Belo Horizonte, a biblioteca era compreendida como alicerce na geração do conhecimento institucional e como referência científica e cultural no Estado de Minas Gerais. E o desenvolvimento desse acervo é o reflexo da construção da memória social e cultural da cidade e da instituição.

Trabalhar e conhecer a formação histórica do acervo é primordial para compreender o papel institucional e o papel da biblioteca como base na formação de uma comunidade científica. Nesta relação simbiótica, o acervo se articula e dialoga com os inúmeros pesquisadores que buscavam informação e conhecimento científico, forjando assim a identidade do campo médico da cidade e da Instituição.

Podemos dizer que, a composição do acervo institucional é fruto de escolhas fundamentadas na visão de ciência disseminada por Oswaldo Cruz aos seus discípulos Ezequiel Dias e Octávio Magalhães, no qual materializaram esse pensamento na

construção deste acervo. Portanto, a memória da biblioteca está na própria origem e constituição da instituição, estando ligada à constituição da Biblioteca de Manguinhos.

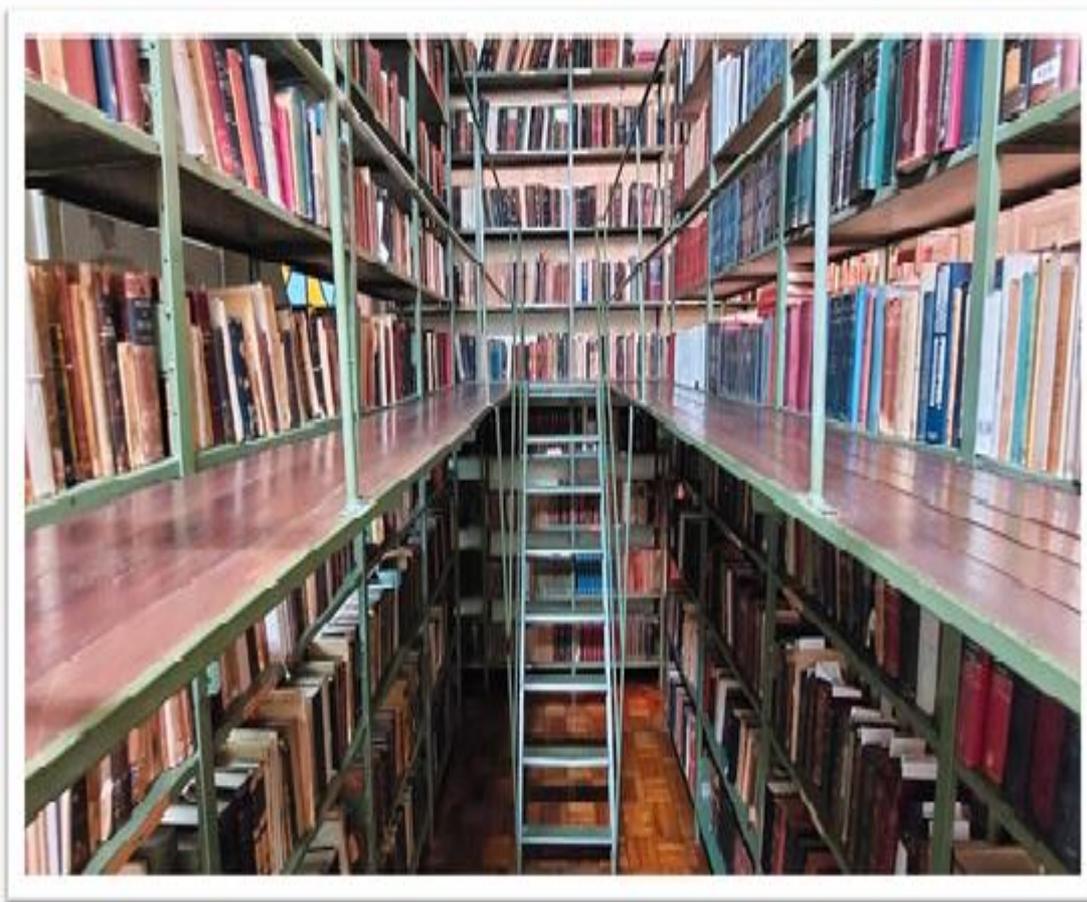
Esse fato é perceptível quando Octávio Magalhães deixa a Instituição em 1941. É como se a biblioteca perdesse os seus verdadeiros princípios e a sua missão de ser o suporte informacional e científicos para a instituição. E, aos poucos, foi perdendo a sua vitalidade, o seu prestígio, o seu caráter dinâmico, transformador e socializador. Com o tempo, o acervo deixou de ser renovado, as permutas foram cessando, a produção intelectual diminuindo e as visitas não apareciam mais. O que chegava a biblioteca eram poucos exemplares doados, guardados sem processamento ou organização.

É importante ressaltar que uma instituição é feita de pessoas e a construção do acervo acontece a partir desta relação social e das escolhas que são feitas e muitas estão refletidas e marcadas no acervo, determinando a identidade institucional e a memória social. Nessa composição de significados, o acervo da Biblioteca histórica da Funed pode ser categorizado como patrimônio bibliográfico e documental, uma vez que revela a história institucional, se relaciona com a formação da comunidade médica e científica de Belo Horizonte e representa a construção da história da ciência e da saúde no Estado de Minas Gerais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Fundação Ezequiel Dias tem papel preponderante na construção do Sistema Único de Saúde (SUS) e esse papel foi construído historicamente. Suas raízes remontam uma das principais instituições de ciência em saúde do país, a Fundação Oswaldo Cruz. A Biblioteca é parte integrante desse processo, pois se tornou um centro de ciência e cultura na cidade de Belo Horizonte (Figura 37).

Figura 37 – Biblioteca histórica da Funed -2023



Fonte: Acervo SICHC/ Funed

Essa biblioteca exerceu papel de destaque na construção do conhecimento e na formação da comunidade científica local, e seu acervo influenciou a proposição de novas narrativas para a Instituição e para o campo médico de Belo Horizonte e do estado de Minas Gerais.

A ideia desse trabalho nasceu do meu afeto pela instituição, pelo carinho à biblioteca e pela necessidade de desenvolver um trabalho de preservação e divulgação

do acervo institucional. Percebo que o acervo transmite mais do que o seu conteúdo, ele retrata o pensamento e a visão de ciência de uma época e representa a construção de conceitos e formas de ação social. Muitas obras têm relação direta com o processo de desenvolvimento institucional e representação coletiva, além do contexto material, muitos livros e periódicos têm marcas deixadas por diferentes atores, ou seja, refletem a memória social e a identidade institucional.

Foi em busca da representatividade histórica e social que encontrei, na literatura especializada, o embasamento para identificar os elementos que caracterizam a Biblioteca Histórica da Funed como patrimônio bibliográfico e documental. Apesar dos poucos trabalhos sobre o assunto e por ser uma área de investigação ainda em crescimento, acredito que este trabalho aporta reflexões sobre a importância da preservação do patrimônio bibliográfico e documental para a memória institucional e social.

Sabemos que a identidade institucional se fortalece por meio da sua memória e da sua história, e as relações patrimoniais fazem parte deste processo, pois são entendidas a partir dos significados coletivos e sociais as quais representam. A biblioteca se integra a essas concepções, uma vez que o seu acervo caracteriza patrimonialmente a Instituição. Ali são retratados seu processo de construção histórica, as relações sociais, as atividades dos pesquisadores, os pensamentos e as influências científicas que contribuíram com a institucionalização da Funed e mudaram a história da saúde pública no Estado de Minas Gerais. Muitas características da biblioteca e da formação do seu acervo contribuíram por caracterizá-la como um patrimônio bibliográfico e documental e como importante instrumento científico.

Os instrumentos científicos desempenham papel central na cultura científica e a biblioteca do Instituto se integra a esta visão, pois era entendida como órgão central e básico dentro da instituição. Apresentava-se como parte integrante na construção de uma relação dinâmica entre o saber científico e a cultura humana, sendo suporte às demandas da ciência na formação do conhecimento. Além de contribuir para os processos de investigação, de ensino e de difusão da informação. A biblioteca influenciou a construção do campo médico da cidade e participou da construção de uma comunidade científica local. Era um espaço de referência e troca informacional, sendo ponto de apoio científico aos pesquisadores externos, além de trabalhar em rede com outros centros de ciência do mundo. Ela ultrapassou seu princípio criador e se tornou referência científica e cultural na cidade e no Estado.

Tanto Ezequiel Dias quanto Octávio Magalhães tinham consciência de que o acervo que estavam formando era um patrimônio institucional e isso pode ser percebido no esmero que tinham na seleção do material bibliográfico e na busca por obras que agregassem valor científico, cultural e social à instituição, obras de ressonância e aderência.

A materialização do pensamento de Oswaldo Cruz, que acreditava na importância do valor científico para o desenvolvimento da saúde pública e para a formação humana, pode ser visualizada na constituição do acervo, pois Ezequiel Dias e Octávio Magalhães eram seus herdeiros e tinham na biblioteca de Manguinhos o exemplo do que queriam para Minas Gerais.

A construção do acervo a partir de uma demanda institucional e social é outro ponto que torna a biblioteca representativa patrimonialmente. A diversidade de obras que compõe o acervo, desde livros de várias áreas como a biomédica, a veterinária, a química e outras, até periódicos de diferentes partes do país e do mundo, além de teses, separatas, catálogos, publicações governamentais, documentos institucionais etc., refletem a singularidade institucional na formação de um acervo expressivo e repleto de significados, em diálogo com as diversas áreas do conhecimento.

A produção científica de seus pesquisadores faz parte da memória intelectual da instituição e teve papel fundamental tanto na preservação do conhecimento quanto na formação do acervo, por meio das permutas. Essa coleção representa e caracteriza a construção do pensamento científico na instituição e na história das ciências e da saúde.

Por fim, concluímos que o Instituto Ezequiel Dias construiu o seu pensamento e memória científica por meio da biblioteca, e esta transcendeu seu princípio criador e caracterizou-se como um espaço social de ciência e cultura. Era o local onde passado, presente e futuro se relacionavam de forma complementar e dialética, no qual o seu acervo refletia esta construção social e institucional. Sendo assim, a Biblioteca Histórica da Fundação Ezequiel Dias e seu acervo se caracterizam como patrimônio bibliográfico e documental da ciência e da saúde, como espaço do conhecimento e do fazer científico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E FONTES

ARQUIVOS INSTITUCIONAIS

ALBANEL, P. [Correspondência]. Destinatário: Ezequiel Dias. Belo Horizonte, 29 de abril 1918.

CHAGAS, P. [Carta de doação de revistas ao acervo]. Belo Horizonte, 3 dez. 1920.

DIAS, E. [Correspondência]. Destinatário: Paul Albanel. Paris, 30 dez. [192?].

MAGALHÃES, O. [Carta solicitando à Bertha Lutz, uma cópia de sua tese doutoral que não se encontrava disponível Belo Horizonte]. Rio de Janeiro, 30 dez. 1923.

MAGALHÃES, O. [Carta enviada pelo bibliotecário contratado em nome do diretor do Instituto, solicitando ao Dr. Leônidas Damásio a compra da obra *Flora Brasiliensis*]. Pedro Leopoldo, 3 nov. 1923.

MAGALHÃES, O. [Lista de livros]. Destinatário: Paul Albanel . [Paris?], 11 de maio 1921.

NOTA fiscal de obras compradas do Instituto Filial de Manguinhos com livreiro Paul Albanel, em julho de 1908.

OVERMEER, A. H. [Correspondência]. Destinatário: Octávio Magalhães, Belo Horizonte, 17 de maio de 1924.

RELATÓRIOS

Impresso

CRUZ, Oswaldo. *Relatório apresentado ao Exmo. Sr. J. J. Seabra, Ministro da Justiça e Negócios Interiores pelo Dr. Oswaldo Cruz, diretor da Diretoria Geral de Saúde Pública, 1905*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1906.

Manuscritos

DIAS, Ezequiel. *Relatório da Filial apresentado a Manguinhos em 1919*. [s.n.t.]. Datilografado.

DIAS, Ezequiel. *Relatório da Filial apresentado a Manguinhos em 1920*. [s.n.t.]. Datilografado.

MAGALHÃES, Octavio. *Relatório apresentado ao Secretário de Agricultura de Minas Gerais. Serviço antiofídico e antiescorpiônico do ano de 1923*. [s.n.t.]. Datilografado.

MAGALHÃES, Octavio. *Relatório apresentados ao Secretário de Agricultura de nas Gerais. Serviço antiofídico e antiescorpiônico do ano de 1925.* [s.n.t.]. Datilografado.

MAGALHÃES, Octavio. *Relatório apresentado ao Secretário de Agricultura de Minas Gerais. Serviço antiofídico e antiescorpiônico do ano de 1928.* [s.n.t.]. Datilografado.

MAGALHÃES, Octavio. *Relatório apresentado ao Secretário de Agricultura de Minas Gerais. Serviço antiofídico e antiescorpiônico do ano de 1931.*[s.n.t.]. Datilografado.

MAGALHÃES, Octavio. *Relatório apresentado ao Secretário de Agricultura de Minas Gerais. Serviço antiofídico e antiescorpiônico do ano de 1935.* [s.n.t.]. Datilografado.

MAGALHÃES, Octavio. *Relatório apresentado ao diretor de Saúde Pública em 1936.* [s.n.t.]. Datilografado.

MAGALHÃES, Octavio. *Relatório Geral de 1938 do Instituto Biológico Ezequiel Dias ao Secretário da Educação e Saúde Pública.* [s.n.t.]. Datilografado.

MAGALHÃES, Octavio. *Relatório Geral de 1939 do Instituto Biológico Ezequiel Dias ao Secretário da Educação e Saúde Pública.* [s.n.t.]. Datilografado.

MAGALHÃES, Octavio. *Relatório Geral de 1940 do Instituto Biológico Ezequiel Dias ao Secretário da Educação e Saúde Pública* [s.n.t.]. Datilografado.

RELATO MEMORIALISTA

MAGALHÃES, Octavio. *Ensaio.* Belo Horizonte: Oficinas da Faculdade de Direito de Minas Gerais, 1957.

ACERVO BIBLIOGRÁFICO

ABREU, Regina. A emergência do patrimônio genético e a nova configuração do campo do patrimônio. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mario (org.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos.* 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. p. 34-48.

ARAGÃO, Henrique de Beaurepaire. Notícia histórica sobre a fundação do Instituto Oswaldo Cruz: Instituto de Manguinhos. *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz*, Rio de Janeiro, v. 48, p. 1-50, 1950.

ARAÚJO FILHO, Mário. A biblioteca do Instituto Oswaldo Cruz. *Revista Brasileira de Biologia*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 4, p. 463-466, dez. 1941.

ARARIPE, F. M. A. Do patrimônio cultural e seus significados. *Transinformação*, Campinas, v. 16, n. 2, p. 111-122, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tinf/a/9kRv9WpprV9j5jM5NMNPBSL/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 5 fev. 2023.

AZEVEDO, F. C. O acervo bibliográfico do Gabinete Português de Leitura como lugar de memória e forma reconhecível: considerações acerca dessas aproximações. *Revista Convergência Lusíada*, Rio de Janeiro v. 22, n. 25, p. 43-60, 2017. Disponível em:

- CHAVES, Braulio Silva. *O Instituto Ezequiel Dias e a Construção da Ciência em um horizonte da Modernidade (1907-1936)*. 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.
- COSTA, Icléia Thiesen Magalhães. *Memória institucional: a construção conceitual numa abordagem teórico-metodológica*. 1997. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - IBICT, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.
- COSTA, R. G. R.; PESSOA, A. J. S. Os campi avançados. In: OLIVEIRA, B. T. (coord.). *Um lugar para a ciência: a formação do campus de Manguinhos*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2003. p. 222-251.
- DANTES, M. A. M. As ciências na história brasileira. *Cienc. Cult.*, São Paulo, v. 57, n.1, p. 26-28, jan./mar. 2005. Disponível em <http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v57n1/a14v57n1.pdf>. Acesso em 29 jan. 2023.
- DANTES, M. A. M. *Espaços da Ciência no Brasil: 1800-1930*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001.
- FONSECA, M. C. L. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, R. ; CHAGAS, M. (org.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 56-76.
- FONSECA, M. C. L. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.
- GONÇALVES, José Reginaldo. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v.11, n. 23, p. 15-36, jan./jun. 2005.
- LE GOFF, J. *História e memória*. 5. ed. Campinas: Editora Unicamp, 2003.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.
- JACOB, Christian. Prefácio. In: BARATIN, Marc; JACOB, Christian (org.). *O poder das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2000. p. 9-17.
- JARAMILLO, O.; MARÍN-AGUDELO, S.-A. Patrimonio bibliográfico en la biblioteca pública: memorias locales e identidades nacionales. *El Profesional de la Información*, Barcelona, v. 23, n. 4, p. 425-432, 2014. Disponível em: <https://recyt.fecyt.es/index.php/EPI/article/view/epi.2014.jul.11/16972>. Acesso em: 29 mar. 2022.
- JULIÃO, Letícia. Itinerários da cidade moderna (1891-1920). In: DUTRA, Eliane de Freitas (org.). *BH: horizontes históricos*. Belo Horizonte: C/Arte, 1996.
- KRAUS, Rudolf. *Instituto Sorotherapico Butantan: noções geraes sobre cobras*. São Paulo: Melhoramentos, 1923.

KROPF, Simone Petraglia. *Doença de Chagas, doença do Brasil: ciência, saúde e nação (1909-1962)*. 2006. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

LATOUR, Bruno. Redes que a razão desconhece: laboratórios, bibliotecas, coleções. In: BARATIN, Marc; JACOB, Christian (org.). *O poder das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2000. p. 21-44.

LIMA, Rocha. Com Oswaldo Cruz em Maguinhos. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 4, n.1/2, p.15-38, 1952.

MARTINS, Amílcar Vianna. Zoólogo por Natureza. *Ciência Hoje*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 63, p. 54-61, abr./maio 1990.

MURGUIA, E. I. O colecionismo bibliográfico: uma abordagem do livro para além da informação. *Encontros Biblio: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação*, Florianópolis. n. esp. 1, p. 87-104, 2009. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/147/14712771007.pdf>. Acesso em: 08 jan. 2023.

NORA, Pierre. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. Projeto História, São Paulo, n.10, p.7-28, dez.1993.

PALMA PEÑA, Juan Miguel. La socialización del patrimonio bibliográfico y documental de la humanidad desde la perspectiva de los derechos culturales. *Rev. General de Información y Documentación*, [Madrid], v. 21, p. 291-312, 2011. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/38822662.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2023.

PASSOS, D. O. R. A formação do espaço urbano da cidade de Belo Horizonte: um estudo de caso a luz de comparações com as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. *Mediações: Revista de Ciências Sociais*, Londrina, v. 21, n. 2, p. 332-358, 2016. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/22406>. Acesso em: 5 fev. 2023.

POULOT, Dominique. A razão patrimonial na Europa do século XVIII ao XXI. *Revista do patrimônio*, São Paulo, n. 34, p. 29-45, 2012. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Numero%2034.pdf> . Acesso em: 11 jun. 2022.

RODRIGUES, Donizete. Patrimônio cultural, memória social e identidade: uma abordagem antropológica. *Ubimuseum: Revista online do Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior*, Covilhã, PO, n. 1, p. 45-52, 2012. Disponível em: <http://www.ubimuseum.ubi.pt/n01/docs/ubimuseum-n01-pdf/CS3-rodriques-donizete-patrimonio-cultural-memoria-social-identidade-uma%20abordagem-antropologica.pdf>. Acesso em: dez. 2022.

RODRIGUES, M. C.; VIAN, A. E.; TEIXEIRA, H. D. Marcas de procedência: contribuições para o estudo do livro raro. *Encontros Biblio: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação*, Florianópolis, v. 25, p. 1-20, 2020. DOI: 10.5007/1518-2924.2019.e65498. Acesso em: 22 jan. 2023.

SANTIAGO JÚNIOR, F. C. F. Dos lugares de memória ao patrimônio: emergência e transformação da ‘problemática dos lugares’. *Projeto História*, São Paulo, n. 52, p. 245-79, jan.-abr. 2015. Disponível em:

<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/21370>. Acesso em: 5 mar. 2023.

SILVA, A. W.; ACHILLES, D.; AZEVEDO, F. C. Patrimônio Bibliográfico Brasileiro: um estudo sobre o acervo da Biblioteca do Arquivo Nacional. *Encontros Biblio: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação*, Florianópolis, v. 25, n. esp., p. 1-18, 2020. Disponível em:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/73903>. Acesso em: 1 fev. 2023.

SOUSA, A. M. C. Estudo de uma experiência de fluxo informacional científico no Instituto Oswaldo Cruz: a "Mesa das Quartas-feiras". Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - IBICT, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2006.

SOUZA, I. L.; AZEVEDO, F. C.; LOUREIRO, M. L. N. M. Coleções especiais e valor de memória: reflexões no contexto de bibliotecas universitárias. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 18., 2017, Londrina, PR, Brasil. Disponível em:

<http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/104446>. Acesso em: 18 jan. 2023.

SANTOS, Renata Ferreira dos; REIS, Alcenir Soares dos. O patrimônio bibliográfico no Brasil: trajetória de leis, políticas e instrumentos de proteção legal. *Investigación Bibliotecológica: archivonomía, bibliotecología e información*, Ciudad de México, v. 32, n. 75, p. 223-259, 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.22201/iibi.24488321xe.2018.75>. Acesso em: 20 jan. 2023.

SCHWARTZMAN, Simon. O auge e o declínio da ciência aplicada. In: SCHWARTZMAN, Simon. *Um espaço para ciência: a formação da comunidade científica no Brasil*. Brasília: MCT, 2001. Cap. 4

SOUZA, I. L.; AZEVEDO, F. C.; LOUREIRO, M. L. N. M. Coleções especiais e valor de memória: reflexões no contexto de bibliotecas universitárias. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 18., 2017, Marília, SP. [Anais...]. Disponível em:

<http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/104446>. Acesso em: 22 dez. 2022.

SPHAN. *Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória*. Brasília: Sphan/Pró-Memória, 1980. (Publicações da Secretária do Patrimônio Histórico Artístico e Nacional, 31). Disponível em:

[http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Protecao_revitalizacao_patrimonio_cultural\(1\).pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Protecao_revitalizacao_patrimonio_cultural(1).pdf). Acesso em: 18 jan. 2023.

STARLING, H. M. M.; GERMANO, L. B. P.; MARQUES, R. C. M. *Fundação Ezequiel Dias: um século de promoção e proteção à saúde*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

STEPAN, N. *Gênese evolução da ciência brasileira: Oswaldo Cruz e a política de investigação científica e médica*. Rio de Janeiro: Artenova, 1976.

UNESCO. General Conference, 38th, 2015, Paris. *Proyecto de recomendación relativa a la preservación del patrimonio documental, comprendido el patrimonio digital, y el acceso al mismo*. París, 2015. 38/C24. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000233916_spa. Acesso em: 18 jan. 2023.

WORCMAN, Karen. Museu da pessoa: memória do futuro: um desafio. In: NASSAR, Paulo (org.). *Memória de empresa: história e comunicação de mãos dadas, a construir o futuro das organizações*. São Paulo: ABERJE, 2004. p. 23-30.